



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

LÉLIA MARIA SAMPAIO SANTANA

VIDAS CALADAS:
a voz feminina em Graciliano Ramos

Feira de Santana
2016

LÉLIA MARIA SAMPAIO SANTANA

**VIDAS CALADAS:
a voz feminina em Graciliano Ramos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito final das atividades exigidas para obtenção do grau de Mestre em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Jorge de Souza Araujo.

Feira de Santana

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

Santana, Lélia Maria Sampaio

S233v Vidas caladas: a voz feminina em Graciliano Ramos /
Lélia Maria Sampaio Santana. – Feira de Santana, 2016.

169 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Jorge de Souza Araujo.

Dissertação (Mestrado em Estudos Literários)-
Universidade Estadual de Feira de Santana, Pós-
Graduação em Estudos Literários, – Feira de Santana,
2016.

LÉLIA MARIA SAMPAIO SANTANA

VIDAS CALADAS:
a voz feminina em Graciliano Ramos

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jorge de Souza Araujo – Orientador

Prof. Dr. Francisco Fábio Pinheiro de Vasconcelos – UEFS

Prof.^a Dr.^a Mírian Sumica Carneiro Reis – UNILAB

Feira de Santana

2016

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, quando calar era a regra, falaram.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por mais uma vez comprovar que “aquele que pede, recebe; e, o que busca, encontra; e, ao que bate, abrir-se-lhe-á”. (Mt 7:8)

A Helena Sampaio, minha flor, meu bebê, minha estrela da vida inteira.

Aos meus pais, Joselita Moreira Sampaio e José Figueiredo Santana (*in memoriam*), pelo investimento em amor e paciência na minha educação.

Às minhas irmãs, Lília Maria e Liliam Maria, pela inspiração e incentivos de sempre.

A Alice Sampaio, Amaury Pimentel, Guilherme Sampaio e Júlia Sampaio, vocês foram refresco nos momentos de sede.

Ao escritor Graciliano Ramos, pelo tesouro humanístico e intelectual que herdamos através da sua obra.

Ao meu orientador Doutor Jorge de Souza Araujo, pelo enriquecedor auxílio que em muito colaborou para o amadurecimento desta pesquisa, tanto em forma, quanto em conteúdo.

Aos professores Doutor Francisco Fábio e Doutora Mírian Sumica, por terem aceitado os convites para participar das bancas de qualificação e defesa e pelas valiosas observações.

A Maurício Miranda, amigo querido, companheiro de todas as horas, no aperto e na folga.

Aos amigos Dorotea Bastos, Fábio Gomes, Gracineia Araújo, Marcus Pimentel, Nilda Santana e Salete Nery, entusiastas desta pesquisa quando ela ainda era um anteprojeto.

A Daíse Machado pelo suporte afetivo, espiritual, acadêmico e logístico.

Aos amigos, parceiros desta caminhada que me ajudaram muito, das mais variadas formas, Cléa Medeiros, Fábio Jesus, Erick Naldir, Hellen Mabel, Isaura Souza, Jefferson Parreira, Juliana Salles, Juliana Szymanski, Lílian Pacheco, Neila Santana, Mary Brito, Rachel Severo (*in memoriam*), Rafael Peixoto e Thaís Fernanda.

À Universidade Estadual de Feira de Santana e também ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, coordenação, servidores docentes e servidores técnicos. Agradecimento especial a Joelma Trajano, pela habitual prestatividade e competência.

A Georgina Gonçalves, Vanhise Ribeiro, Hadson Oliveira, do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Susana Pimentel, Jacira Castro e Lorena Coutinho, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pela compreensão e apoio durante a realização deste curso.

E aos demais que não foram citados, pelas cotidianas colaborações e incentivos.

“Repara bem no que não digo.”

Paulo Leminski

“Só quem morreu na fogueira sabe o que é ser carvão.”

Rita Lee

RESUMO

A obra de Graciliano Ramos é objeto de estudo sob os mais diversos aspectos. No entanto, os estudos realizados sobre as mulheres em sua obra limitam-se à análise de Sinha Vitória, de *Vidas secas* e/ou Madalena, de *São Bernardo*. Nesta pesquisa foi desenvolvida uma análise das personagens femininas do universo ficcional do escritor alagoano, a saber: Luísa, de *Caetés*, Madalena, de *São Bernardo*, Marina, de *Angústia*, e Sinha Vitória, de *Vidas Secas*, acrescentando-se d. Maria Amélia, mãe do autor, presença marcante no livro *Infância*, obra que mescla memória e ficção. A interpretação dos textos foi realizada sob a perspectiva do contexto social e histórico das obras, com foco no universo feminino. Em cada obra as personagens estão envolvidas em temáticas distintas, Ramos criou ficcionalmente mulheres à frente de seu tempo, antecipando discussões que seriam intensificadas anos mais tarde. Com o propósito de subsidiar a análise dos romances, os capítulos iniciais abordam a fortuna crítica do autor, contextualização história, linguagem e silenciamento, retrospectiva histórica da mulher no Brasil e a busca pela igualdade com os homens. Pretendemos demonstrar a importância da voz feminina, ainda que seu discurso seja proferido em uma época na qual as mulheres ainda estavam iniciando a trajetória da militância pelos seus direitos, entre o final do século XIX e inícios do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Graciliano Ramos – Família – Mulher – Silêncio.

ABSTRACT

Graciliano Ramos's work has been studied under various aspects. However, studies on women in his work are limited to Sinha Victoria from *Vidas Secas* (*Barren Lives*), and/or Madalena from *São Bernardo*. This research developed an analysis of female characters in the fictional universe of the writer from Alagoas, namely: Luísa, from *Caetés*, Madalena, from *São Bernardo*, Marina, from *Angústia* (*Anguish*), and Sinha Vitória from *Vidas Secas*, adding Mrs. Maria Amelia, the author's mother, a significant presence *Infância*, a book that merges memory and fiction. The interpretation of the texts was carried out from the perspective of social and historical context of the works, focusing on the female universe. In each work the characters are involved in different themes, Ramos created fictionally women ahead of their time; anticipating discussions that would be intensified years later. In order to support the analysis of the novels, the opening chapters address the critical author's fortune, contextualization, history, language and silencing, historical retrospective of women in Brazil and the pursuit of equality with men. We intend to demonstrate the importance of the female voice, although their speech is delivered at a time when women were just beginning the path of militancy for their rights, in the late nineteenth and early twentieth century.

KEYWORDS: Graciliano Ramos - Family - Women - Silence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. LINGUAGEM EM TRÂNSITO: ENTRE DIZER E SILENCIAR	26
2.1. Linguagem e sociedade	30
2.2. Silêncio e poder	41
3. VOZ DA MULHER: TENSÃO E COTIDIANO	57
3.1. Fazendo a própria história: ser mulher no privado e no público ...	59
3.2. Feminino e dominação: a luta pela igualdade	79
4. A VOZ FEMININA EM GRACILIANO RAMOS	91
4.1. Luísa, a que hesita.	92
4.2. Madalena, a que cala.	108
4.3. Marina, a que avilta.	125
4.4. Sinha Vitória, a que fala.	137
4.5. Maria Amélia, a que age.	150
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	163

1. INTRODUÇÃO

A proposta inicial desta pesquisa seria trabalhar as relações de poder baseadas no silêncio, ou silenciamento, das personagens das obras *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas secas* (1938), com o título *Vidas caladas: o poder do silêncio em Graciliano Ramos*. Mas o objeto de estudo foi mudando aos poucos, à medida que as leituras avançavam e as teorias se ajustavam. O orientador, professor doutor Jorge de Souza Araujo, foi consultado em relação à possível mudança, ele concordou e sugeriu que fosse feita uma pesquisa sobre o assunto para averiguar se já havia trabalhos acadêmicos publicados com esta abordagem. Uma vez alterado o objeto, foram acrescentados mais dois livros para abarcar as personagens femininas mais importantes da obra de Ramos. Acrescentamos *Caetés* (1933) e *Infância* (1945) por recomendação do orientador, a fim de dar mais consistência para esta dissertação.

As leituras já realizadas não foram descartadas, uma vez que houve uma adaptação e não uma mudança abrupta. Mantiveram-se as temáticas acerca do poder e do silêncio, estrutura da pesquisa anterior, que viria a ser parte substancial do segundo capítulo, intitulado *Linguagem em trânsito: entre dizer e silenciar*, subdividido em duas partes, sendo a primeira *Linguagem e sociedade*, no qual são abordados conceitos de linguagem no contexto social, tomando como base conceitos de Mikhail Bakhtin, José Luís Fiorin, Domício Proença Filho, Maria Aparecida Baccega e Adílson Citteli, e para tratar sobre a linguagem com perspectiva na ideologia e na sociedade, abordando conceitos de Karl Marx e Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber, Pedro Demo, Marilena Chauí, Michael Löwy.

A segunda parte versa sobre *Silêncio e poder*, a base da pesquisa interagindo com análises de Eni Orlandi, bem como Roland Barthes e Michele Frederico Sciacca, trazendo também um experimento realizado por John Cage, teórico musical e compositor norte-americano. Por fim, a discussão sobre poder, dialogando com Michel Foucault e Ricardo Luís de Souza.

O terceiro capítulo é teórico-historicista, com o título *Voz da mulher: tensão e cotidiano*, e subdividido nos tópicos *Fazendo a própria história: ser mulher no*

privado e no público e Feminino e dominação: a luta pela igualdade. Nesta etapa, serão apresentadas a teoria da hierarquia dos sexos defendida por Simone de Beauvoir, a construção da identidade da mulher brasileira desde os primeiros registros realizados pelos viajantes europeus, com o apoio teórico de Mary Del Priore e Gilberto Freyre.

As mulheres são o alvo deste trabalho, mas é quase impossível escrever sobre a história das mulheres, sem que também se fale sobre casa e família. Por séculos, as mulheres ficaram limitadas ao espaço que compreendia o lar. A permanência e transição do espaço privado para o público também fazem parte da abordagem realizada neste capítulo. As teorias basilares são de Michelle Perrot e Margareth Rago. Pierre Bourdieu e sua colaboração para o debate sobre as relações de poder, especificamente a dominação masculina e a violência simbólica, também se fazem presentes. Os estudos realizados por Constância Duarte serviram de inspiração para mostrar a trajetória das primeiras mulheres na luta para diminuir a disparidade de direitos entre homens e mulheres, com recorte temporal referente à segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

O quarto capítulo consiste na análise dos livros de Graciliano Ramos supracitados. Cada obra é analisada de acordo com a forma como as personagens femininas são apresentadas pelo autor, e como elas se relacionam com seus pares e demais coadjuvantes que gravitam ao redor de cada uma. O capítulo *A voz feminina em Graciliano Ramos* trata de cada uma em separado, de forma que contemple as personagens em seus universos de ação. As análises foram fundamentadas em conceitos apresentados ao longo da dissertação. Foram escolhidas as características mais acentuadas das personagens estudadas para que a análise se estabelecesse, ficando configuradas da seguinte forma: *Luísa, a que hesita; Madalena, a que cala; Marina, a que avilta; Sinhá Vitória, a que fala e Maria Amélia, a que age.*

O quinto e último capítulo refere-se às nossas considerações finais acerca desta pesquisa, da mesma forma que o capítulo inicial é a introdução, no qual apresentaremos a fortuna crítica de Graciliano Ramos, conceitos de literatura, bem

como o cenário nacional e literário do período em que os livros aqui estudados foram escritos.

Quando Graciliano Ramos de Oliveira nasceu, em 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo, interior do estado de Alagoas, o país estava se adaptando ao novo regime político, instaurado a partir de 15 de novembro de 1889, quando o Brasil deixava de ser Império e passava a ser República. Os anos subsequentes seriam caracterizados por muitas incertezas. O poder e o novo regime atraíam os interesses de diversos grupos, que divergiam sobre a forma de organização da República. As classes dominantes, concentradas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, lutavam em favor do projeto de República federativa, visando à autonomia das unidades regionais.

Os militares – com prestígio suficiente para colocar o Marechal Deodoro da Fonseca como chefe do Governo provisório e algumas dezenas de oficiais eleitos para o Congresso Constituinte – defendiam a ideia da ordem e do progresso, sendo que o “progresso significava a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do industrialismo, da expansão das comunicações.” (Cf. FAUSTO, 2010, p. 140). Os militares eram contrários ao liberalismo, e desejavam que fosse implantado um Poder Executivo consistente ou que o país passasse por uma fase prolongada de semiditadura.

Para que o Brasil começasse a ter credibilidade na Europa era fundamental que o país tivesse uma forma constitucional e assim garantir o reconhecimento definitivo como República no exterior. Em fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana. As antigas províncias passaram a ser Estados e ganharam autonomia para realizar atos administrativos que antes não podiam.

A Constituição inaugurou o sistema presidencialista de governo. O Poder Executivo, que antes coubera ao Imperador, seria exercido por um presidente da República, eleito por um período de quatro anos. Como no Império, o legislativo foi dividido em Câmara de Deputados e Senado, mas os senadores deixavam de ser vitalícios. Os deputados seriam eleitos em cada estado, em número proporcional ao de seus habitantes, por um período de três anos. A eleição dos senadores se dava para um período de nove anos, em número fixo: três senadores representando cada Estado e três representando o Distrito federal, isto é, a capital da República. (Cf. FAUSTO, 2010, p. 141)

O censo econômico foi substituído pelo voto direto e universal, os eleitores seriam todos os cidadãos brasileiros, com idade superior a 21 anos, excetuando analfabetos, mendigos, praças militares e mulheres, não havendo referência direta ao impedimento do voto feminino na Constituição, mas estava implícito. Todavia os primeiros presidente e vice-presidente foram eleitos pelo voto indireto da Assembleia Constituinte. Deodoro da Fonseca, eleito o primeiro presidente da República do Brasil, acabaria renunciando em 23 de novembro de 1891, não completando nem um ano no cargo. Assumiu o vice-presidente Floriano Peixoto, que ficaria no cargo até 1894, quando o seu sucessor, primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, passou a ocupar a presidência da República, em 1º de março de 1894.

Neste ínterim, a família de Graciliano Ramos se formava. O pai, Sebastião Ramos de Oliveira, era negociante e, por força da necessidade de provimento do lar, precisou se mudar algumas vezes com a família. Foram para Buíque, em Pernambuco, quando o escritor ainda era um bebê. Vivendo na fazenda dos avós maternos até os sete anos de idade, no lugar onde conheceu o ciclo impiedoso das secas que acomete o sertão do Nordeste do Brasil, em Buíque, Ramos frequentaria a primeira escola, tendo as primeiras tristezas e material para *Infância*, livro que mistura ficção e memória.

De Buíque, a família volta para Alagoas e se mudam para Viçosa, região açucareira. Uma paisagem nova se revela ao menino, a seca dando lugar à vegetação densa e verde. Ramos começaria a construir seu perfil leitor nessa etapa da vida. No curso primário feito nas escolas de Viçosa, demonstra curiosidade pela leitura. Os livros de ação e aventura seriam os primeiros, entre eles *Robinson Crusoe* (Daniel Defoe), *Dom Quixote* (Miguel de Cervantes) e *As aventuras de Gulliver* (Jonathan Swift). Com *O guarani* (José de Alencar) conhece um novo mundo que lhe provoca muito encantamento.

Aos onze, o menino considerado esquisito pela família, o “bezerro-encourado”, já estaria absorvido pelo universo da literatura, de tal forma que chegou a furtar pequenas quantias de dinheiro que encontrava pela casa para comprar livros. Nesse período, ele já tinha passado uma temporada em Maceió para estudar, mas, de volta a Viçosa, começa a dar passos mais largos no universo da leitura,

iniciando pelos russos Máximo Górkí, Fiódor Dostoiévski, os franceses Émile Zola e Honoré de Balzac, e o português Eça de Queirós. Eça provoca em Graciliano muita admiração. O escritor brasileiro lê repetidas vezes os romances do português, absorvendo-lhe o estilo, de forma que *Caetés*, primeira publicação de Graciliano Ramos como ficcionista tem uma marcada herança de Queirós: escrita naturalista e neorrealista em plena segunda fase do Modernismo. Martins (1978, p. 36) alerta que

No primeiro romance onde se notam visivelmente os traços de uma influência aplastante de Eça de Queirós, penetrava o romancista ainda a medo e propositadamente não querendo aprofundar demais os seus passos, nos primeiros domínios da vida no interior, estudando as reações psicológicas do personagem durante a evolução de um amor ilícito numa pequena cidade.

Em 1914, Ramos vai para o Rio de Janeiro tentar a carreira do jornalismo, período em que escreve as cartas para familiares e amigos que, após sua morte, seriam publicadas na forma de livros. Nessas cartas, Ramos relata para a família suas experiências na então capital do Brasil, o trabalho, as mudanças de pensão e assuntos corriqueiros. Em carta endereçada à mãe, d. Maria Amélia, e às irmãs, dia 20 de outubro, às vésperas de completar 22 anos de idade, ele elenca os fatos ocorridos desde a saída de casa até aquela data:

16 de agosto – saí de Palmeiras dos Índios; 29 de agosto – cheguei ao Rio; 23 de setembro – entrei para o *Correio da Manhã*, na qualidade de foga; 11 de outubro – passei a suplente de revisão; 16 de outubro – ganhei os primeiros cinco mil-réis em novo emprego; 19 de outubro – mudei-me para a Rua do Passeio, 110 (Largo da Lapa). – A lista não é longa nem tem nada interessante. Entretanto, tenho alguma esperança em aumentá-la com qualquer coisa boa. (RAMOS, 2011, p. 44-45)

Mas a esperança de Graciliano Ramos seria interrompida em 1915, quando teve que voltar para Palmeiras dos Índios, por força da morte de duas irmãs, um irmão e um sobrinho, vítimas da peste bubônica. A sua mãe e outras duas de suas irmãs estavam com a mesma doença. Mas as mortes na família não foram os únicos motivos para o regresso para Alagoas. Em entrevista concedida a Homero Senna, em 1948, Graciliano explica que “depois de curta e nada sedutora permanência na capital, achei melhor voltar para Palmeiras dos Índios, onde já havia deixado um

caso sentimental e onde minha família estava toda sendo dizimada pela bubônica.” (apud SENNA, 1978, p. 48).

Em outubro desse mesmo ano, casa-se com Maria Augusta de Barros, com quem tem quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria Augusta. Devido a complicações no parto da filha, Maria Augusta morre em 1920. Ramos já estava trabalhando como comerciante n’A sincera, loja de tecidos do pai. Confessa ao amigo J. Pinto seu estado de espírito, em carta escrita em 10 de maio de 1921, algo para se surpreender num homem bastante reservado e econômico em palavras: “que te posso dizer, meu bom amigo? Sou um pobre diabo. Vou por aqui, arrastando-me mal. Há cinco anos não abro um livro. Doente, triste, só – um bicho.” (RAMOS, 2011, p. 95).

Em 1927, eleito prefeito de Palmeiras dos Índios, no Natal conhece Heloísa Medeiros, com quem se casaria em 16 de fevereiro de 1928, sua companheira até o fim da vida. Nesse mesmo ano, toma posse como prefeito, ficando 27 meses no cargo. Em função dos relatórios administrativos encaminhados ao governo do estado, ficaria sendo conhecido nacionalmente por ter usado uma linguagem diferente do comum para aquele tipo de documento. O olhar humanizado e o estilo de escrever de Graciliano Ramos alcançaria enorme repercussão porque ele descreve a condição social dos trabalhadores rurais e revela a miséria que assolava a vida daquelas pessoas. Os relatórios foram publicados postumamente no livro *Viventes das Alagoas* (1962).

Os relatórios, de 1929 e 1930, transcritos em jornais, circulariam pelo Brasil e chegariam até o editor, e também poeta, Augusto Frederico Schmidt, no Rio de Janeiro, que interessado, pede, por intermédio de Rômulo de Castro, que Ramos enviasse artigos para a imprensa, o que este não aceitou, não demonstrando vontade de fazer carreira no jornalismo, nem na literatura. Nomeado diretor da Imprensa Oficial, em Maceió, Graciliano Ramos ficaria no cargo até dezembro de 1931, quando abandonou o cargo por não suportar a presença dos interventores militares. Em janeiro de 1933, nomeado Diretor da Instrução Pública, pelo capitão Afonso de Carvalho, permanecerá no cargo até 3 de março de 1936, dia em que é preso sob alegação de vínculos políticos com a Aliança Nacional Libertadora. A

experiência de prisioneiro viria a ser publicada em *Memórias do cárcere* (1953), conquanto o autor tenha morrido antes de concluir a obra.

Quando publica *Caetés*, em 1933, Graciliano Ramos é um homem na casa dos quarenta anos. Nesse período, a jovem República também já tinha passado por importantes fatos históricos, tendo sido eleitos presidentes, depois de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes (1894-1898), pelo Partido Republicano Federal; Campos Sales (1898-1902), Partido Republicano Paulista; Rodrigues Alves (1902-1906), Partido Republicano Paulista; Afonso Pena (1906-1909), Partido Republicano Mineiro; Nilo Peçanha (1909-1910), Partido Republicano Fluminense; Hermes da Fonseca (1910-1914), Partido Republicano Mineiro; Wenceslau Brás (1914-1918), Partido Republicano Mineiro. Rodrigues Alves, eleito pelo Partido Republicano Paulista, morreria antes de tomar posse. Assume o seu vice, Delfim Moreira, que governa, na condição de interino, de novembro de 1918 até julho de 1919; Epitácio Pessoa (1919-1922), Partido Republicano Mineiro; Artur Bernardes (1922-1926), Partido Republicano Mineiro; Washington Luís (1926-1930), Partido Republicano Paulista. Júlio Prestes, também do Partido Republicano Paulista, Apesar de eleito, não assumiria por conta da Revolução de 1930, quando começa a Era Vargas (1930-1945). O que se percebe é que, antes da tomada do poder por Getúlio Vargas, os presidentes se alternavam entre São Paulo e Minas Gerais, excetuando-se apenas a gestão de Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, num período que ficou conhecido como da República do café-com-leite.

Getúlio Vargas foi talvez o político de maior expressão histórica do século XX, no Brasil. Tendo assumido a presidência da República em outubro de 1930, como chefe de um governo provisório, presidente pelo voto indireto, exerceria o poder como ditador até 1945. Voltaria ao poder através do voto popular em 1950, mas não completaria o mandato, cometendo suicídio em agosto de 1954. Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, filho do líder local do PRR – Partido Republicano Rio-grandense, Vargas tornar-se-ia advogado e promotor público, eleito deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, Governador do Rio Grande do Sul e Ministro da Fazenda do presidente Washington Luís. O início dos anos 30, período do governo provisório, seria marcado por muitas adversidades. Conforme explica Boris Fausto (2010, p. 185-186),

A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína dos fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporava. No plano político, as oligarquias dos Estados vitoriosos em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes. Os “tenentes” se opunham a esta perspectiva e apoiavam Getúlio Vargas em seu propósito de reforçar o poder central.

A Igreja Católica, aliada de Getúlio, levaria os fiéis a apoiar em massa o novo governo, que retribuiria o apoio com medidas em favor da Igreja, entre elas a permissão do ensino da religião nas escolas públicas, através do decreto de abril de 1931. Em novembro de 1931, Vargas dissolve o Congresso Nacional, assumindo os poderes executivo e legislativo, estaduais e municipais. Os governadores, exceto o de Minas Gerais, seriam demitidos, e para seus cargos, nomeados interventores federais, todos subordinados ao poder central. Getúlio Vargas monopolizaria até a produção cafeeira, criando em 1933 o Departamento Nacional do Café (DNC). Os “tenentes” também fariam parte do governo, Getúlio Vargas, aproveitando os quadros tenentistas como instrumento para acabar as oligarquias estaduais no Nordeste e em São Paulo, faria do Nordeste um espaço bastante explorado pelos militares, a maioria deles daquela região marcada pela pobreza e pela violência exercida pelo reduzido grupo dominante. Muitos dos interventores federais designados para o Nordeste eram militares.

No início de 1932, promulgado o Código Eleitoral, este traria importantes avanços, como o direito ao voto feminino. No Rio Grande do Norte, as mulheres já votavam desde 1927, mas este direito estaria limitado ao estado potiguar. Com o novo código, o voto passaria a ser obrigatório e secreto e seria criada a Justiça Eleitoral, encarregada de organizar e fiscalizar as eleições, e julgar os recursos. Em maio de 1933, o governo realizaria eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 14 de julho de 1934, a Constituinte, depois de muito debate, promulgaria a Constituição, semelhante à Constituição de 1891, mas com novos aspectos, ajustados de acordo com as mudanças ocorridas no país. Em 15 de julho de 1934, Getúlio Vargas seria eleito, pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, presidente da República, com mandato até 3 de maio de 1938, quando, a partir de então, as eleições para a Presidência voltariam a ser diretas.

A classe trabalhadora de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Rio Grande do Norte mostraria sua força por meio de manifestações reivindicando direitos, especialmente nos setores de serviços: transportes, bancos e comunicações. No início de 1935, em represália, o governo criaria a Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada no Congresso pelos votos dos liberais. A partir de então, funcionários públicos que fizessem greve, incitação do ódio entre as classes sociais, propagandas subversivas, qualquer manifestação contrária à ordem pública e social, passariam a ser considerados réus de crime.

Por força da nova LSN, Graciliano Ramos foi preso, em 1936, sob alegação, nunca comprovada, de envolvimento com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, militar que fazia oposição ao governo Vargas. Nesse mesmo ano, Prestes ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB), fato que transformou a ANL em um organismo maior, pelo aumento de integrantes e variação da composição social, chegando a ter uma média de 100 mil membros, alterando completamente o que antes era uma “frente popular adaptada às características do chamado mundo semicolonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo.” (Cf. FAUSTO, 2010, 197). Prestes levaria para o PCB os militares que o seguiam e membros da classe média. A pauta da classe se ampliaria e se converteria em pauta nacional. Das forças armadas divididas, parte apoiava o governo provisório, e outra parte portava-se em radical oposição.

Exemplo disso foi Luís Carlos Prestes. No ano em que termina a revolta tenentista que levava seu nome – Coluna Prestes –, o Partido Comunista do Brasil começa a contatá-lo. Tal agremiação, nascida em 1922, era, em grande parte, resultado do impacto político da Revolução Russa, quando, pela primeira vez, o comunismo deixa de ser uma utopia distante, ou uma experiência isolada – como foi a Comuna de Paris, de 1871 –, para se transformar em uma forma de governo de um país de dimensões continentais (VENÂNCIO e DEL PRIORE. 2010, p. 182-183).

No dia 5 de julho de 1935, o estudante de Direito Carlos Lacerda leria um manifesto de Luís Carlos Prestes, que estava exilado, reivindicando a derrubada do governo de Getúlio Vargas, para ser substituído por um governo popular, nacional e revolucionário. Menos de uma semana depois, em 11 de julho, o governo fecharia a

ANL por meio de um decreto. Com a finalidade de reprimir os comunistas e a esquerda, o Congresso aprova todas as medidas excepcionais que foram solicitadas pelo Poder Executivo. Em março de 1936 a polícia invade o Congresso para prender parlamentares simpatizantes ou de apoio à ANL, que além de presos, seriam processados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado no mesmo ano para julgar apenas os processos dos envolvidos na Intentona Comunista, mas permaneceria ativo durante todo o Estado Novo. Criada também uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, esta investigaria funcionários públicos envolvidos em crimes previstos na Lei de Segurança Nacional.

A essa altura dos acontecimentos, Graciliano Ramos já havia publicado os livros *Caetés* e *São Bernardo*. *Angústia* já estava pronto e viria a ser publicado em agosto de 1936, quase seis meses depois da prisão de seu autor. Embora Graciliano Ramos apareça no cenário nacional e literário em plena segunda fase do Modernismo, ele não aprovaria o movimento e não se veria enquadrado nele. Conforme palavras do próprio autor,

Sempre achei aquilo uma tapeação desonesta. Salvo raríssimas exceções, os modernistas brasileiros eram uns cabotinos. Enquanto outros procuravam estudar alguma coisa, ver, sentir, eles importavam Marinetti¹. (...) Os modernistas brasileiros, confundindo o ambiente literário do país com a Academia, traçaram linhas divisórias, rígidas (mas arbitrárias) entre o bom e o mau. E, querendo destruir tudo que ficara para trás, condenaram, por ignorância ou safadeza, muita coisa boa que merecia ser salva. (...) Enquanto os rapazes de 22 promoviam seu movimentozinho, achava-me em Palmeiras dos Índios, em pleno sertão alagoano, vendendo chita no balcão. (SENNA, 1978, p. 50-51)

Na condição de comerciante ou professor, foga de jornal ou diretor da instrução pública, Graciliano Ramos, um exímio leitor da alma e do seu entorno, apreende, com peculiar sensibilidade, a miséria alheia. Os caminhos por onde ele passa –

¹ Filippo Tommaso Marinetti, escritor e poeta italiano, iniciador do Futurismo, movimento artístico e literário iniciado em fevereiro de 1909.

agreste nordestino, infância difícil na casa dos pais, zona do baixo meretrício carioca, mortes de pessoas queridas, convivência forçada com a patrulha de militares, celas e navios imundos, ditadura Vargas – fá-lo absorver elementos que são matéria-prima para a inspiração de sua obra. Ele sabe extrair da dor alheia o sumo para compor personagens e histórias, que, uma vez criadas, publicadas e lidas, apresentam ao leitor situações um tanto dramáticas, capazes de ecoar e provocar reflexões. Avaliamos que a militância de Ramos não será especificamente política, voltada para as grandes massas, e, sim, voltada para conduzir o seu público à promoção de consciência social. Ramos foi um alquimista da dor, transformando mazelas humanas na literatura de expressão honesta.

Daí a atualidade permanente, a grandeza do seu realismo vigoroso e profundo. O esmagamento dos melhores anseios e das melhores esperanças, a derrota trágica dos que lutam para superar um mundo vazio e alienado e por encontrar o caminho da comunidade humana e democrática, são constantes em nossa história. Mas, por sobre as tragédias momentâneas e individuais (embora socialmente necessárias), Graciliano Ramos ensinou-nos a ver a perspectiva de um futuro mais brilhante, ainda que sem nos iludir sobre os obstáculos e as dificuldades das lutas por alcançá-lo. (Cf. COUTINHO, 1978, p. 121)

Graciliano Ramos, bastante cuidadoso com o que e como escrevia, gastava um tempo mais necessário que o habitual para a composição de seus textos, devido a um preciosismo, um cuidado quase paterno. Não gostava de sobras, agradava-lhe a exatidão, escolhia o que deveria aparecer e descartava o que deveria ficar em oculto. Segundo Carpeaux (1978, p. 26), a precisão graciliânica, o que poderia ser motivo da estreia tardia do autor alagoano, “deve ter sido precedida de vagarosos preparativos de um experimentador, e mesmo depois continuou sempre a experimentar (...) Cada uma das obras de Graciliano Ramos [é] um tipo diferente de romance”.

Em setembro de 2011, quando se comemoravam os 75 anos da publicação da primeira edição de *Angústia*, a Universidade de São Paulo promoveu o simpósio “Graciliano Ramos 75 anos de *Angústia*”. A conferência de abertura teve a

participação do escritor, professor, ensaísta e crítico literário Antônio Cândido, como ele mesmo falou, num depoimento pessoal e singelo.

Na ocasião, Antonio Candido² falou como conheceu a obra do escritor homenageado e da relação próxima, no âmbito profissional, que eles tiveram. Aproximaram-se por causa da literatura e nem mesmo as escolhas partidárias opostas entre si – Graciliano Ramos era comunista, militante ativo, e Antonio Candido, socialista – afetariam a aproximação. A fala de Candido revela que Graciliano Ramos atuou em um dos momentos mais ricos da literatura brasileira, entre 1920 e 1960. A década de 1920, quando surgiu o Modernismo, um movimento de elevada importância histórica, mas sem muita repercussão por ficar limitado à elite intelectual, com livros de pouca tiragem e produção hermética, mudaria o cenário brasileiro. Em 1930, houve o marco histórico do movimento revolucionário, acabariam as oligarquias e começaria o Brasil moderno. Com isso a literatura começaria a ser difundida e logo no primeiro momento surgiriam os romances e os contos.

Com produções mais fluidas, infladas de neorrealismo e neonaturalismo, os escritores que começaram nesta época tiveram mais facilidade para se tornarem conhecidos. Para Candido, estes livros colaboraram para a descoberta do Brasil daquele tempo, uma vez que o país era muito disperso, as regiões não se conheciam e não se comunicavam. A literatura ficcional colaboraria decisivamente para que o Brasil se tornasse conhecido. Eram romances com pouca estética, mas muita humanidade, aproximando o leitor de personagens excluídos, como o negro, o retirante, o jagunço, o Brasil pobre revelado de forma contundente. Tratava-se de um momento propício para revelar os modos de vida dos brasileiros de todos os cantos do País, de forma realista.

O romance nordestino de 30 ascende e oferece uma nova visão da realidade. É nesse momento que surge Graciliano Ramos, na opinião de Candido, o grande escritor daquele período histórico e estético. Escreveu sobre a obra de Graciliano Ramos, desde 1945, na condição de crítico titular do jornal *Folha de São Paulo*, em

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p3r-dY-0Ows>, acesso em 05 de junho de 2016.

1947, Candido receberia a 1ª edição uniforme da obra de Graciliano Ramos, junto com a introdução de Floriano Gonçalves, autor do romance *Lixo*. Ramos enviara para Candido os exemplares, cada um com dedicatórias pessoais e bastante espirituosas. Em 1953, ano da morte de Ramos, a editora José Olympio informaria a Candido que o escritor alagoano havia solicitado que a próxima edição de suas obras tivesse introdução feita pelo crítico, que considerou esta como a maior honraria já prestada em sua vida acadêmica. Antonio Candido reelaboraria então os seus artigos sobre Graciliano, acrescentando material sobre *Memórias de cárcere* e escrevendo o ensaio *Ficção e confissão* (1956), que viria a tornar-se introdução à obra completa de Graciliano Ramos.

Escritor de romances e contos baseados em suas memórias ou ficções, Graciliano Ramos teve uma considerável produção, publicada ainda em vida (de 1933 até 1953) e postumamente, além de livros de crônicas, contos, memória viagem e cartas publicados a partir da intercessão de Heloísa de Medeiros Ramos, viúva do escritor. Os livros são, a saber: *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas secas* (1938), *Histórias de Alexandre* (1944), *Dois dedos* (1944), que viria a ser incorporado a *Insônia* (1945), *Infância* (1945), *Histórias incompletas* (1946), *Memórias do cárcere* (1953), *Viagem* (1954), *Viventes das Alagoas* (1961), *Linhas tortas* (1962), *Alexandre e outros heróis* (1962), *Cartas* (1986) e *Cartas a Heloísa* (1994).

Especialista na obra de Graciliano Ramos, Jorge de Souza Araujo esboça um panorama do perfil do escritor que se amparava na extensa escala de matiz que compõe a diversidade humana, amparado por uma dolorosa e observada vivência, que se divide entre os estados de Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, com períodos de alma encarcerada com o corpo em liberdade, alma e corpos em estado de detenção, bem como em estado de plena autonomia. Diz Araujo:

Descrevendo a humanidade brasileira e suas imperfeições, seus desequilíbrios e (des)integridades, sem que se pretenda exclusivamente a uma falsa ou precária noção de dirigismos psicológicos autobiográficos, Graciliano Ramos é narrador que faz da ficcionalidade e do extrato memorial uma complexa fusão de tempo histórico e geográfico. (ARAUJO, 2008, p. 09)

Com base neste olhar apurado sobre a existência humana, o escritor compõe personagens opostos ao que rege a doutrina maniqueísta, seres humanos que operam bondade e crueldade sem prejuízo venal de suas personalidades. Logo, exemplares variados da raça humana.

2. LINGUAGEM EM TRÂNSITO: ENTRE DIZER E SILENCIAR

“A história do homem poderia reduzir-se à história das relações
entre as palavras e o pensamento.”
Octavio Paz

O escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) deu à luz memoráveis personagens da literatura brasileira. Homem de pouca fala, porém de pensamento eloquente, um artífice das palavras, forjava cada frase com a responsabilidade de quem escreve para alguém no futuro. Conhecedor da importância do silêncio, que antecede a fala, aprendeu desde cedo o valor do bom uso da linguagem.

Não por acaso, a linguagem é a tônica de sua obra. A palavra – escrita ou falada – percorre, com Graciliano, todos os caminhos de seu estar no mundo. Apesar de alfabetizado aos nove anos de idade, Ramos viria a tornar-se um escritor perfeccionista, que talhava seus textos de forma incansável, desenvolvendo uma clara consciência das questões relacionadas à linguagem, especialmente no tocante à crítica social, tanto que este será um tema recorrente em sua obra.

A questão do papel social da linguagem é bem traduzida através da personagem de Fabiano, de *Vidas secas* (1938). Este protagonista mal sabia expressar o que pensava através das palavras e, ao mesmo tempo, tinha plena consciência da importância social da linguagem e do conhecimento. Em *Vidas secas*, Graciliano Ramos denuncia os prejuízos que cercam o indivíduo que não domina a própria expansão linguística. Ainda que muito desejasse, Fabiano acabava se convencendo de que sujeitos como ele não nasceram para falar direito.

No lado oposto ao de Fabiano, João Valério, de *Caetés* (1933), e Luís da Silva, de *Angústia* (1936), são personagens que, embora pertençam a uma classe economicamente em desnível, dominam a fala, a escrita e anseiam escrever um romance. Nas duas obras fica evidente o despreço de Graciliano Ramos por palavrórios inúteis e vazios, exemplificados por Evaristo Barroca e Dr. Castro, em *Caetés*, e Julião Tavares, em *Angústia*. Mas Valério e Luís da Silva vivem na zona urbana, contexto diverso do de Fabiano, um retirante em constante fuga da morte no deserto típico da seca no nordeste brasileiro.

Situado entre esses dois polos, Paulo Honório, de *São Bernardo* (1934), será o indivíduo ambicioso, que aprendeu a ler na prisão e foi aprimorando os próprios conhecimentos na medida em que estes se tornavam necessários para fazê-lo alcançar suas almeçadas conquistas materiais. Paulo Honório, embora também viva na zona rural, também almeja escrever um romance, para isto contando com a colaboração de personagens específicas da história que relata em *São Bernardo*. No entanto, acaba escrevendo o livro sozinho, trabalho que lhe proporcionaria assumir sua condição de narrador da própria história, bem como de suas responsabilidades no desenrolar da história das personagens que viviam ao seu redor, conduzindo-o a uma dolorosa, porém bem sucedida, autoanálise.

O próprio Graciliano tornar-se-ia personagem do livro *Infância* (1945), uma de suas duas obras de caráter memorialístico, na qual narra, entre outros motivos, como se daria sua descoberta da leitura. Ramos, que teve uma infância sofrida, vítima de solavancos e surras constantes em sua rotina, continuaria recebendo pesados castigos quando aprendia a ler com o pai, Sebastião Ramos. Desde, porém, que envereda pelo mundo da leitura e do conhecimento, desenvolve uma nova perspectiva de vida. Conforme Lebensztayn e Salla (2014, p.12),

O Observador Econômico e Financeiro inquiriu, em 1938, qual o brinquedo preferido do menino Graciliano e como decidiu sua vocação. Única, a resposta sobressai. O brinquedo permitido àquele menino, a quem todos convenceram de ser inepto, foi “ler romance”. E sua vocação, a voz que o chamava, dando-lhe a possibilidade de falar, e logo de falar de sua poesia, sempre esteve articulado ao silêncio, à solidão e à escrita: “não podendo falar com os outros, habituei-me a falar só: a escrever”.

Em *Linhas tortas* (1962), livro póstumo de crônicas, escrito ao longo de 1938, dos 60 anos vividos por Graciliano Ramos, entre 1915 e 1953, o autor fala sobre o exercício de escrever. Compara seu trabalho ao das lavadeiras de Alagoas, mostrando que as palavras não foram feitas para enfeitar, e antes aconselhando a quem escreve que se deve desdobrar-se sobre elas, para que, ao final, alcancem a verdadeira finalidade que é dizer, comunicar eficazmente.

Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem

o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer. (RAMOS, 2005)

Habitando-se a lidar com as palavras e criando intimidade com elas, Graciliano Ramos concedeu à linguagem lugar de destaque em seus escritos, tornando-a objeto de referência constante e em diferentes níveis, como assunto e como objeto de reflexão, proporcionando maior qualidade na produção literária brasileira. Dessa forma, de acordo com a afirmativa de Araujo (2008, p. 09),

Graciliano é clássico, no sentido referencial da preservação de valores paradigmáticos do idioma, no que este depende de novos recursos de enunciação, recepção e dialogismo críticos, seja em níveis estético, semântico, temático, conteudístico, ou de incorporação e disseminação agregadoras ao patrimônio da já enriquecida literatura brasileira.

Escritor engajado, tendo produzido uma prosa literária de cunho social, embora só venha a filiar-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1945, Graciliano não se utilizava o realismo socialista, estética vigente na época. Seu realismo, segundo Bosi (2013, p. 429), “não é orgânico nem espontâneo. É crítico. O ‘herói’ é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo”. Também não admitiria patrulhamento ideológico na sua produção. No texto *O Partido Comunista e a criação literária*³, Ramos assegura que “é desnecessário asseverarmos que o Partido Comunista nenhum dano causa à produção literária.”. Neste mesmo texto, o autor explica que a matéria-prima de quem denuncia as injustiças sociais estão presentes no cotidiano. Em outros termos concluía, “para expormos as misérias desta sociedade meio decomposta não precisamos de longo esforço nem talento extraordinário: abrimos os olhos e ouvidos, jogamos no papel honestamente os fatos.”.

³ Apud SALLA, Thiago Mio. *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. Org. Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro, Record: 2012. p. 259-260.

A crítica social, aliada a um traço psicológico bastante marcado, será um dos fios condutores mais expressivos da obra de Graciliano Ramos. Tal temática foi adquirida através das suas leituras e de sua percepção de mundo, iniciadas nos primeiros anos de vida, e registradas em seus livros de memória. As questões sociais trabalhadas pelo autor antecedem a sua entrada para o Partido Comunista Brasileiro, em 1945. O pensamento de Ramos e dos demais militantes do movimento comunista difeririam na forma e não na ideologia, preocupando-se ele com o que há de essencial no indivíduo. Bosi (2002, p. 122-123) explica que

Embora possa partilhar os mesmos valores de outros homens, também engajados na resistência a antivalores, o narrador trabalha a sua matéria de modo peculiar; o que lhe é garantido pelo exercício da fantasia, da memória, das potências expressivas e estabilizadoras. Não são os valores em si que distinguem um narrador resistente e um militante da mesma ideologia. São os modos próprios de realizar estes valores.

Graciliano via em suas personagens a face angulosa da opressão e da dor. Foi julgado como pessimista, mas a sua revolta era contra a ordem vigente, que lhe parecia bastante injusta. O mestre Graça tinha consciência da importância de se aproximar das questões sociais e políticas a fim de ter a possibilidade de retratar com riqueza de detalhes a condição humana. Nota-se em cada trabalho do escritor a sua solidariedade e sensibilidade em relação à miséria humana. Suas personagens são compostas por desejos, ausências e angústias, tão intensos, que levaria Bastide (2001, p. 139) a considerar:

Os heróis de Graciliano Ramos são seres que se comem a eles mesmos, que se devoram por dentro; não têm outro objetivo que não o de se destruírem lentamente, completamente, e de continuar, num clima de febre, de suor quente, de tremor de músculos, a lenta desorganização de sua própria vida.

As personagens falam bastante sobre o modo de ser e de criar do escritor. Ramos deixaria, para além dos livros de ficção e memórias, muitas informações sobre sua personalidade, seu caráter e seu *modus operandi*, o que se pode constatar nas correspondências por ele trocada com familiares, amigos e editores, e posteriormente editadas em livros, a exemplo de *Cartas inéditas* (2008), composto por trocas de correspondências entre o escritor alagoano e seus tradutores

argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro. Analisando esta publicação, Pedro Moacir Maia (2008, p. 19) é enfático ao afirmar que “nenhum outro autor deixou entre nós tantas informações sobre a sua personalidade e a própria criação.”. A leitura de tais correspondências amplia o leque de conhecimentos do leitor acerca da obra, da vida e da época em que Graciliano Ramos viveu, proporcionando-nos descobrir características ainda não reveladas pelo autor. No homem seco e calado, moram também os relatos que testemunham uma versão mais amistosa e agradável do autor de *Infância*.

Cada frase de sua obra é construída de forma cirúrgica para expor as fendas abertas da alma das personagens, que têm tempestades de pensamentos, e muitas vezes não sabem externalizá-los, ou mesmo dominá-los. Leitor perspicaz da raça humana, Graciliano Ramos é excepcional na arte de utilizar os recursos que a linguagem oferece para mostrar o quão crua e dura pode ser a existência de quem está num patamar inferior na sociedade.

Uma conjunção entre silenciamento e dominação de ideias resulta nas tramas do romancista alagoano. Seus narradores, em primeira ou terceira pessoa, utilizam-se de um estilo particular para denunciar a opressão que se abate sobre as personagens de seus livros. O leitor que tencionar ler a obra completa de Ramos como leve entretenimento, deve ser desestimulado. A produção em linhas gerais é densa, no entanto arejada com trabalhos de temáticas mais leves, a exemplo de livro *Alexandre e outros heróis* (1962), composto por *Histórias de Alexandre*, *Pequena história da república* e *A terra dos meninos pelados*, bem como os contos *Luciana* e *Minsk*, publicados no livro de contos *Insônia* (1947).

2.1. Linguagem e sociedade

“Toda língua são rastros de velhos mistérios”
Guimarães Rosa

Somos seres vivendo em sociedade, palavra que, tendo origem do Latim *societas*, significa “associação amistosa com outros”⁴. Um padrão cultural guia ações

⁴ Disponível em: <http://www.significados.com.br/sociedade/>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

e comportamentos, definindo a forma como vivemos e convivemos com as pessoas. A sociologia visa a estudar o convívio entre pessoas em grupo, criando teorias baseadas no cotidiano ante situações corriqueiras em estratos sociais, mesmo os de agrupamentos bastante diversos em seus objetivos. Cabe aos sociólogos utilizar métodos de estudo dispostos a conseguir descrever o modo de ser e agir de cada grupo social perante os assuntos distintos e, a partir daí, prever como as consequências das mudanças, de acordo como tais assuntos, são tratados por determinado grupo social.

As tentativas de conceituar a sociologia inclinam-se geralmente para a repetição, e, quando variam, tendem a se direcionar para a ótica ideológica (Cf. Demo, 1987). Logo, a sociologia não pode ser pensada sem que esteja alinhada à ideologia. Tomando alguns clássicos como referência, notamos mais claramente a presença ideológica na concepção do que pode vir a ser um conceito de sociologia sustentado pela ideologia de seus teóricos. Diante dessa análise, Demo (1987, p. 8) questiona:

Marx, à luz de seu ponto de vista, do materialismo histórico, propôs uma virada monumental na concepção científica da época; Weber, à luz de outro ponto de vista, ligado às concepções de ciência do espírito e da importância do fenômeno do poder, interpretou a realidade de forma totalmente diferente, e, com certeza, imaginava ter razão; Durkheim, à luz de um ponto de vista institucional, e preocupado com as formas modernas de anomia e de desagregação social, montou uma visão diversa, na qual nem a infraestrutura econômica, nem o fenômeno do poder são as condicionantes principais da realidade. Quem tem razão?

Outros conceitos de sociedade existem – de Karl Marx (1818-1883), de Émile Durkheim (1858-1917), de Max Weber (1864-1920) e outros –, mas não é nossa intenção aprofundar aqui uma discussão sobre as diversas teorias, lembrando apenas que Marx definiu sociedade em função das relações de produção, como os seres humanos transformam o mundo através do trabalho. A sociedade se constitui por meio de classes sociais que se mantêm pelas ideologias dominantes⁵, ou seja, dos que detêm o domínio dos meios de produção: as elites. Marx demonstra a forma como os seres humanos transformam o mundo pelo trabalho, permeando um conflito

⁵No Marxismo, a totalidade das formas de consciência social será o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista).

permanente entre a elite dominadora e a classe operária, que vende a sua força de trabalho por um salário e um contrato previamente acordados.

Para Emile Durkheim existem os fatos sociais, conjunto de regras e normas, padrões de conduta, valores externos e anteriores aos indivíduos. Segundo ele, os indivíduos já nascem em meio ao conjunto de padrões, regras e valores que orientam os modos de pensamento e de conduta, mas sem direito a modificações das tais regras sociais. Somos coagidos a obedecer aos padrões sociais pré-estabelecidos, ainda que não concordemos com eles. O indivíduo que opta por não seguir as leis, que ultrapassa as fronteiras do social, acaba se submetendo a retaliações, consequências da desobediência. Durkheim enfatiza a escola como instituição de doutrinação e obediência às regras sociais, tomando-se a educação como um meio eficaz para ensinar os indivíduos a se enquadrarem nas regras vigentes na sociedade em que vivem. Em *Vigiar e punir* (1975), Michel Foucault (1926-1984) revela a educação escolar sob essa perspectiva. A escola é uma das instituições de sequestro, como o hospital, o templo, o quartel e a prisão, espaços que moldam o pensamento e a conduta do homem, tornando seus corpos dóceis.

Antes de Foucault, Max Weber definiria a sociedade de forma semelhante à do filósofo francês. Para Weber a sociedade é um sistema de poder, que perpassa todos os níveis da sociedade, desde as relações de classe a governados e governantes, como nas relações cotidianas, no âmbito privado ou público. São as relações entre as partes que organizam a sociedade. Weber propõe ainda a reflexão de que a sociedade é construída através de ações sociais praticadas por indivíduos, não sendo uma ciência de grupos, mas de indivíduos agindo socialmente.

Marx, Durkheim e Weber desenvolveram diferentes esforços em diversas direções e colaboraram de modos distintos – conceituais, especulativos e subjetivos. Desse modo, Demo (1987, p. 12) sintetiza que

A proposta de Marx, segundo a qual a história se faz não principalmente de intenções conscientes, mas de condicionamentos externos, ou a de Durkheim, segundo a qual os fatos sociais são fenômenos que se impõem ao estudo do homem como outros quaisquer, marcou [sic] um avanço ponderável. Todavia, no caso de Durkheim, o “fato social” por si só não traduz um objeto suficiente,

bem como, no caso de Weber, a “ação social” não serve como referência satisfatória.

Baseados nessa amplitude de correntes sociológicas, faremos a discussão sobre linguagem neste capítulo, informando que os conceitos propostos por Marx, Durkheim e Weber se não serão de todo descartados neste trabalho, e que apenas os tomamos como foco, atentando para outros elementos menos ambiciosos. No entanto, é necessário, antes de iniciar a explanação sobre linguagem, tratar sobre o, ou os, conceitos de ideologia, questão temática que tem o dom da ubiquidade. Através da ideologia, os indivíduos justificam as relações sociais de exploração e de dominação, revestindo-as com um verniz que faz reluzir a ideia de verdade e justiça. Conforme Chauí (1994, p. 21),

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através das instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de determinação política. Esse ocultamento da realidade chama-se ideologia.

Analisando a genealogia do termo ideologia, nota-se que ele aparece pela primeira vez em 1801, no livro *Eléments d'Idéologie (Elementos de Ideologia)*, do filósofo francês Destutt de Tracy. Em parceria com De Gérando e Volney, Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias. A proposta era tratar a forma como fenômenos naturais podem revelar as relações do corpo humano, organismo vivo, com a natureza, o meio ambiente. Eles consideravam a ideologia como um subcapítulo da zoologia, e para tanto criaram uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação das ideias dos indivíduos (vontade, razão, percepção e memória).

Em 1812, os filósofos assinalados entraram em conflito com Napoleão Bonaparte, que em discurso os chamou de ideólogos, com o propósito de insultá-los. Porém, para Bonaparte, essa palavra significava “metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo”, conforme Löwy (1999, p. 11). Como Napoleão Bonaparte tinha mais prestígio à época, foi o seu entendimento

sobre o termo que predominaria no linguajar corrente. Em 1846, Marx retomará o termo em *A ideologia alemã* sob a perspectiva napoleônica: o ideólogo inverte as relações entre as ideias e o real. Contudo, antes da publicação d'*A ideologia alemã*, na obra *Cours de philosophiespositive* (série de textos publicados entre 1830 e 1842), de Augusto Comte, o termo ideologia concentraria dois significados, o primeiro seguindo a linha proposta por Destutt de Tracy, e o segundo, passando a significar o conjunto de ideias de uma época, como opinião geral, e também como elaboração teórica dos pensadores de cada época. Segundo Chauí (1994, p. 26), nesse sentido,

Ideologia é sinônimo de teoria, esta sendo entendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, indo desde a formação das ideias mais gerais, até as menos gerais e as mais particulares. (...) Sendo o conhecimento da formação das ideias, tanto do ponto de vista social, sendo o conhecimento científico das leis necessárias do real e sendo o corretivo das ideias comuns de uma sociedade, a ideologia, enquanto teoria, passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens, que deve submeter-se aos critérios e mandamentos do teórico antes de agir. (...) O conhecimento teórico tem como finalidade a previsão científica dos acontecimentos para fornecer à prática um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social.

Quando Marx inicia seus estudos sobre ideologia, segue a linha de pensamento de Napoleão, cujo conceito de ideologia remete à ilusão, falsa consciência, concepção idealista para com a alteração da realidade. O conceito da ideologia marxista amadurece e traz a perspectiva de formas ideológicas que induzem à consciência da vida real por parte da sociedade. De acordo com a concepção de Marx, formas ideológicas serão a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc. De acordo com Löwy (1999, p. 12),

Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade.

Coube ao estadista russo Vladimir Lenin (1870-1924) dar continuidade aos estudos sobre ideologia na trajetória do marxismo, atribuindo a esta um sentido diferente: ideologia como concepção da realidade social ou política, vinculada a

interesses de determinadas classes sociais. Lenin divide a ideologia entre burguesa e proletária. Com isso a corrente leninista do movimento comunista utilizará o termo no movimento operário como “luta ideológica” e “trabalho ideológico”, retirando do termo a carga crítica, negativa que, tem em Marx, e passando a designar “qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe” (Cf.Löwy, 1999, p. 12).

De acordo com Mikhail Bakhtin (1997), sem signos não existe ideologia, uma vez que tudo o que é ideológico terá significado e remeterá a algo situado fora de si mesmo. A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais, enquanto a existência do signo é a materialização da comunicação. É através do intercâmbio social e da expressão de nossas ideias, opiniões e sentimentos que se dá a comunicação, principal função da linguagem. Podemos usar inúmeros tipos de linguagem para estabelecermos atos de comunicação, tais como símbolos, sons, gestos e regras com sinais convencionais (linguagem escrita e linguagem mímica, por exemplo). A linguagem será então um fenômeno complexo que pode ser estudado por muitos pontos de vista. Pertencendo a diversas competências, sendo simultaneamente individual e social, física, fisiológica e psíquica, tendo tal polivalência, a linguagem será determinada pelas condições sociais, ao tempo em que terá autonomia em relação às formações sociais.

Já a língua, também apresentando semelhante caráter social por ser comum aos falantes de cada comunidade linguística, tem seu sistema, composto pelo conjunto de elementos lexicais, morfossintáticos e gramaticais, agregado ao patrimônio idiomático, com a organização interna destes elementos obedecendo às regras combinatórias. Por esse ângulo,

A língua é um sistema de signos, ou seja, é um conjunto organizado de elementos representativos. Como tal, é regida por princípios organizatórios específicos e marcados por alto índice de complexidade: envolve dimensões fônicas, morfológicas, sintáticas e semânticas que, além das relações intrínsecas peculiares a cada uma, são também caracterizadas por um significativo inter-relacionamento. A rigor, mais do que um sistema, a língua é um conjunto de subsistemas que se integram. (Cf.PROENÇA FILHO, 2007, p.24)

O discurso e a fala representarão a realização concreta da língua, sendo a fala a forma concreta e individual de manifestação da linguagem quando exterioriza o discurso. O discurso será a materialidade da língua, ao passo que a materialidade do discurso será a ideologia. Assim, articulam-se língua e ideologia com o discurso. No uso cotidiano, o discurso e a fala serão instrumentos de informação e ação. De acordo com Fiorin (1998, p. 11),

O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases ou conjuntos de muitas frases), usados pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou do seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-físico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um *eu* que toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso.

As palavras estão presentes em todos os atos de compreensão e de interpretação. Elas nascem imparciais, mas, quando se contextualizam, adquirem o contorno de valores, conceitos e até pré-conceitos. Os indivíduos vivem e aprendem em contato com outros indivíduos, sofrendo intervenções de outros discursos que irão constituirlos, criando um dínamo de formação e reformulação da consciência, que se produz e se expressa através dos signos. A partir da construção da própria consciência, as palavras se despem da imparcialidade e começam a indicar o modo de pensar, de se comunicar e de se relacionar de cada indivíduo, Baccega (2000, p. 26) afirma que “a palavra carrega a ‘prática social solidificada’”.

Bakhtin concebia a linguagem como interação verbal que tinha como finalidade original o caráter dialógico. Para ele, toda enunciação é um diálogo, um processo de comunicação que não se interrompe. Os enunciados estão assim vinculados ao que foi dito, imprimindo um caráter particular às relações dialógicas, definidas como relações de sentido, tanto nos enunciados das interlocuções específicas, como nos espaços mais amplos das ideias de vários autores, ao longo do tempo e em âmbitos diferentes. Para Bakhtin

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível

de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (BAKTHIM, 1997, p. 41)

Logo, o sujeito se forma a partir de seus (e de outros) vários discursos, resultado de uma carga social que atua sobre um todo. Mas ao mesmo tempo em que ele é paciente também será agente, ao passo que também produzirá o seu próprio discurso. Sendo capaz de conceber sua própria subjetividade, ele passa a ter condições de acatar e emitir muitos outros discursos que circulam na sociedade. A subjetividade será, pois, o resultado da polifonia produzida, recebida e reelaborada por cada pessoa inserida em uma estrutura social, constituída, portanto, pela dinâmica da linguagem. Baccega (2000, p. 21) aponta que

A sociedade funciona no bojo de um número infindável de discursos que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam: dessa dinâmica nascem os novos discursos, os quais ajudam a alterar os significados dos outros e vão alterando seus próprios significados.

Em conferência na Escola de Comunicações e Artes da USP, no dia 26 de agosto de 1993, o antropólogo italiano Massimo Canevacci tratou sobre a questão da pluralidade nos discursos dos sujeitos, indicando que a fala de um indivíduo comporta, além da sua própria, a fala das pessoas que fazem parte dos grupos sociais aos quais se associa. Canevacci disse que “o pronome de primeira pessoa em italiano, *io*, deveria ser plural: *ii*. Seria como se disséssemos *eus*, em português, e assim estaríamos indicando a pluralidade na individualidade, sem que o confundíssemos com o *nós*”, reforçando a ideia de que somos portadores e produtores de subjetividades e discursos que foram se formando ao longo de nossa existência enquanto seres sociais. Graciliano Ramos falou em entrevista a Homero Senna (1978, p. 55) sobre o seu caráter plural: “Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever sobre o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só.”.

No livro *Infância e linguagem*: Bakhtin, Vygotsky e Benjamim, Jobim e Souza (2002, p. 135) corroboram esse ponto de vista ao afirmar em que

A verdade não se encontra no interior de uma única pessoa, mas está no processo de interação dialógica entre pessoas que a procuram coletivamente. Dessa forma, a unidade do mundo está nas múltiplas vozes que participam do diálogo da vida e na história. Assim como não há nem a primeira nem a última palavra, também não existe nem a primeira nem a última verdade, mas verdades que se constituem na linguagem e por meio dela, continuamente ao longo da história. A unidade do mundo é polifônica.

O falante tem direito sobre o que fala, mas a palavra não é propriedade dele, enquanto o ouvinte, bem como todas as vozes que o antecedem, também faz parte deste diálogo. Logo, todo o arcabouço cultural e sociológico se faz presente nas falas dos sujeitos. Cada ser social é formado por camadas de fatores externos, herdados de seus ancestrais e adquiridos na convivência com seus pares, através da linguagem, especialmente pela palavra. Advém também da linguagem a possibilidade de ressignificar a percepção da realidade que cerca o indivíduo. Eclea Bosi escreveu, no artigo *A opinião e o estereótipo*⁶, que

Nosso círculo de experiência é finito; o nosso espaço vivido é pequeno. Embora tenhamos a ilusão de participar intensamente desse mundo único que encerra os seres vivos, conhecemos, na verdade, um reduzido espaço dentro dele, e um caminho familiar pelo qual nos guiamos e onde repetimos nossos passos, entre a infinidade de caminhos oferecida a outros seres. Se a nossa atividade essencial como sujeitos é ação e percepção, nós a exercemos dentro de um espaço de vida que nos rodeia como uma bolha de sabão e onde encontramos nosso significado biológico e existencial. Conhecemos algumas pessoas, algumas coisas, alguns pedaços de paisagens, de ruas, alguns livros. Presenciamos alguns fatos, mas não presenciamos a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos, e o pensamento e o discurso cotidiano se alimentam dessa confiança social. Além disso, sabemos que transfiguramos uma cena por nós assistida, e ela sofre uma distorção causada pelo ponto de vista. Como se a nossa percepção das coisas fosse, mais do que uma recepção, uma construção, uma tarefa sobre o mundo.

Exceto os indivíduos que têm graves problemas psíquicos ou neurológicos, nascemos preparados para falar e aprender uma ou mais línguas, independente da nossa integração à classe social ou escolaridade. A partir do ato de falar, tornamo-nos sujeitos ativos e passivos em relação às construções sociais às quais somos

⁶ Revista Contexto, (2): 97-104, São Paulo, Hucitec, mar. 1977

subordinados desde o início das nossas vidas. Conforme Barthes (2007, p. 08) afirmou na Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Collège de France, no ano de 1997: “assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder”. A linguagem tem um papel fundamental na construção e representação da realidade da qual fazemos parte.

A linguagem enquanto discurso torna-se assim um espaço que proporciona a manifestação de ideologia, não sendo, portanto, unicamente neutra. É lugar de conflito, lugar de mediação entre a realidade e o indivíduo. Os processos que a constituem são históricos e sociais. O relacionamento entre os integrantes de grupos sociais se dá através da comunicação. Para a realização dos diálogos é necessário que existam, pelo menos, dois interlocutores e que entre estes exista uma correspondência mútua, ainda que seja em um contexto de confrontos e negociações. Os indivíduos socialmente organizados são mediados através da linguagem, criando seus próprios sentidos. A ação particular de falar se dá através de um processo coletivo, apropriando-se das culturas nas quais os indivíduos estão inseridos. De acordo com Citelli (1995, p. 32-33),

O sentido de uma palavra “nasce”, produz-se, em geral, a partir de mudanças sociais, a partir de novas teorias, a partir de conteúdos novos – de novas ações humanas, enfim. Essas novas ações brotam a cada momento no cotidiano, muitas vezes num processo lento, outras vezes rapidamente, de acordo com o momento histórico. (...) Normalmente é no cotidiano que se pode perceber o processo de mudança social, portanto de surgimento de novos sentidos, ainda que às vezes lento. O nosso cotidiano é vivido num tumulto de expressões, que materializam nossa vida social e que regem o nosso mundo interior.

Atribuindo a indissociabilidade entre o homem, enquanto ser social, e a linguagem, Octavio Paz (2013, p. 38-39) é enfático ao afirmar que o homem não pode escapar da linguagem, até mesmo quando silencia, uma vez que o silêncio também tem significado:

A palavra é o próprio homem. Somos feitos de palavras. Elas são nossa única realidade ou, pelo menos, o único testemunho da nossa realidade. Não há pensamento sem linguagem, tampouco objeto de conhecimento: a primeira coisa que o homem faz com a realidade desconhecida é nomeá-la, batizá-la. O que ignoramos é o inominado. Toda aprendizagem principia como ensino dos verdadeiros nomes

das coisas e termina com a revelação da palavra-chave que nos abrirá as portas do saber. Ou com a confissão de ignorância: o silêncio. E até o silêncio diz alguma coisa, pois está prenhe de signos. Não podemos escapar da linguagem.

Para além do tratamento diferenciado que Graciliano Ramos imprime à linguagem, ele a utiliza em um contexto que remete o leitor a uma observação direcionada para as questões sociais do cotidiano. A fala, ou sua ausência, é o recurso utilizado pelo autor para atender às necessidades das suas personagens, movidas essas pelo desejo de comunicar-se.

No livro *Vidas secas*, por exemplo, esse desejo é flagrante. A queixa recorrente de Fabiano era sua falta de conhecimento, o fato de não saber se expressar. Mas “em horas de maluqueira”, usava palavras difíceis, tentando imitar seu Tomás da Bolandeira, um homem que “falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros”, o representante da cultura na história e, por conta disso, respeitado por todos e admirado por Fabiano, que queria falar igual a ele. Em entrevista sobre o romance concedida a Brito Broca⁷, para *A Gazeta*, em 1938, Graciliano Ramos reclamou da construção das personagens no romance regional da época. Explicando que criou a história com apenas cinco personagens – um homem, uma mulher, dois meninos e uma cachorrinha –, e que não se tratava de um romance de ambiente, como faziam os escritores nordestinos e regionalistas em geral, desabafa:

Eles se preocupam apenas com a paisagem, a pintura do meio, colocando os personagens em situação muito convencional. Não estudam, propriamente, a alma do sertanejo. Limitam-se a emprestar-lhe sentimentos e maneiras da gente da cidade, fazendo-os falar uma língua que não é absolutamente o linguajar desses seres brancos e primários. O estudo da alma do sertanejo, do Norte ou do Sul, ainda está por se fazer em nossa literatura regionalista. Quem ler os romances regionalistas brasileiros faz uma ideia muito diversa do que seja o homem do mato. A falsidade e o convencionalismo são berrantes. Quer que eu os acuse de um detalhe apenas? O sertanejo nordestino aparece na literatura como um tagarela, fazendo imagens arrevesadas e desmesurando-se numa loquacidade extraordinária. Pois nada mais postiço: o sertanejo

⁷ BROCA, Brito. *Vidas secas*: uma palestra com Graciliano Ramos – O sertanejo da Zona árida – O homem no seu habitat”, *A Gazeta, Livros e autores*, São Paulo, 15 mar. 1938, p.8. In: LEBENSZTAYN, Ieda e SALLA, Tiago Mio. *Conversas*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

daquelas bandas é de pouquíssimo falar. Sisudo e macambúzio, ele vive quase sempre fechado consigo mesmo, sendo difícil arrancar-lhe uma prosa.

Em mais um registro sobre a composição das personagens de *Vidas secas*, Clara Ramos⁸ torna pública uma declaração do pai acerca da referida obra:

Procurei auscultar a alma do ser rude e quase primitivo que mora na zona mais recuada do sertão, observar a reação desse espírito bronco ante o mundo exterior, isto é, a hostilidade do meio físico e da injustiça humana. Por pouco que o selvagem pense – e os meus personagens são quase selvagens – o que ele pensa merece anotação. Foi essa pesquisa psicológica que procurei fazer.

Da mesma forma que os vínculos sociais se estabelecem a partir da linguagem, a sua ausência também pode ser um marco social, a partir do momento em que o silêncio pode ser interpretado como um elemento da linguagem, com múltiplos sentidos, significantes e significados.

2.2. Silêncio e Poder

Proíbem-se certas palavras, para proibirem certos sentidos.
Eni Orlandi – *As formas do silêncio* (2007)

De acordo com o dicionário Aulete⁹, silêncio é uma palavra de origem latina, *silentium*, que significa: 1. Ausência de som ou barulho. [Antôn.: ruído, barulho. 2. Estado de quem permanece calado. 3. Privação, voluntária ou não, de qualquer tipo de comunicação escrita ou oral. 4. Abstenção de publicar ou de comentar o que é geralmente sabido. 5. Mutismo, taciturnidade. 6. Estado de tranquilidade, calma, paz. 7. Mistério, sigilo, segredo. 8. Toque de silêncio, em corneta ou clarim, no final do dia ou como homenagem fúnebre. 9. Expressa ordem de calar ou de fazer cessar o barulho.

Podemos assim observar a variedade dos significados atribuídos ao silêncio, ao alcance de uma consulta ao dicionário. Mas se resolvermos sair do senso comum

⁸ Graciliano Ramos, *apud* Clara Ramos. *Mestre Graciliano*. Confirmação humana de urna obra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 125

⁹ Disponível em: <http://www.significados.com.br/silencio/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

e observarmos as camadas subjacentes da palavra, no sentido de buscar sua etimologia mais profunda, verificaremos que o silêncio vai além da ação de calar ou à condição de não haver ruído. De acordo com o estudo etimológico que Eni Orlandi fez a respeito da palavra, o silêncio tem significantes bem mais profundos:

Se nos voltarmos agora para a história das palavras, encontramos a etimologia de *silentium*, referida a *silens*, que significa: que se cala, silencioso, que não faz ruído, calmo, que está em repouso, sombra etc. Algumas observações a respeito do uso dessa palavra são interessantes. Embora na época clássica não houvesse diferença de sentido entre *sileo* e *taceo* (calar), primitivamente *sileo* não designava propriamente “silêncio”, mas “tranquilidade”, ausência de movimento ou ruído: “estar em silêncio”= “estar quieto”. Empregava-se *sileo* para falar das coisas, de pessoas e, especialmente, da noite, dos ventos e do mar. *Silentium*, mar profundo. E aí nos deparamos com o aspecto fluido e líquido do silêncio (ORLANDI, 2007, p. 33.)

O silêncio, posto em um segundo nível da linguagem, vai mais além da condição simplória. O termo tem uma relação constitutiva com a linguagem e, segundo Orlandi (2007, p. 23), “o silêncio não é mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria”. Ele não fala, mas significa. Significando de diversas maneiras e tornando-se objeto de estudo e reflexão de interesses variados – como dos semiólogos, dos psicanalistas, dos filósofos, dos linguistas –, mostra uma abrangência de importante reforço à ideia de que o silêncio não se reduz apenas à ausência de palavras. Tendo sua maneira própria de significar, ele se relaciona com as palavras sem necessariamente se reduzir à ausência ou ao complemento delas. O filósofo italiano Michelle Frederico Sciacca, em seu livro *Silêncio e palavra*, complementa:

O silêncio e a palavra são *dois elementos essenciais e indivisíveis da linguagem*, ou seja, o silêncio faz-se presente na comunicação verbal como um elemento fundamental na diferenciação de sentido entre as palavras; ao mesmo tempo, ele próprio é significativo, na medida em que o silêncio é produtor de sentido, isto é, possui uma função expressiva dentro da ação da linguagem. (SCIACCA, 1967, 14-15)

Eni Orlandi (2007, p. 68) nos apresenta ainda o silêncio sob uma perspectiva de “silêncio fundador, ou fundante, princípio de toda significação”, não como um vazio. Não se pode traduzi-lo em palavras, mas, através de métodos de observação discursiva, é possível compreender seus sentidos. Embora a comunicação verbal

seja fundamental para revelar os pensamentos, o silêncio não representa o nada ou o vazio, pois, se não estamos falando, a linguagem estará presente através do pensamento, da introspecção ou mesmo da contemplação.

Se, em vez de falarmos, fizermos silêncio, o significado da ação será diferente. O silêncio significa por si, autonomicamente, a depender do contexto, podendo ser até mais importante que a própria fala. Em entrevista publicada no site do programa Globo Universidade¹⁰, no ano de 2013, Eni Orlandi declarou que “significar com palavras é diferente de significar com silêncio. (...) A gente pode estar em silêncio e estar significando. E também, muitas vezes, você fala certas coisas para que outros sentidos não apareçam. Isso é o silenciamento. Mas o sentido silenciado não desaparece”.

A linguagem tem a seu favor a gramática, um rol de normas. Já o silêncio tem uma aparente fragilidade por não possuir um código estabelecido. No entanto, ele carrega uma presença plena de significações, uma complexidade que coloca em discussão a própria linguagem em seu uso social. O silêncio está presente no nosso cotidiano através de distintas manifestações. Por exemplo, ficamos em silêncio em momentos de contemplação, de emoção, de introspecção, de disciplina, de exercício de poder e até de resistência. Roland Barthes (2007, p. 17) ressalta que

A coisa languageira não pode ser tida e contida nos limites da frase. Não somente os fonemas, as palavras e as articulações sintáticas que estão submetidas a um regime de liberdade condicional, já que não podemos combiná-los de qualquer jeito; é todo o lençol do discurso que é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues no nível retórico, sutis e agudas no nível gramatical: a língua afluí no discurso, o discurso reflui na língua, eles persistem um sob o outro.

Para além da perspectiva negativa em relação ao silêncio e da observação dos seus modos de existência, Orlandi (2007, p. 43) orienta que, para compreender o silêncio, devemos reparar “a perspectiva discursiva, que se define pelo fato de que

¹⁰<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/11/eni-orlandi-fala-sobre-analise-do-discurso-e-linguagem-em-entrevista.html>, acessado em 31 de julho de 2015.

a noção de discurso supõe a superação da dicotomia estrita língua/fala”, pois dizer e falar atuam juntos. O silêncio também pode estar em uma situação inversa, significando loucura, angústia, abatimento, ansiedade, sofrimento, depressão, doenças como autismo ou afasia. Estabelecer simplesmente que o silêncio significa falta de fala, falta de linguagem ou apenas uma pausa é uma leitura rasa sobre a questão. Não podemos pensar o silêncio e desconsiderá-lo em sua relação imprescindível com a linguagem, uma vez que silêncio e linguagem dependem um do outro para existir. Eles são complementares entre si e não opostos, ou antagônicos.

O compositor e pesquisador norte-americano John Cage realizou, em 1952, o experimento *4'33"*, relacionando a música ao silêncio, que consistia em uma composição silenciosa. Na estreia de *4'33"*, o pianista David Tudor sentou-se em silêncio diante do piano, sem executar a música, apenas mexendo a mão no ar, silenciosamente, por três vezes no período cronometrado de quatro minutos e trinta e três segundos. Nesse ínterim, ouviam-se apenas os ruídos produzidos no ambiente durante a performance do pianista. Cage relata no livro *Silence* (1961) que a primeira experiência realizada por ele a fim de confirmar se o silêncio existe de verdade foi em uma câmara anecoica, sem eco e isolada de ruídos externos, na Universidade de Harvard. Dentro desta câmara, o pesquisador relatou que ouviu dois sons, um alto e o outro baixo. Quando questionou o engenheiro responsável, foi informado que o som alto era o seu sistema nervoso e o baixo, seu sangue circulando. No ensaio *A estética do silêncio* (1966), Susan Sontag fala sobre a impossibilidade de existir o silêncio absoluto.

Um vazio genuíno, um puro silêncio não é exequível – seja conceitualmente ou de fato. Quando nada, porque a obra de arte existe em um mundo preenchido com muitas outras coisas, o artista que cria o silêncio ou o vazio deve produzir algo dialético: um vácuo pleno, um vazio enriquecedor, um silêncio ressoante ou eloquente. O silêncio continua a ser, de modo inelutável, uma forma de discurso (em muitos exemplos, de protesto ou de acusação) e um elemento em um diálogo (SONTAG, 2015, p. 18).

Retomando a discussão sobre o conceito de ideologia, para Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895), no livro *A ideologia alemã* (1932), a ciência é criada em determinado tempo histórico por um conjunto de pessoas egressas da classe

dominante, que criam ideias a fim de defender seus próprios interesses sobre a classe dominada, perpetuando assim a superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual. As ideias que a classe dominada recebe são construídas pela classe dominante, que acredita serem estas uma verdade universal. O opressor acaba acreditando que à classe dominada cabe apenas o trabalho manual e nunca o intelectual. Dessa forma,

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideais dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2005, p. 78).

Em entrevista concedida às professoras do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1985, Paulo Freire – célebre educador brasileiro, autor da pedagogia do oprimido e dos objetivos da escola em ensinar o aluno a "ler o mundo" para poder transformá-lo – discorreu sobre a íntima relação entre linguagem, classe social, poder de classe e o preconceito que existe em relação à sintaxe popular quando pareada com a linguagem sofisticada da classe dominante:

Eu acho inviável compreender o problema da linguagem sem um corte de classe. Não é possível compreender o problema da linguagem sem uma referência ao poder, e o poder é o poder de classe, evidentemente. No caso brasileiro, a distância entre esta nossa linguagem sofisticada, esta linguagem conceitualizada, esta linguagem que opera ou que funciona em termos de descrição dos conceitos e não em termos de descrição do concreto, como é a sintaxe popular. (...) Ora, entre nós, quando a gente pensa no chamado padrão culto, a primeira pergunta que a gente faria seria: quem disse que este é o culto? E aí tu chegas à questão do poder: só quem tem poder define, só quem tem poder descreve, só quem tem poder perfila e por isso é que o opressor perfila o oprimido, por isso é que o opressor dá nome à terra do oprimido.¹¹

¹¹ Perspectiva; r. CED. Florianópolis. 1(4), 47-51. Jan./Dez. 1985

Marx, Engels e Freire nos demonstram assim como palavra e poder, saber e dominação caminham juntos e de forma íntima, a ponto de determinarem fatos sociais e suas classes. Os discursos contêm elementos de poder, repletos de ideologias. Conforme Barthes (2007, p. 6) afirmou, “falar simplesmente, fora de toda sanção institucional, não constitui uma atividade que seja, por direito, pura de qualquer poder: o poder aí está, emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder”.

A sociedade é regida por dogmas religiosos, regras jurídicas, morais, sistemas financeiros, maneiras de agir, costumes, entre tantas outras imposições dos discursos dominantes. A comunicação, além de contribuir para a socialização do indivíduo, colabora com a organização do pensamento e da ideologia. Conforme Bakhtin (1997, p.37),

É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. E devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica, seja ela qual for.

As sociedades que se autodenominam democráticas, mas têm em essência um sistema de governo totalitário, como nas ditaduras que existiram no Brasil, por exemplo, executam o poder de silenciar utilizando-se de uma língua vazia, na qual os sentidos não ressoam e não têm desdobramentos. Trata-se do que Orlandi (2007, p.99) definiu como “língua-de-espuma”¹². Conforme a linguista, “Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não reproduzem repercussões. Se, de um lado, não se comprometem com nenhuma ‘realidade’, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para esta mesma ‘realidade’”.

O poder se impõe acompanhado do silenciamento imposto pela opressão, via censura, trazendo à existência o silêncio do oprimido. A partir da ação de oprimir,

¹² Para distinção língua/discurso, remetemos a P. Seriot (especialmente 1982, 1983). Guardamos, entretanto, a expressão “língua-de-espuma” por seu poder de evocação ao consagrado *langue-de-bois*. Para o que corresponde ao sentido de espuma, quisemos manter sua ambiguidade, tanto a espuma de sabão, como a espuma de borracha. No entanto, não somos indiferentes à designação “língua-de-chumbo”, que poderíamos usar, já que o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) ficou conhecido como “anos de chumbo”. (Nota de Eni Orlandi)

emerge o discurso da resistência, uma forma de oposição ao poder. Mas o movimento social dos sentidos se manifesta na resistência à língua-de-espuma, na resistência que se dá através das falas e dos silêncios, com expressão de sentimentos ou emoções, acentuando ou esmaecendo as disputas, com discursos subjetivos que denunciam aceitação ou resistência em relação às tradições impostas pelos costumes arraigados na sociedade. De acordo com Mary Del Priore (2001, p. 77), é neste momento que o silêncio mostra a sua força.

Hoje, mais do que ouvirmos o silêncio, nos calamus diante de questões sobre as quais não deveríamos nem poderíamos consentir. A lista é longa e abrange desde questões de cidadania àquelas nacionais: violência, criminalidade, corrupção de homens públicos, miséria, saúde, educação etc. Esse é o nosso silêncio feito de medo e de palavras mortas.

O silêncio, revestido com a película da censura, representa o que não pode ser enunciado em determinadas circunstâncias, podendo ser compreendido de formas diferentes: a primeira como imposição, colocada como uma forma de dominação em que o sujeito é excluído, ficando sem voz e sem sentido; a segunda é o silêncio “proposto”, isto é, aquele que se apresenta como uma forma de resistência, de defesa e proteção. Orlandi (2007, p. 104) define censura da seguinte forma:

É a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferenças de posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável, como autor.

O homem é um produto das, suas e alheias, práticas discursivas – esta era a forma como Michel Foucault percebia os indivíduos. O silenciamento imposto e o silenciar por resistência estabelecem uma dinâmica através das relações de poder, temática sobre a qual Foucault desenvolveu uma consistente teoria, a relação entre conhecimento e poder, que é um dos pilares da sua obra. Para Foucault, o poder é

uma consequência do conhecer, pois quem conhece desenvolve uma reflexão a respeito do poder de que dispõe e lança mão deste recurso. O poder não tem uma localização específica. Estando em toda parte, ele provém de todos os lugares e pessoas, devendo ser pensado como algo que circula, que funciona em cadeia. O poder não é apenas coercitivo, e não são apenas as instituições que fazem uso dele. De acordo com Souza (2014, p. 104),

O poder, longe de se limitar à dominação, é estratégico, ou seja, se relaciona com os dominados e cria estratégias a partir deste relacionamento. E cria técnicas nas quais estas estratégias atuam, preservando zonas de liberdade que, por outro lado, são controladas em benefício de quem mantém o poder, mas permite o surgimento de formas de contestação que podem ser mais ou menos eficazes.

A existência das relações de poder suscita o surgimento de resistências. Da mesma forma como o poder não está enraizado em um ponto específico, a resistência se distribui por toda a estrutura social. E como poder e resistência implicam em repressão, Foucault (1979, p. 10) explica que esta última pode ser imposta através do silêncio geral e aplicado: “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber”.

Através do adestramento do corpo humano – controle detalhado e minucioso de atitudes, comportamentos, hábitos e discursos –, o poder atinge a intimidade dos indivíduos. A disciplina produz corpos dóceis, molda o homem para que ele tenha, através de sua força de trabalho, o máximo de utilidade econômica, da mesma forma que diminui a sua capacidade de revoltar-se e de resistir às ordens do poder, implicando em vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Ainda conforme Foucault:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determinam. (FOUCAULT, 2009, p. 133)

As personagens centrais – especialmente as mulheres, foco deste estudo – dos livros *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia*, *Vidas secas* e *Infância* vivenciam, o tempo inteiro, a dominação feita através da linguagem, seja pelo silêncio, pela fala, pela menção ou intenção de falar, como também pela palavra com seus sentidos manipulado pelo poder. O tratamento que Graciliano Ramos imprime à sua escrita carrega ainda mais as tintas de denúncia do desarranjo, seja ele interior ou exterior, das suas personagens. Segundo pensa Jorge de Souza Araujo,

Não existe um conceito confiável de sociedade para os heróis gracilianos. Às inegáveis qualidades textuais, o ficcionista incorporou a denúncia da miséria ética brasileira centrada no Nordeste. Meticuloso ao extremo e auto-exigente ao limite do paroxismo, o escritor revelava um cuidado com a limpidez artesanal do estilo enxuto, recoberto apenas do essencial. E levava isso também para a composição das personagens, confundidas com as suas respectivas categorias sociais, a fulanização da decadência rural e de guetos do patriarcalismo com Luís da Silva, a absorbância excludente de Paulo Honório, metonímia do grupo social opressor e capitalista (ARAÚJO, 2008, p. 27).

A opressão estará presente em todo o corpo social, operando em todas as extremidades e em todas as práticas sociais, desde o início da humanidade até o tempo presente. O poder não se limita ao Estado e à vida pública. Ele pode estar também no seio familiar. Souza (2014, p. 111) esclarece que

O estudo do poder não pode restringir-se à análise da dinâmica de classes ou de regras institucionais, devendo, antes, enfocar os mecanismos de poder em sua capilaridade, ou seja, em seu surgimento antes de serem estruturados a partir de relações de dominação. Tais mecanismos, portanto, devem ser pensados a partir da experiência concreta, cotidiana e capilar.

Desde a sua infância, percebe-se em Graciliano Ramos uma trajetória resultante das relações de poder, e isto se refletirá em diversos pontos da obra ficcional e memorialística do escritor alagoano, em cada uma operando de forma diferente, vistas aqui sob a perspectiva das personagens femininas, dependendo da história de vida representada. O próprio Graciliano narra, no livro *Infância*, sua experiência no espaço do rebaixamento moral, um relato dos muitos açoites que recebeu na casa de seus pais, ambiente que teoricamente deveria figurar como lugar de aconchego.

Vivências como a que segue engendraram a sua percepção desgostosa do mundo. No relato de *Um cinturão*, o escritor introduz a história com uma afirmativa que leva o leitor à ideia de que aquela experiência o marcaria até o fim de sua vida. Ainda criança já se desiludiria com a possibilidade de a vida lhe fazer justiça:

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural (RAMOS, 2008, p. 37).

O decorrer do texto segue narrando algumas das mais dolorosas experiências com o autoritarismo dos seus pais, que o tomavam como alvo fácil por se tratar de uma indefesa criança, impossibilitada de reagir. Um trecho reitera que “situações deste gênero constituíram as maiores torturas da minha Infância, e as consequências delas me acompanharam” (RAMOS, 2008, p 36). Em consequência, ele desenvolveria uma espécie de trauma:

Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro. (IRAMOS, 2008, p. 36).

Raras serão as vezes em que se faz uma leitura da obra de Ramos sem que surja um travo na garganta do leitor. As denúncias são feitas de forma cortante. Um corte seco tal qual o discurso do narrador. Sem qualquer floreio, Graciliano utiliza uma linguagem com tons de denúncia para narrar as histórias de suas personagens, pessoas que ele conhece e nas quais se reconhece. Dos escritores regionais que se tornaram conhecidos nas décadas de 30 e 40 do século passado, Graciliano Ramos é um dos romancistas que melhor soube exprimir com bastante ênfase a dura realidade da região em que vivia. Como registra Silva (2007, p. 09-10),

Podemos ver parte da obra de Graciliano Ramos como uma escrita de si, uma escrita da história, partindo da sua memória. Esse “si” que pode se deslocar para um outro, mas para um outro bastante próximo e que perpassa o cotidiano do narrador/autor. Um outro criado ou representado através da personagem. [...] Vemos que as personagens narradas falam de um local social, expressam-se

através de uma linguagem peculiar. Formam um caleidoscópio que é o próprio autor e as suas experiências vividas através de suas personagens.

A cada página das histórias de Graciliano Ramos percebe-se o tom de denúncia social, de incômodo ante os desrespeitos habituais na rotina dos excluídos, donde as personagens densas, que compõem uma variada escala de matizes, abarcando um sem número de nuances. A começar por *Caetés*, quando João Valério, num momento de lucidez, motivado por angústia lancinante, consegue se enxergar direito ao constatar:

Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? Quatrocentos anos de civilização, outras raças, outros costumes. E eu disse que não sabia o que se passava na alma de um caeté! Provavelmente o que se passa na minha, com algumas diferenças. Um caeté de olhos azuis, que fala português ruim, sabe escrituração mercantil, lê jornais e ouve missas. É isso, um caeté (RAMOS, 2012, p. 177).

Paulo Honório é o indivíduo que, sozinho, conquistaria tudo o que podia comprar, exceto a serenidade. Um articulador nato, que se beneficiaria de todas as negociações em que se envolvia, menos no casamento, também acordado como um negócio. Ter Madalena em sua vida, porém, o faria enxergar que nem tudo o que ele “possuía” era de fato dele. A possessividade e o ciúme de Paulo Honório corroeram a vida dos dois, e ele sabe que não poderia ter sido diferente:

– Estraguei a minha vida estupidamente.
Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige.
(...) Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou.
Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo.
Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.
E a desconfiança terrível que me aponta os inimigos em toda parte.
(RAMOS, 2012, p. 220- 221)

Luís da Silva, o homem devorado por uma febre que nunca cessaria, motivada por diversos desejos, e todos esses desejos encontrando uma sólida barreira: Julião Tavares. E diante do algoz, que Luís da Silva julgava apenas como um gordo inútil, bem vestido e falador, caíam por terra todas as migalhas de autoestima que ainda conseguira reunir na vida. Em um dos encontros entre os dois, Luís da Silva reconhece:

Diante dele eu me sentia estúpido. Sorria, esfregava as mãos com esta covardia que a vida áspera me deu e eu não encontrava uma palavra para dizer. A minha linguagem é baixa e acanhada. Às vezes sapeco palavrões obscenos. Não os adoto escrevendo por falta de hábito e porque os jornais não os publicariam, mas é a minha maneira ordinária de falar quando não estou na presença dos chefes. (RAMOS, 2013, p. 59)

Em *Vidas secas*, no capítulo *Fabiano*, nota-se a preocupação do pai para com a educação dos filhos. Ele acreditava que os meninos deveriam crescer da mesma forma que ele e o próprio pai haviam se criado: fortes e resistentes como bichos. Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha.” (RAMOS, 2013, p. 22). No entanto, sinha Vitória seria a pessoa a dar o primeiro passo para a ruptura deste ciclo, convencendo o marido a ir embora da fazenda e seguir para a cidade, para que os filhos pudessem estudar.

Da mesma forma que as personagens masculinas sofrem imposições sociais, as personagens femininas também, e na maioria das vezes em situações mais acentuadamente dolorosas. Duas personagens femininas, de grande profundidade e de histórias diferentes, agem de forma semelhante perante as injustiças que fazem parte de seu cotidiano e envolvendo seus maridos: sinha Vitória, com seu parco saber, mas aguçada percepção, e Madalena, dotada de conhecimentos e solidariedade ante a miséria alheia, ambas tentando fazer justiça, cada uma a seu modo. Sinha Vitória não se conformava com a forma como o patrão ludibriava Fabiano, ciente de que a sua mulher tinha acertado nas contas, mas obrigado a calar-se diante do logro opressor, já que não teria como manter a família, caso perdesse o emprego:

Sinha Vitória fazia contas direito: sentava-se na cozinha, consultava montes de sementes de várias espécies, correspondentes a mil-réis, tostões e vinténs. E acertava. As contas do patrão eram diferentes,

arranjadas a tinta e contra o vaqueiro, mas Fabiano sabia que elas estavam erradas e o patrão queria enganá-lo. Enganava. Que remédio? (RAMOS, 2013, p. 114).

Logo que Madalena se casa com Paulo Honório e começa a perceber a forma como o marido trata os empregados que lhe eram fiéis, muitas vezes pela necessidade e não pelo merecimento, começa, ainda que de forma suave, a fazer ponderações, contestando a relação e o modo de agir do marido. O diálogo que se segue é a gênese do que viria a ser o suplício e o fim de Madalena:

E dois dias depois do casamento, ainda com um ar machucado, largou-se para o campo e rasgou a roupa nos garranchos do algodão. A hora do jantar encontrei-a no descaroador, conversando com o maquinista.

— Ora muito bem. Isto é mulher. Mas aconselhei-a a não expor-se:

— Esses caboclos são uns brutos. Quer trabalhar? Combino. Trabalhe com Maria das Dores. A gente da lavoura só comigo.

— A ocupação de Maria das Dores não me agrada. E eu não vim para aqui dormir.

— São entusiasmos do princípio.

— Outra coisa, continuou Madalena. A família de mestre Caetano está sofrendo privações.

— Já conhece mestre Caetano? Perguntei admirado. Privações, é sempre a mesma cantiga. A verdade é que não preciso mais dele. Era melhor ir cavar a vida fora.

— Doente...

— Devia ter feito economia. São todos assim, imprevidentes. Uma doença qualquer, e é isto: adiantamentos, remédios. Vai-se o lucro todo.

— Ele já trabalhou demais. E está tão velho! (RAMOS, 2012, p. 110, 111).

Luísa e Marina não chegariam a se casar com João Valério e Luís da Silva, respectivamente. Mas estes dois homens observavam-nas como seus objetos de desejo, de forma diferenciada. Ambas, cada uma a seu modo, exerciam uma espécie de fascínio sobre eles, fascínio e desejo que se manifestavam de forma completamente diferente. Na mesma proporção que João Valério tinha interesse sexual por Luísa, ele a enxergava como uma mulher boa, com as melhores qualidades. Mas a despeito de tão nobres adjetivos, recuaria quando teve a oportunidade de tê-la como esposa:

Luísa era franca – movimentos decididos, riso claro, grandes olhos azuis que lhe deixavam ver a alma. Tive a impressão extravagante de que ela andava nua. Saíam-lhes nus os pensamentos. E os

vestidos escassos apenas lhe cobriam partes do corpo, belo, que se poderia mostrar inteiramente nu.

Luísa era boa, de uma bondade que se derramava sobre todos os viventes. Sou apenas um inseto, mas, para inseto, recebi tratamento exagerado.

Luísa era pura. Imaginei que nunca um desejo ruim lhe havia perturbado o sono (RAMOS, 2012, p. 46).

Com sentimento semelhante, mas com adjetivação oposta, Marina, a mulher que desperta os desejos mais viscerais em Luís da Silva, mexendo completamente com sua estrutura física, financeira e emocional, Marina impulsiona Luís a tomar decisões irreversíveis, roubando-lhe o controle psicológico, e sempre classificada de forma depreciativa, ainda que ele a elogie. Luís da Silva fala mal de Marina, mas a representa como algo o mais próximo do que imaginava como sendo o amor.

Naturalmente gastei meses construindo esta Marina que vive dentro de mim, que é diferente da outra, mas se confunde com ela. Antes de eu conhecer a mocinha dos cabelos de fogo, ela me aparecia dividida numa grande quantidade de pedaços de mulher, e às vezes os pedaços não se combinavam bem, davam-me a impressão de que a vizinha estava desconjuntada. Agora mesmo temo deixar aqui uma sucessão de peças de qualidade: nádegas, coxas, olhos, braços, inquietações, vivacidade, amor ao luxo, quentura, admiração a d. Mercedes. Foi difícil reunir essas coisas e muitas outras, formar com elas a máquina que ia encontrar-me à noite, ao pé da mangueira. Preguiçosa, ingrata, leviana. Os defeitos, porem, só me pareceram censuráveis no começo das nossas relações. Logo que se juntaram para formar com o resto uma criatura completa, achei-os naturais, e não poderia imaginar Marina sem eles, como não a poderia imaginar sem corpo. (RAMOS, 2013, p. 82-83)

Em *Infância*, Graciliano revisita seu tempo de criança e relata, em diversos momentos, como foram difíceis os primeiros anos de vida, criado numa casa na qual o afeto era ausente. O período narrado pelo romancista compreende o final do século XIX, em pleno nordeste brasileiro. Se, para as mulheres, o que lhes cabia nas relações sociais era a condição de dominada, silenciada pela opressão do discurso masculino, para uma criança a situação seria ainda mais desagradável: o medo, tão familiar quanto a presença de seus genitores.

Como se não bastassem a devastação da vegetação e a morte dos animais, efeitos corriqueiros imprimidos pela seca no maior ciclo do tempo, nas muitas

histórias em que os pais são mencionados, raros serão os momentos em que a aspereza não se fazia presente. O estio e a secura também estavam fora e dentro de casa. Em uma de suas lembranças, o narrador de *Infância* perfaz o desenho fragmentado e disforme dos seus próprios pais: “foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor. Depois as mãos finas se afastaram das grossas, lentamente se delinearam dois seres que me impuseram obediência e respeito. Habituei-me a estas mãos, cheguei a gostar delas” (RAMOS, 1995, p. 12).

Ainda que em suas memórias os cuidados que recebia dos pais estivessem constantemente mesclados com a imposição da força física e de palavras depreciativas, em alguns momentos acontecia uma espécie de milagre, que deixava o menino Graciliano confuso, como no relato que faz no episódio *Manhã*:

Bem e mal ainda não existiam, faltava razão para que nos afligissem com pancadas e gritos. Contudo, as pancadas e os gritos figuravam na ordem dos acontecimentos, partiam sempre de seres determinados, como a chuva e o sol vinham do céu. E o céu era terrível, e os donos da casa eram fortes. Ora, sucedia que minha mãe abrandava de repente e meu pai, silencioso, explosivo, resolvia contar-me histórias. Admirava-me, aceitava a lei nova, ingênuo admitia que a natureza se houvesse modificado. Fechava-se o doce parêntese – e isto me desorientava (RAMOS, 1995, p. 17-18).

Graciliano Ramos descortina, nas cinco obras aqui analisadas e sobre as quais se debruça a presente pesquisa, como as relações humanas podem se tornar elásticas, mesmo diante de uma aparente inflexibilidade das personagens envolvidas. Ora elas se encontram na condição de dominador, ora na condição de dominado. Indivíduos que estão ao sabor das circunstâncias – na maioria das vezes em situações de mal-estar interior, em concordância com o desconforto exterior – ganham vida e voz, ainda que seja exclusivamente através do narrador, para denunciar as condições nas quais as personagens perdem, em cíclicos momentos, as características básicas dos seres humanos.

É nesse contexto de elucubrações acerca das vivências sociais tendo a comunicação, ou a ausência dela, baseada em palavras e silêncios, que avulta o questionamento de Michel Foucault (2007, p. 8): “mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” Quando pessoas oprimidas deixam

de o ser por terem coragem de buscar mudanças, ainda que inicialmente pequenas, amedronta os opressores a força que esteve represada por tantos anos.

Tomando como exemplo as mulheres, que começaram a reconhecer ser possível conquistar a emancipação e vislumbrarem a igualdade com os homens, por mais distante que isso possa parecer, desbravando um espaço fechado, as pioneiras dessa busca começaram a deter o poder à medida em que se uniram pelo ideal em comum, adquirindo confiança, conhecimento e subsídios para falarem de e por si, rompendo o silêncio e avançando na direção de seus sonhos.

3. VOZ DA MULHER: TENSÃO E COTIDIANO.

“Exatamente como os homens. Os mesmos pedidos, as mesmas embromações, mas com aparência muito melhor”
Graciliano Ramos – *Mulheres* (1933)

No ano de publicação de *Caetés*, Ramos escreve para o *Jornal de Alagoas* um texto intitulado *Mulheres*¹³. Publicado em 20 de maio de 1933, o artigo aborda diversos aspectos do papel da mulher no Nordeste, e também a primeira eleição em que as mulheres tiveram direito ao voto. Logo no início do texto, Ramos condena as pessoas que diminuem o pensamento das mulheres, colocando-as em situação de igualdade com os homens – em termos de articulação política, com a vantagem de terem uma aparência melhor. O tom elogioso continua, e Graciliano opina que as mulheres poderiam lançar-se candidatas a cargos eletivos, já que em suas cabeças existem programas que os homens, nem em pouco mais de quatrocentos anos, não souberam executar. Acreditando que as matutas estão melhor preparadas, já que vão para a escola até os 12 anos, enquanto e os matutos voltam o foco para coisas menos instrutivas, especialmente na puberdade, quando já começam a ter romances, Ramos descreve a vida da mulher adulta em dois contextos: na cidade e na zona rural:

Um dia dão uma topada sentimental, casam-se e, algum tempo depois do casamento, quase nunca menos de nove meses, passam à categoria de mães. São agentes de correio, telegrafistas, professoras interinas, datilógrafas num banco popular e agrícola, mulheres de negociantes. Como mulheres de negociantes, tomam conta da loja, compram, vendem, escrituram, arrumam, desarrumam, varrem, espanam, brigam com o caixeiro (ou não brigam), escrevem bilhetes de cobrança, entendem-se com os representantes dos fornecedores.

(...)

No campo é diferente. Em cada sítio, quando falta a professora pública, há uma velha sabida, perita em décimas e ladainhas. É ela que ensina as quatro espécies de contas às meninas e lhes mete o almanaque entre os dedos. O almanaque resume a ciência toda.

¹³Apud SALLA, Thiago Mio. *Garranchos*: textos inéditos de Graciliano Ramos. Org. Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro, Record: 2012. p.125-128

Graciliano Ramos constrói um texto estabelecendo comparações entre homens e mulheres. Contrariando os relatos históricos, ele situa a mulher em um patamar acima dos homens no contexto político, – na condição de candidata, primeira dama ou eleitora – e no contexto social. O articulista arremata o seu texto demonstrando o potencial que as mulheres têm para assumir cargos de administração dos municípios:

Vão agora pensar que esses pobres homens continuarão a atrapalhar a política e a administração do Estado. Não continuam. Os municípios serão dirigidos por mulheres. Dirigidos claramente. Porque em alguns, conforme ficou dito, já elas dominavam à socapa no tempo em que só os homens podiam votar. Imaginem a que nos reduziremos para o futuro.

Pouco mais de quatro anos depois, em 28 de outubro de 1937, Graciliano Ramos publica o texto *Mulheres...*¹⁴, em *Vamos Lêr!* [sic]. Mudando um pouco o tom da abordagem, e indicando que hábitos novos haviam corrompido o tratamento dado às mulheres, descrevendo-as em ambientes de trabalho, desta vez sem eficiência nem esmero, submetidas à falta de cavalheirismo por parte dos homens, que àquela altura haviam se tornado seus concorrentes. Ramos escreveu que “Há pouco tempo uma senhora declarou num romance que as mulheres são diferentes dos homens. É claro. Mas, apesar da diferença, elas se tornaram nossas concorrentes e concorrentes temíveis.”, finalizando, com ênfase, que a guerra dos sexos já havia começado no Rio de Janeiro, cidade onde o texto circularia: “Vão para o diabo. É isto. Concorrentes, inimigas. Ou amigas. Dá tudo no mesmo”.

Graciliano Ramos analisa, nos dois artigos, mulheres no contexto do Nordeste, em Alagoas, e no Sudeste, no Rio de Janeiro, avaliando que os comportamentos variavam, mas sua percepção sobre o assunto permaneceria linear. As mulheres passariam a ser vistas como pessoas fortes, sendo diferentes, mas capazes o suficiente de desestabilizar a hegemonia dos homens. O escritor testemunharia o processo de evolução feminina no Brasil, quando as mulheres começavam a ganhar os espaços públicos, em condições de igualdade, ainda que relativa.

¹⁴ SALLA, Thiago Mio. *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. Org. Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro, Record: 2012. p.160-163

Entre 1933 e 1937, quando os textos acima citados circulam, Graciliano Ramos publica *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*, livros que contavam com mulheres não submetidas às determinações da sociedade patriarcal vigente. Nota-se em sua obra que as mulheres são donas de suas histórias, pagando o preço cobrado para tanto. Mais de oitenta anos se passaram, as mulheres ganharam espaço na política¹⁵, atualmente representamos – elegemos e reelegemos uma mulher para o posto mais alto do poder de nossa República – e na sociedade, mas até os dias atuais elas vivem constantemente se equilibrando entre as heranças de Eva e de Maria.

3.1 Fazendo a própria história: ser mulher no privado e no público.

“O mundo sempre pertenceu aos machos”
Simone de Beauvoir – *O segundo sexo* (1949)

Desde os tempos mais remotos, a humanidade tem por hábito contar histórias, criadas, repetidas, ampliadas, reduzidas, com o propósito de ensinar ou entreter. Narrar é, portanto, uma atividade que faz parte do cotidiano das pessoas, desde a sua origem, pois, consoante a interpretação de Roland Barthes (1971, p. 19), “em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade... a narrativa está aí, como a vida.”

Tão larga quanto a produção de histórias a partir dos primórdios da humanidade, também perceptível será a presença de personagens femininas nessas narrativas. No livro de *Gênesis*, primeiro da *Bíblia sagrada*, que, para os cristãos, marca o início da vida na Terra, a primeira mulher ganharia representação através da figura de Eva: a dona do útero que começou a povoar o mundo, de acordo com a lógica religiosa de fundação do universo.

Eva também será a primeira mulher acusada do cometimento do primeiro delito, tendo aceitado a provocação da serpente, outra personagem feminina, para comer o fruto proibido, e a partir daí responsabilizada por instalar o caos sobre a

¹⁵ Atualmente somos 52,25% de eleitoras, num total de 76.534.830¹⁵ de mulheres. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>, acesso em junho de 2016

Terra. Segundo essa lógica sagrada, caberia a Eva a culpa por sua expulsão e também da de Adão do Paraíso. Sobre a primeira das mulheres recairia o peso da responsabilidade pelo sofrimento humano, determinado pelo Criador, quando percebeu a desobediência do casal:

E à mulher disse: multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará. E a Adão disse: porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos, e cardos também, te produzirá e comerás a erva do campo. No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás. E chamou Adão o nome de sua mulher Eva; porquanto era a mãe de todos os viventes. (Gn3:16-20)

As mulheres não escapariam impunemente ao vacilo de Eva. Desde os tempos do Paraíso até os atuais, a fala feminina é interpelada socialmente, em alguns momentos históricos com maior veemência que em outros. Como em uma eterna via-crúcis, cunhada desde os textos religiosos, e reforçada por construções sociais, o legado de Eva seria um encargo infinitamente desfavorável às mulheres. Da mesma forma que Adão e Eva foram expulsos do Jardim do Eden, a mulher permaneceria banida, em longo prazo, de uma provável similaridade da atitude dos homens, conforme escreveu Perrot (2005, p. 318):

O verbo é o apanágio dos que exercem o poder. Ele é o poder. Ele vem de Deus. Ele faz o homem. As mulheres estão excluídas do poder, político e religioso. No Paraíso, Eva perverteu definitivamente as palavras das mulheres. O cristianismo as admite na fé e na prece, mas no silêncio do arrependimento.

Seguindo-se essa representação da mulher no decorrer da história, retomamos a *Bíblia sagrada*, no contexto do *Novo Testamento*, para citar Maria, a jovem concebida sem pecado, virgem que geraria o Cristo encarnado, o Bendito Fruto do seu ventre, predestinado a conduzir toda a existência humana pelos caminhos da redenção:

A uma virgem desposada com um homem, cujo nome era José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria. E, entrando o anjo onde ela estava, disse: Salve, agraciada; o Senhor é contigo; bendita és tu entre as mulheres. E, vendo-o ela, turbou-se muito com aquelas

palavras, e considerava que saudação seria esta. Disse-lhe, então, o anjo: Maria, não temas, porque achaste graça diante de Deus. E eis que em teu ventre conceberás e darás à luz um filho, e pôr-lhes-á o nome de Jesus. Este será grande, e será chamado filho do Altíssimo; e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai; E reinará eternamente na casa de Jacó, e o seu reino não terá fim. (Lc 1:27-33)

Maria surge, assim, como a redentora das mulheres no contexto bíblico. Entre tantas herdeiras do pecado de Eva, a virgem e imaculada seria a escolhida para gerar em seu puro ventre o Salvador, Rei dos Reis. Ao simbolismo da imagem religiosa, com *status* de santa, se juntaria a mulher que viria a se tornar esposa e mãe, e carregaria o encargo de reproduzir o modelo da mãe do Cristo. Maria não teve escolha: aceitou prontamente a dádiva, embora tivesse dúvidas de como o seu noivo José aceitaria a informação, que a ela foi explicada em forma de milagre. No Antigo Testamento, a traidora, no Novo Testamento, a redentora, Eva e Maria são exemplos amplamente utilizados, mas de forma antagônica. Face a essa dicotomia, Rago (1985, p. 82) explica que

À imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora, e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada, mas mãe que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as sedução infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas.

Nos exemplos acima, e entre tantos outros, percebe-se que as mulheres são representadas com certa frequência por adjetivos que as colocam em situação inferior à do homem desde o “princípio da existência humana”. Simone de Beauvoir, filósofa francesa, refez o trajeto da hierarquia dos sexos à luz do existencialismo. Voltando aos primórdios da humanidade, Beauvoir explica que o sistema biológico da mulher foi o seu primeiro empecilho para se equiparar aos homens. Menstruação, gravidez e parto, as servidões da reprodução, fragilizavam as fêmeas humanas que

se tornavam vulneráveis, com capacidade de trabalho reduzida e obrigadas a permanecer reclusas.

Sem possibilidade de conseguir alimentos e também de proteger a si mesma e aos próprios filhos, elas dependiam da força de trabalho dos homens, tanto para a proteção, como para a alimentação. As mulheres, que, ao contrário das outras fêmeas de mamíferos, não atravessa períodos de esterilidade, permaneciam muito tempo absorvidas pela maternidade. Nos primeiros tempos da espécie humana, a coleta de alimentos para a sobrevivência era muito difícil e insuficiente para a alimentação das hordas. A escassez era inversamente proporcional à fertilidade das mulheres, e a espécie se perpetuava de maneira exagerada e sem meios suficientes para a sua manutenção. As hordas primitivas não valorizavam os filhos, que, para as mulheres apareciam como encargo e não como riqueza. A indiferença com as crianças era muito grande, a mulher não tinha prazer na maternidade, ficando na condição passiva, sofrendo partos dolorosos, a gestação tida como acidente inútil e inoportuno. Tempos depois é que os filhos viriam a ter importância.

Engendrar e aleitar não eram consideradas atividades, mas funções naturais; nenhum projeto nelas se empenhava. Eis por que nelas a mulher não encontrava motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suportava passivamente seu destino biológico, ajuntado aos trabalhos domésticos a ela votados, porque só eles seriam conciliáveis com os encargos da maternidade, encerrados na repetição e na imanência; reproduzidos dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetuaram quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo. (...) A maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis por que, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra, e sim o que mata. (Cf. BEAUVOIR, 2009, p. 102-103).

O homem, ao contrário, irá se especializando com o passar do tempo. Além de suprir as necessidades da tribo, ele criava, projetava, estabelecia objetivos, se realizava como quem pensa, elabora, existe e experimenta o poder. Na busca pela provisão, ainda que disponha de tecnologias em seu favor, o homem corre riscos. Ao colocar sua vida em perigo para conseguir os meios de subsistência para a

horda, ele coloca a vida à disposição do grupo. “Servindo à espécie, o macho humano molda a face do mundo, cria instrumentos novos, inventa, forja o futuro. Pondo-se como soberano, ele encontra a cumplicidade da própria mulher.” (Cf. BEAUVOIR, 2009, 103).

A partir do momento em que as tribos nômades se fixaram e desenvolveram a agricultura, surgiram as instituições e o direito. O homem deixou de correr riscos, não vivenciando mais o embate contra forças hostis, e começando a pensar o mundo e a se pensar. Nas comunidades agrícolas, a mulher em geral tinha importância, pois as crianças passaram a ser valorizadas. Os homens se apropriaram e se fixaram nos territórios, desenvolvendo os modos de vida baseados na propriedade coletiva. A partir de então a posteridade, na forma de herdeiros, passou a ser relevante, e com isto a função da maternidade se tornou sagrada. Por essa época, a concepção não era associada à relação sexual, e a importância do pai na procriação dos filhos era relativamente ignorada. A mãe, sim, era fundamental para o nascimento dos filhos, pois era quem gerava, nutria e educava, dando continuidade ao clã. Era através da mãe que se definia a que propriedade o membro do clã iria pertencer.

A relação do homem com a natureza e com a mulher detinha uma parte mística, enquanto a terra e a mulher eram fecundadas e destinadas a reproduzir seus frutos. Enquanto os humanos eram dependentes unicamente da terra e do sobrenatural, a mulher gozava de grande prestígio na comunidade. Mas quando os homens começaram a manusear o bronze e a construir suas próprias ferramentas, tomaram consciência de que o resultado dependia de seus esforços e não mais da vontade exclusiva da natureza. Com esta percepção, o homem se tornou dono do espaço terrestre, pondo a divindade em segundo plano. Quanto mais aprimorava o manuseio e a confecção dos utensílios, mais poder o homem tirava das divindades e atribuía a si mesmo. Já a mulher permanecia no lar, mas se responsabilizando por diversas atividades, a exemplo da exploração do plantio, nos limites das aldeias. No início da indústria doméstica, eram as mulheres que fabricavam os utensílios e, muitas vezes, eram as responsáveis pelo comércio. Os homens permaneciam com as funções de caçar, pescar e guerrear. As mulheres se tornariam únicas

responsáveis pela procriação do clã, pois dependiam delas os filhos, os rebanhos, os utensílios, as colheitas e toda a prosperidade do grupo.

A desvalorização da mulher representa uma etapa necessária na história da humanidade, porque não era de seu valor positivo, mas de sua fraqueza que ela tirava seu prestígio; nela encarnavam-se os inquietantes mistérios naturais: o homem escapa de seu domínio quando se liberta da natureza. Foi a passagem da pedra ao bronze que lhe permitiu realizar, com seu trabalho, a conquista do solo e de si próprio. (...) A religião da mulher estava ligada ao reinado da agricultura, reinado da duração irredutível, da contingência, do acaso, da espera, do mistério; o do *homo faber* é o reinado do tempo que se pode vencer, tal como o espaço da necessidade, do projeto, da ação, da razão (Cf. BEAUVOIR, 2009, P. 114-115).

A mulher seria definitivamente considerada serva a partir do momento em que o homem reconheceu o próprio poder criador, percebendo que era tão necessário para a procriação quanto a mãe. Afinal, “atribuindo a si próprio e exclusivamente sua posteridade, o homem desvencilha-se definitivamente do império da feminilidade, conquista o domínio do mundo à mulher” (Cf. BEAUVOIR, 2009, p. 120). Findaria então o prestígio místico que a mulher gozou no período referente ao fim do nomadismo até a idade do bronze.

No Brasil, a história da mulher é remontada apenas a partir do período colonial, através dos relatos dos viajantes, que se propuseram a observar a cultura indígena presente na faixa do litoral. Os primeiros registros pertencem aos séculos XVI e XVII, relatando os costumes dos índios sob a perspectiva europeia, baseada na tradição cristã, sem considerar as particularidades da cultura nativa.

De acordo com o artigo *Eva tupiniquim*, estudo realizado por Ronald Raminelli sobre as mulheres indígena no Brasil colonial, as meninas das tribos indígenas passavam por um sofrido ritual quando menstruavam pela primeira vez, portanto ingressando na puberdade e posteriormente na idade adulta. Seus cabelos eram cortados rente às cabeças. Se não houvesse equipamento para o corte, usavam o fogo. Em seguida elas subiam em uma pedra, enquanto os índios machos faziam cortes nas

suas costas e nas nádegas. A profundidade desses cortes dependia da resistência que elas apresentassem. Ainda sangrando, esfregavam-lhes cinzas de abóboras selvagens nos ferimentos para que as cicatrizes ficassem visíveis para o resto da vida. Tais sacrifícios eram realizados a fim de que as futuras mães tivessem filhos bem formados, um ventre sadio e proteção para perigos que pudessem ameaçá-las ao longo da vida.

Ao fim da primeira parte do ritual, elas ficavam envoltas em uma rede de dormir, por três dias, sem ver qualquer pessoa, e sem comer ou beber. Depois do prazo, voltavam para a pedra para que fossem feitos novos cortes, e, de volta à rede novamente, podiam se alimentar com farinha e raízes cozidas e beber água, mas não podiam ingerir carne ou sal. Após o segundo fluxo menstrual, novos cortes eram feitos nas jovens e se repetia o ritual do período anterior. Depois, elas eram pintadas com uma tinta preta extraída do jenipapo. Nas demais menstruações, tinham a mesma dieta alimentar e, quando casadas, ficavam proibidas de ter relações sexuais durante o fluxo.

A primeira menstruação de uma índia, celebrada pela tribo, significava que ela já pertencia ao grupo de adultos e que em breve poderia se casar, mas só depois que o cabelo crescesse e voltasse ao tamanho original. As jovens eram presenteadas com um fio de algodão, simbolizando a virgindade, e, quando não fosse mais virgem, este fio deveria ser rompido. Se houvesse a tentativa de esconder a perda da virgindade, acreditavam que os maus espíritos fariam mal a elas.

Em relação à formação da família, não era permitido formar casais de pais e filhos e entre irmãos, ao passo que as outras uniões eram liberadas. Não havia cerimônia e o casamento poderia ser desfeito a qualquer tempo se uma das partes não quisesse permanecer casada, podendo procurar outros pares, sem constrangimentos. A poligamia era permitida entre os caciques e guerreiros, que podiam ter até catorze companheiras, cabendo a cada uma delas um espaço exclusivo na habitação e todos vivendo em harmonia entre si, sem ciúmes, nem desobediências ao marido. Quanto mais mulheres o guerreiro tinha, maior era o seu prestígio.

A mulher só podia se relacionar com um homem por vez. O adultério feminino era repudiado, e, uma vez descoberto, a adúltera poderia ser expulsa do grupo ou até

mesmo morta, obedecendo à lei natural. Se a traição resultasse em gravidez, a criança era enterrada viva e a mãe, trucidada. O homem traído não costumava se vingar do seu rival para evitar inimizade entre as famílias, rompimentos e guerras. O rigor com a fidelidade da mulher indígena acontecia apenas no período do casamento, pois era comum que elas tivessem relações sexuais antes e isso não causava nenhum constrangimento às famílias. As índias costumavam ser bem tratadas pelos maridos, cabendo a eles proteger as esposas, e quando não estavam na aldeia, o cuidado era redobrado.

A chegada dos homens brancos alteraria o modo de viver dos indígenas brasileiros. Inicialmente os dois povos realizaram um intenso aproveitamento da cultura, valores e experiências entre eles. Os europeus, nos primeiros anos, se uniam às índias ou às suas filhas, dada a falta de mulheres brancas. Depois que as europeias chegaram, quando o homem branco se casava com as indígenas era por preferência sexual. Freyre (2003, p. 160) explica que “Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone.”. Em muitos casos, as índias preferiam ter filhos mestiços para que eles tivessem uma ancestralidade mais nobre, sendo a motivação mais social que sexual. Capistrano de Abreu¹⁶ afirmaria que “da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles correntes só valia o parentesco pelo laço paterno”.

Portugal tinha interesse em colonizar o Brasil, e parte desta empresa se daria através das relações sexuais. Como Freyre (2003, p. 161) exemplifica, “O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual”. A metrópole enviaria o máximo de homens para a colônia brasileira com o intuito de povoar a nova terra e protegê-la de invasões de outros povos, como os ingleses e franceses. Os homens sem família se casariam com as índias nos mesmos moldes cristãos.

¹⁶ ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. Rio de Janeiro, 1928. *Apud*: FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o patriarcal. 51. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.

Inclusive alguns religiosos sucumbiram ao apelo sexual, conforme ressalta Gilberto Freyre:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem [sic] aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2003, p. 161)

O intuito de povoar o Brasil com sangue estrangeiro foi bem sucedido, no entanto somente em meados do século XVI seria reconhecida a primeira geração de mamelucos, mistura de índios com portugueses. Atribuindo-se assim à mulher indígena a matriz biológica da família brasileira, através dela se daria o intercâmbio de etnias e culturas. Com a miscigenação das culturas com soberania do modelo de vida europeu e católico que se iniciaria a cultura patriarcal, sendo o homem o chefe da família. Conforme Freyre (2003, p. 34), “A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”. Mary Del Priore (2013, p. 10) complementa o conceito:

A soma dessa tradição portuguesa com a colonização agrária e escravista resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. Era ele que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar.

(...)

A singularidade da família patriarcal é que ela não se restringia ao trio mencionado. Pai, mãe e filhos constituíam apenas o núcleo central. A família incluía também os

parentes, os filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados e amigos com quem se nutria uma relação de compadrio – isto é, padrinhos ou madrinhas –, além de agregados e escravos. Laços de dependência e solidariedade uniam seus membros.

Durante os trinta primeiros anos, do período colonial, os portugueses só se ocuparam em explorar o pau brasil. Os índios faziam a extração, e em troca recebiam ferramentas, uma novidade para eles. Mas quando foi implantada a cultura de cana-de-açúcar, o Governo Geral (1549) e as tentativas de escravização dos indígenas, a relação entre colonizador e colonizado ficaria bastante hostil. Os indígenas conheceriam o lado sombrio dos colonizadores, pois, além da tentativa de escravização, os jesuítas tentariam mudar os padrões de comportamento e religioso dos nativos. Os religiosos pretendiam catequizar os índios com o intuito de torná-los civilizados, especialmente no que se referia ao vestuário e à higiene. As mulheres indígenas não conseguiriam se adaptar ao costume de cobrir o corpo. Segundo Mattos (1999, p. 63), para o pensamento europeu da época “era preciso cristianizar os nativos para livrá-los do ‘paganismo’ e dos ‘maus costumes’ que representavam suas práticas culturais como a poligamia, a antropofagia e a ‘feitiçaria’”. Após a chegada das mulheres brancas e a nova configuração da família, as índias se tornaram escravas sexuais, já que a atividade sexual não era um tabu na sua cultura.

A tentativa de fazer com que os índios trabalhassem no plantio de açúcar fracassaria, o que obrigaria os colonizadores a substituir os indígenas pelos negros africanos para trabalhar como escravos. Os portugueses e espanhóis já utilizavam este tipo de mão-de-obra. Os exploradores do Brasil passaram também a adotar a prática, de fora que “no ano de 1575 já havia tráfico intenso de escravos entre o Brasil e a África” (SILVA, 1999, p. 75). Os africanos eram capturados em suas tribos na África Continental, negociados e trazidos para o Brasil em embarcações, depois chamadas de navios negreiros. As condições de higiene eram péssimas, e os negros recebiam quantidades de alimento insuficientes, eram acometidos por doenças e muitos morriam durante a viagem. Chegando ao Brasil, eram separados

de seus grupos e misturados com homens de outras tribos, para que não pudessem se comunicar, devido à sua variação linguística. Os homens, mulheres e crianças vindos da África recebiam o mesmo tratamento: eram vistos como mercadoria e assim comercializados no Brasil. Quanto mais escravo o homem branco tinha, mais poderoso ele era.

A escravidão é a exploração da mão-de-obra de um indivíduo que é propriedade do outro, e como tal pode ser vendido, emprestado, doado e confiscado. O escravo não tem direitos, apenas deveres. Se não fizessem o que lhes era ordenado, recebiam castigos violentos. Estas pessoas foram sistematicamente humilhadas pelos brancos, que, embora em minoria numérica, detinham o controle político, militar, financeiro e social. Além da exploração da força de trabalho, as mulheres negras seriam usadas como reprodutoras de escravos e vítimas de abuso sexual.

O próprio corpo (ou as entranhas) da mulher africana/escrava, no Brasil, era fonte de riqueza, pois como procriadora, representava dividendos e possibilidades de ascensão e riqueza para os seus senhores e senhoras, e lamentavelmente, não tinha o prazer de gerar filhos, e sim escravos que, comercializados, poderia não vê-los, nunca mais, ou se permanecessem sob o domínio do mesmo dono, poderia vê-los no tronco e nada poder fazer. A mulher escrava, nas senzalas, era tratada como objeto de exploração sexual, particular dos seus senhores, sendo submetidas aos mais repugnantes institutos sexuais, para satisfazer aos caprichos dos senhores. (SILVA, 1999, p. 76)

Em 1550 desembarcaram no Brasil as primeiras mulheres brancas, enviadas para a colônia com a finalidade de aqui constituírem família, seguindo os moldes da Igreja Católica e havia a exigência de que fossem mulheres brancas, puras e obedientes, modelo oposto ao das índias que serviram adequadamente aos interesses da Coroa portuguesa quando assim fora conveniente. O interesse, a partir de então, estava voltado ao modelo católico europeu: as mulheres deveriam ser objeto de posse e de prazer, apenas para o homem, já que o prazer da mulher era caracterizado como pecado. A chegada de mulheres brancas e castas iniciaria o projeto de clareamento dos filhos dos colonos através dos frutos dos casamentos entre os brancos.

As adolescentes pobres e órfãs de Portugal foram as primeiras mulheres a serem conduzidas ao Novo Mundo. Por serem brancas, tiveram privilégios em relação às índias e negras. As europeias trariam da Metrópole o modo de viver e a gestação dos filhos brancos. Além da tentativa de implantação da supremacia étnica, elas tinham uma importante função religiosa: conter o avanço da reforma protestante.

Este papel deveria refletir a participação feminina na conquista ultramarina, mas também a sua encanecida atividade na defesa do catolicismo contra a difusão da Reforma Protestante. Mais ainda, havia que espelhar a presença feminina na consolidação de um projeto demográfico que preenchesse os vazios da terra recém descoberta. (Cf. DEL PRIORE, 1990, p.18)

A família brasileira começaria a ser constituída tão logo os portugueses chegaram à costa brasileira. O plantio de cana-de-açúcar e o tráfico de milhões de escravos africanos para trabalhar nos engenhos se expandiram pelo litoral. Famílias de descendentes europeus e famílias mestiças se dispersaram pelo Novo Mundo. As mulheres eram mantidas enclausuradas, regidas pelas leis ibéricas e vistas como incapazes, tal qual as crianças e pessoas doentes. Quando casadas, independente da situação financeira, elas tinham a missão de “fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar – educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido.” (DEL PRIORE, 2013, p. 10)

A Igreja Católica terá um papel crucial na relação de poder e submissão presente nas famílias, tornando as esposas em escravas domésticas. Elas deveriam administrar os trabalhos domésticos, cuidar da casa, da roupa e da cozinha, e também satisfazer sexualmente o chefe da família, além de gerar filhos legítimos, dando prosseguimento à sua descendência e reforçando o modelo de família pregado pela igreja. As famílias viveriam até o século XVII no meio rural, quando pouco a pouco começaram a migrar para os núcleos urbanos.

No século XIX, os relatores dos fatos – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – omitiriam a presença das mulheres, que, por princípio legal e social, estariam destinadas ao silêncio. E quando havia a presença

feminina em qualquer situação de ordem pública, eles recorriam a estereótipos, tais como etiquetá-las como mulheres vociferantes, megeras – a partir do momento em que abriam a boca – e histéricas – assim que começavam a gesticular, ocasionando os registros.

A ausência da voz feminina no nível da narrativa é percebida através da privação de registros primários, ou seja, das fontes pelas quais o historiador se orienta a fim de realizar suas pesquisas. Os arquivos públicos, base recorrente de consulta dos historiadores, possuem uma lastimável ausência de registros de fatos envolvendo as mulheres, já que elas estavam sempre expostas em segundo plano.

A observação de mulheres de outrora obedece a critérios de ordem e de papel. Ela concerne a discursos mais do que as práticas. Interessa-se pouco pelas mulheres singulares, desprovidas de existência e mais à “mulher”, entidade coletiva e abstrata à qual atribuem-se caracteres de convenção. Sobre elas, não há nenhuma verdadeira pesquisa, mas somente a constatação de seu eventual deslocamento para fora de suas zonas reservadas. (Cf. PERROT, 2005, p. 43-35)

Estando a mulher posta num patamar inferior ao homem, seu direito à fala será subtraído no decorrer da história. A religião, os sistemas políticos e os manuais de comportamento reiteravam a necessidade de tal silenciamento, tornando-se habitual até para as mulheres. Convinha que se conservassem em posição secundária, os olhos semicerrados, com direito apenas ao choro e a lábios cerrados, sem direito à voz ou ao riso barulhento e enfeitador. Os registros de atuação feminina se davam preferencialmente pelos feitos masculinos. Com isto, era tarefa feminina apenas fazer-se presente na memória do privado e na intimidade do âmbito familiar. As memórias domésticas seriam guardadas e transmitidas pelas mulheres, geralmente de mãe para filha, através das histórias, como se fossem bibelôs possuindo lembranças com valor afetivo, fotografias... componentes de pequenos museus de lembranças femininas. De acordo com Perrot (2005, p.40), “A memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhe confiavam a missão de contadora da comunidade da aldeia”

Os homens, contudo, detinham o monopólio da escrita. Logo, a história seria registrada unicamente através de uma perspectiva única. A mulher, quando

escrevia, fazia-o de forma bastante específica: livros de cozinha, manuais de educação, contos recreativos ou morais. No século XIX, a delimitação de espaço se fixaria em seu ponto máximo, pré-estabelecendo papéis: os lugares das mulheres estavam reduzidos ao lar e à maternidade. Se houvesse necessidade de trabalhar fora para complementar a renda familiar, seria de forma temporária e em atividades não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente especificadas como próprias de sua condição subalterna. Apropriando-se do direito aos registros e à retórica nos espaços públicos, os homens monopolizavam o campo social, que abrigava a razão, a inteligência e a cultura. Eles podiam decidir e agir. As mulheres figurando no lado oposto, seriam íntimas da natureza, cujos poderes exclusivos só poderiam ser a emoção, a sensibilidade e uma aparente fraqueza. Em outros termos, aos homens, reservado o lado da luz, e às mulheres, o das sombras.

O privado, do qual os homens continuam a ser senhores em última instância, é, no entanto, deixado mais para as mulheres, cujo papel doméstico e familiar se vê revalorizado e até mesmo exaltado. O século XIX não nega o valor das mulheres, bem ao contrário; apela-se para as suas qualidades específicas no interesse de todos. (...) A separação das esferas é muito mais sutil do que se parece, não somente exclusão, enclausuramento, fechamento; mas também distinção, utilização, limites. (Cf. PERROT, 2005, p. 269)

As mulheres falavam nos ambientes de domínio feminino, mas suas conversas seguiam apenas o decorrer da vida cotidiana, o exercício de suas múltiplas funções: elas contavam, diziam, maldiziam, cantavam, choravam, suplicavam e rezavam, clamavam e protestavam, tagarelavam e zombavam, gritavam e vociferavam. Por meio de suas vozes, as mulheres se esforçariam por encontrar um modo de se expressar em sociedades tradicionais, com predominância na oralidade. Sua palavra se estabelecia no privado, já que a elas era recusada a palavra pública. Se houvesse necessidade de manifestação externa ao lar, seja para enaltecer um herói, seja para o lamento nos cortejos fúnebres, a voz da mulher se tornava o coro da cidade, mas na condição de integrante de um grupo anônimo, não como indivíduo. Segundo Perrot (2005, p. 39-40),

Ir colocar flores nos túmulos dos seus, no dia dos mortos, costume instaurado na metade do século 19, torna-se um mandamento das filhas ou das viúvas. A proximidade do cemitério fixa às vezes a sua última moradia, como se ele fosse uma dependência da casa. Esta

situação é ainda acentuada pelas guerras, sobretudo a Primeira Guerra Mundial, devoradora de homens, cujos nomes são tragicamente enumerados sobre os monumentos aos mortos das praças e dos vilarejos. Mas delas, trágicas carpideiras, não nos lembraremos.

As donas de casa adquirem, no século XIX, relevância relacionada à importância fundamental da família, responsável pela gestão da vida cotidiana e com inclinação para os trabalhos domésticos, no mais amplo significado do termo. A família é como uma empresa na tradicional sociedade, cada membro tendo em si, na medida de suas possibilidades, tarefas específicas com o intuito de prosperar. Tais tarefas tinham fluidez, mas exigiam a troca de papéis, especialmente se no mesmo espaço estivessem o domicílio e o trabalho, pois ao homem pertencia o posto de chefe da casa. A mulher não tinha acesso ao dinheiro, pois esta era uma prerrogativa do patriarca da família. Mas teria acesso ao dinheiro por conta dos trabalhos auxiliares que desenvolvia nos intervalos dos afazeres domésticos: vendas em barracas ou cestas, faxinas, lavagem de roupas, costuras, cuidados com crianças, entre outras tarefas similares que já realizavam em suas próprias casas. Quando a família atravessava períodos difíceis, como crise ou guerra, a contribuição da mulher se tornava indispensável. Quanto menos trabalho os homens tinham, mais as mulheres trabalhavam para suprir as necessidades da família. Perrot (2005, p. 202) explica que “Há uma vivência das crises, e das guerras, diferente para cada sexo. Um tempo economicamente diferente. Apesar de tudo, a dona-de-casa depende do salário de seu homem.”.

O Brasil do século XIX, marcado por significativas mudanças sociais em aspectos diversos, porém interligados, em seu início de predominância rural, a vida urbana quase não existia. A elite dominante mantinha o estilo de vida inspirado no imaginário da aristocracia portuguesa. O pai da família patriarcal brasileira tinha poderes sobre seus dependentes, agregados e escravos. Vivia na casa grande e tinha completa autoridade em relação à senzala. O período consolidaria o capitalismo, acarretando o desenvolvimento da urbanização, o aumento da convivência social, a ascensão da burguesia, a reorganização da vida familiar e doméstica e das atividades femininas. Avanços sociais teriam de ocorrer, com influência marcante no âmbito privado. A mulher do século XIX conservaria

características de outrora, mas já exerceria uma influência determinante nos novos moldes da família. Rago (1985, p. 62) explica como a mulher teria se adaptado às novas formas de comportamento neste período:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde os meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorre nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.

Ainda que, de forma geral, recaia sobre a mulher uma postura social diferente da dos homens, há ainda subdivisões entre as mulheres: ricas e pobres. Para as ricas as preocupações estariam voltadas para questões estéticas e comportamentais, tais como preparar-se bem para casar. As mulheres pobres, muitas vezes miseráveis, teriam suas preocupações voltadas para o universo exclusivamente do trabalho. Fábricas, escritórios e comércio eram as alternativas possíveis e necessárias. As mulheres avançam em lentos progressos e ganham espaço no cenário urbano, embora isso não diminua as exigências morais como, por exemplo, a permanência de antigos tabus como a virgindade. A sociedade torna-se mais exigente com a mulher que começa a sair do privado, incutindo-lhe sentimentos de culpa por não cuidar adequadamente dos filhos e da casa e por não mais dar a devida atenção aos maridos, que passam o dia fora, provendo o sustento da família, como sempre foi feito e admitido pelas “boas esposas”. Perrot (2005, p. 34) explica que

O século XIX distinguiu claramente as esferas, públicas e privada, cujo agenciamento condiciona o equilíbrio geral. Provavelmente suas esferas não englobam exatamente a repartição dos sexos. Mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é destinado aos homens e é o mundo que conta. Esta definição dos papéis, clara e voluntarista, traduziu-se por uma retirada das mulheres de certos locais: a Bolsa, o Banco, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, círculos e cafés, grandes

locais de sociabilidade masculina, e até mesmo as bibliotecas públicas.

O espaço urbano permaneceria sendo ainda uma extensão da vida rural. Não existiam políticas de saneamento, as ruas recebiam toda a água servida das residências, a população se ordenava de forma homogênea, as famílias mais ricas pouco se diferenciavam das mais pobres, não havendo limites entre o espaço das casas e o espaço das ruas. A desordem e a falta de higiene eram tamanhas que o Rio de Janeiro, por exemplo, precisou sofrer intervenções antes da chegada da Corte portuguesa, e ainda assim não alcançaria o perfil de cidade para os padrões europeus. Até o século XIX não havia o controle estatal sobre o uso e a limpeza das cidades. Nesta época houve apenas o limite do mau uso das casas e novos comportamentos em relação às ruas, que passaram a ser lugares públicos e deveriam ficar limpas. Afazeres domésticos, como lavagem de roupa, abate de animais para consumo, corte de lenha, criatórios de animais, foram reduzidos e, por fim, transferidos para as periferias das cidades.

Para atender às determinações das autoridades, o espaço urbano começou a ser administrado pelas elites governistas, fato que colaborou para a modernização das cidades, mas afetaria o convívio social. Durante o Império, foi criada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e com isto as famílias foram tomando consciência da necessidade de higienizar seus lares e a influência que isso trazia para a saúde. As novas medidas sanitárias adentraram os lares e os comportamentos das mulheres. Rago (1985, p. 80) registra que

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação.

Como se não fosse suficiente toda a sorte de exigências e exclusões vivenciadas pelas mulheres, de casar-se e tornar-se mãe – para além de uma dita “ordem natural” – traria para o rol de responsabilidades femininas as obrigações sociais, a necessidade de adequar-se ao modelo de feminilidade estabelecido para a esposa, dona-de-casa e mãe de família. As crianças passaram a ser alvo de cuidados especiais, ser reconhecidas como riqueza em potencial da nação, enfim, “a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial.” (RAGO, 1985, p. 62),

Desde os primeiros anos de vida estabelece-se uma linha divisória que separa os meninos das meninas através de características básicas. Às meninas eram ensinados modos de se comportar em uma esfera onde caberia sensibilidade, emotividade, timidez, instinto de maternidade e romantismo. Aos meninos, fora da esfera cândida, exigir-se-ia vocação para o poder, capacidade de tomar decisões, tenacidade, desejo de liberdade e racionalidade. Era função da mãe, portadora do sagrado papel de guardiã do lar, repassar aos filhos esta educação, disciplinando-os para cumprir o papel social que a sociedade burguesa lhe reservava. O auxílio do médico da família seria indispensável e complementar para que as crias não penassem de doenças físicas, e, muito menos, de desvios morais.

Cria-se então um modelo de mulher representado pela mãe devotada à criação e educação dos filhos. Atendendo às necessidades do privado, a mulher sacrificou-se por completo no público, tornando iminente sua desvalorização profissional, política e intelectual, restando-lhe como prazer único a contemplação do êxito dos filhos e dos maridos. Às mulheres que quisessem estudar ou precisassem trabalhar, as opções eram mínimas, destinadas às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, ou, para as que não dispunham de instrução, os papéis de domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. Sempre subordinadas a um chefe masculino e em atividades fora de qualquer processo decisório.

A fundação das Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro insere, paulatinamente, influência e orientações médicas no que se refere à postura e cuidados de uma verdadeira mãe zelosa: cuidados com a higiene e, conseqüentemente, promoção e manutenção da saúde da família. A partir dos meados do século XIX, diversas teses de doutoramento induzem as mulheres e mães a se apropriarem da “missão sagrada” e “vocação natural” para a procriação. Os argumentos eram os mais variados, todos apoiados na moralidade. Tais discursos pretenderiam estabelecer um novo modelo normativo de feminilidade, com a proposta de convencer as mulheres a se corresponderem com ele. Rago (1985, p.79) explicita que

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural”. (...) Assim, aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime.

As mulheres do sertão nordestino – ambiente das obras de Graciliano Ramos – não tinham separação na categoria social. Elas nasciam “mininu fêmea” e assim seriam criadas, no século XIX, em uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, em que havia uma rígida hierarquia estabelecida sobre as variáveis de sexo, posses e cor. Falci (2009, p. 242) explica esta ordem: “Entre as mulheres, a senhora dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida ser ‘pipira’ ou ‘cunhã’ ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social.”.

A mulher sertaneja não destoava do modelo das mulheres contemporâneas de outras partes do mundo. As mais abastadas tinham as suas atividades no âmbito doméstico, desempenhando as tarefas das mães e as “prendas domésticas”, mandadas a cozinhar, costurar e bordar. As menos abastadas, inclusive as viúvas, colaboravam com a renda da casa fazendo doces por encomenda, confeccionando arranjos de flores e bordados ou dando aulas. Tais atividades, não valorizadas, também eram mal vistas socialmente, já que indicavam a incapacidade masculina de

prover o sustento da casa de família ou até mesmo revelaria sua decadência econômica.

As mulheres pobres tinham que garantir o sustento. Elas eram costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras, na propriedade da família. As escravas trabalhavam na roça, ou como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas-de-leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras, mão-de-obra para todo e qualquer serviço doméstico. As crianças escravizadas, meninas e meninos, a partir dos seis anos já trabalhavam nas lavouras, roçados e no cuidado com os animais. As filhas de família rica não teriam acesso à educação formal, ao contrário dos meninos. A regra era nascer, crescer, casar, procriar e morrer nas fazendas de gado. Raras aprenderiam a ler, e muitas aprenderiam as primeiras letras apenas para escrever o próprio nome. As meninas aprendiam o bordado em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música. Os filhos, ao contrário, receberiam instruções mais aprofundadas, aprendendo até noções de grego e filosofia, ciências naturais, geografia e francês.

O casamento era uma preocupação constante entre as famílias no sertão. Bastava as mocinhas tomarem corpo de mulher, e a família já iniciava o ritual de confecção do enxoval. Desde o início da puberdade, as meninas eram convencidas da importância de se casar, da supervalorização da vida matrimonial, a ponto de sofrerem angústia as mulheres que passassem dos 25 anos sem se casar. Falci (2009, p. 256) informa que “muitas mulheres não se casaram, entre outras razões por dificuldade de encontrar parceiros à altura, problemas de herança e dote”. Quando o assunto era casamento, pontuavam-se as significativas diferenças nas classes sociais. As mulheres da elite tinham seus casamentos acertados pelos pais, num compromisso entre famílias, e não resultado de um querer dos noivos. Este seria um cuidado com a “manutenção e solidificação dos laços de amizade, do patrimônio territorial, e da inter-relação de famílias poderosas oligárquicas locais.” (Cf. Falci, 2009, p. 257).

O casamento da mulher pobre, de um modo geral, não seria fruto de um acerto entre famílias, tampouco envolveria dote, conquanto a união permanecesse tendo o mesmo valor. Desde cedo, o homem sertanejo procuraria uma companheira

para constituir família. As escravas raramente se casavam de forma legítima, pelos “laços sagrados do matrimônio”. Os registros históricos apontam poucos casos, o que não implicava inexistência de laços sociais familiares sólidos envolvendo as mulheres, e até mesmo aquelas que não tivessem oportunidade de ter um companheiro estável em uma relação afetiva duradoura ou até mesmo temporária.

Qualquer que fosse a condição da mulher no corpo social, ela estaria subordinada ao poder masculino. A articulação do público e do privado viria a se tornar um dos maiores entraves das sociedades democráticas. No centro do desenvolvimento social, bem como da mais remota vida cotidiana, as mulheres começariam a querer ultrapassar a barreira do privado, e esta tentativa de deslocamento custaria muito esforço e disputa entre as partes, com suas forças desiguais.

3.2. Feminino e dominação: a luta pela igualdade

“O gênero é uma forma primária de dar significado às
relações de poder”
Joan Scott

Ainda que limitadas às paredes de suas casas, as mulheres figuram no centro de um discurso abundante e amplamente fantasioso acerca dos elementos e suas dimensões sociais. Como Marina, de *Angústia*, a mulher que tirava o sono de Luís da Silva, “aquela que estava sempre ali, a meia dúzia de passos, cortando os ramos secos das roseiras, vermelha como pimenta, os braços levantados mostrando os sovacos, devia ser quente demais” (Cf. RAMOS, 2013, p. 43), atizando os desejos mais pornográficos do seu observador e representando o elemento fogo:

Devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, calcinando as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise, guardiã da paz das famílias, colocará na categoria de neuróticas, filhas do diabo, mulher louca, histérica, herdeira das feiticeiras de antanho. A ruiva heroína dos romances de folhetim, aquela mulher cujo calor do sangue ilumina a cabeleira e a pele, e por meio de quem a infelicidade chega, é a encarnação popular desta mulher de chamas que deixa apenas cinzas e fumaça. (Cf. PERROT, 2005, p. 199).

Mas existiam mulheres como Luísa, descrita pelo olhar de João Valério como “tão linda, branca e forte, com as mãos de longos dedos bons para beijos, os olhos brancos e azuis...” (Cf. RAMOS, 2012, p. 11), e tendo a outra imagem, contrária à de Marina. Luísa seria a mulher água,

Fonte de frescor para o guerreiro, de inspiração para o poeta, rio sombreado e tranquilo onde podemos nos banhar, onda lânguida cúmplice dos almoços sobre a relva; mas também, água dormente, lisa como um espelho, estagnada como um belo lago submisso; mulher doce, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente, misteriosa, um tanto traidora, sonho dos pintores impressionistas... (Cf. PERROT, 2005, p. 200)

As musas solteiras seriam etéreas, elementos fugidios. Mas as mulheres casadas, unidas pelos sólidos laços do casamento e da maternidade, como sinha Vitória, Madalena e d. Maria Amélia, enraizadas, pertenceriam ao elemento terra:

Mulher terra, enfim, aquela que alimenta, a fecunda, planície que se deixa apalpar e fustigar, penetrar e semear, onde se fixam e se enraízam os grandes caçadores nômades e predadores; mulher entranha que a sua longevidade excepcional transforma em amortilhadora, mulher das agonias, dos ritos mortuários, guardiã das tumbas e dos grandes cemitérios sob a lua, mulher negra do dia dos mortos. (Cf. PERROT, 2005, p. 200)

Percebe-se que essas mulheres não são inteiramente destituídas de poder, pois seus corpos exercem fascínio e desejo, bastando nelas reconhecer exemplos no contexto da literatura brasileira acima descrito. O poder das mulheres é ligado à natureza e aos costumes. Em princípio, pertencendo à imagem da força de uma mãe reprodutora, aquela que tem o poder de gerar a vida no interior das próprias entranhas, todavia mais poderosa será aquela mulher que se recusa a procriar, pelo fato de tomar a si as decisões em relação ao próprio corpo. Afinal, “no que se refere aos costumes, é por meio deles que as mulheres, sobretudo as mães, seguram os destinos do gênero humano” (Cf. PERROT, 2005, p. 266).

Os corpos terão marcada participação nos fatos históricos. No contexto do século XIX, ainda que estivessem completamente cobertos por roupas e ornamentos disciplinados pela moda, conforme as mulheres burguesas faziam para ostentar a posição e fortuna do provedor de seu lar, os corpos seriam um marco de poder.

Conforme Foucault (1979, p. 98), “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulações às mais variadas estratégias”. Dessa forma,

A análise foucaultiana dos poderes é também adequada à pesquisa sobre as mulheres e às relações entre os sexos. Ela observa os micropoderes, suas ramificações, a organização dos tempos e dos espaços, as estratégias minúsculas que percorrem uma cidade ou uma casa, as formas de consentimento e de resistência, formais e informais. Ela se ocupa não somente da repressão, mas de produção dos comportamentos. Considerar como as mulheres são “produzidas” na definição variável de sua feminilidade renova o olhar lançado sobre os sistemas educativos, seus princípios e suas práticas. Neste sistema, o lugar da família e do corpo é essencial. Foi por este viés que as mulheres foram reintroduzidas no diagrama de forças que constituem as disciplinas. (Cf. PERROT, 2005, p. 502)

As relações de poder têm no corpo o seu alvo. O corpo das mulheres é o centro, de maneira mais imediata e específica. A aparência, os atributos de beleza, suas curvas e gestos, maneiras de andar, olhar, falar, sorrir – e, sendo o sorriso provocante, ele não cai bem para as mulheres, preferível que elas tenham nos rostos as lágrimas – são avaliados como objeto de uma perpétua suspeita projetada sobre a sexualidade. Convém então detê-las, prisioneiras, enclausuradas em um espaço fechado e controlado, ou, se necessário for, resguardadas sob um véu que mascara a sua iminência de tentação. Mulheres em liberdade são consideradas perigosas e, ao mesmo tempo, em perigo. Caso algum mal lhes aconteça, justifica-se que foi a energia sexual que o atraiu.

Os sexos masculinos e femininos têm uma intensa concordância física e moral. A biologia oferece subsídios para que a divisão sexual – inclusive social – aconteça. Reservando o feminino para uma espécie de aprisionamento no próprio corpo, como se nele só coubesse adjetivos relacionados à fragilidade, doença, doçura e afins, as mulheres foram convencidas, ao longo da existência humana, a se preservar e se reservar, fechando-se no próprio corpo e se escondendo na privacidade do lar. O masculino, pelo contrário, se expandiria nos espaços públicos e reinando absoluto no espaço privado.

Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram esta divisão: pretenderam criar um campo de domínio feminino – reinado da vida, da imanência – tão somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente (mulher) procura justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso. (Cf. BEAUVOIR, 2009, p. 104)

Analisando a opressão feminina para além do domínio biológico e dos domínios da história e da cultura, homens e mulheres, na maior parte do tempo, tiveram posições diferenciadas. Criados de formas opostas, os meninos seriam fortes, provedores, dominariam a esfera pública e a voz soberana da casa. As meninas, criadas para o contrário, seriam frágeis, histéricas e submissas, mesmo em casa, seu ambiente natural. tal desigualdade entre os sexos seria internalizada pela sociedade. Em nossas estruturas mentais, de forma inconsciente, desenvolvemos o pensamento dicotômico – baseado em oposições estabelecidas socialmente e aplicadas em diversas situações, além do feminino-masculino, como também da riqueza-pobreza, do branco-negro, do culto-inculto, entre muitos outros – de que dominantes e dominados devem ocupar previamente lugares distintos e determinados.

Esta é a base da teoria de dominação masculina, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). As relações de poder se tornam naturalizadas por serem repetidas cotidianamente, cristalizando-se nas estruturas sociais, especialmente nos relacionamentos interpessoais. Bourdieu aborda a questão da dominação masculina a partir de uma forma simbólica e através da pesquisa da violência simbólica. A legitimação da dominação acontece de forma bastante sutil e engenhosa, sendo incorporada de modo imperceptível e naturalizada, colaborando para a manutenção da desigualdade entre as partes envolvidas. No livro *A dominação masculina*, o sociólogo define violência simbólica como

Violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da

dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado. (BOURDIEU, 2002, p. 7-8)

Crescer em uma sociedade que estabelece como natural o uso do poder de forma desproporcional, muitas vezes abusiva, entre os gêneros, colabora para a banalização desse comportamento. Quanto mais o indivíduo está inserido em um ambiente viciado, mais ele aceita a desigualdade, sem percebê-la como tal. Sendo assim, a submissão é assimilada como o *modus vivendi* no âmbito familiar, cristalizando a ideia da normalidade desta prática, desenvolvendo nas mulheres e filhos um estado permanente de passividade. Bourdieu (1989, p. 11) explica que “os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica).”.

A importância da questão levantada por Pierre Bourdieu é mostrar que não existe a “culpa” dos homens em relação às mulheres – exemplo escolhido por ser o assunto discutido neste trabalho – por se tratar de uma incorporação inconsciente no modo de agir. A dificuldade consiste em reverter esta situação, uma vez que se trata de uma opressão legitimada como natural e reproduzida de forma coletiva. Faz-se necessário enfatizar que o sociólogo francês não legitima ou concorda com a dominação masculina. Pelo contrário, ele colaborou com a discussão acerca das questões de gênero, chamando a atenção para práticas rotineiras que acabam se tornando imperceptíveis. O comum seria encontrar as mulheres em suas casas, relegadas a afazeres domésticos e cuidados com os filhos quando já eram mães. Algumas mulheres não aceitariam tal condição e dedicariam seus esforços para acabar com os limites impostos sobre elas, promovendo uma quebra da ordem vigente que legitimava a dominação de seus corpos, mentes e hábitos. Em todos os lugares do mundo, mesmo nos ambientes nos quais a dominação masculina era uma regra, existiriam mulheres que geraram dentro de si o desejo de provocar a ruptura. Elas participariam do embrião do que viria a ser o movimento feminista que tomou o primeiro fôlego no século XIX e foi ganhando espaço até os anos da década de 1930. Nesse período, haveria uma movimentação por parte das mulheres para ter sua participação ativa reconhecida em diversos âmbitos da sociedade.

O século XIX é marcado pelo início da busca pela diminuição da desigualdade entre mulheres e homens. A disparidade era tão grande que a primeira reivindicação para dar início à conquista pelos direitos femininos foi o direito de ler e escrever. A abertura da primeira escola pública seria autorizada no Brasil, em 1827, antes do que as opções eram poucas e não seriam acessíveis para a maioria das mulheres, conventos e professoras dando aulas particulares em suas casas. Coube às raras mulheres que tiveram acesso à educação iniciar a luta para que o conhecimento chegasse às demais. Muzart (1999, p. 267) afirma que

No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente.

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), é um nome que se destaca deste momento histórico. Nascida no Rio Grande do Norte e falecida em Rouen, cidade do interior da França, enquanto a maioria das mulheres de sua geração não gozava de direitos e desenvolviam atividades que não exigiam esforço intelectual, Nísia Floresta dirigia um colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros em defesa dos direitos das mulheres, dos escravos e dos indígenas. Ela será duramente punida por romper os limites do espaço privado, e seus contemporâneos, especialmente os conterrâneos, a relegaram ao esquecimento. Com 22 anos, Nísia Floresta escreveu o primeiro livro de que se tem notícia no Brasil, tratando dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho. Intitulado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, o livro foi lançado em 1832, em Recife. Em 1833, publicada a segunda edição e, em 1839, a terceira. A obra, uma tradução do livro *Vindicationsoftherightsofwoman*¹⁷, publicado em 1792 por Mary Wollstonecraft, primeira feminista inglesa, Nísia Floresta fez não só uma tradução livre, como também adaptada à realidade brasileira, utilizando exemplos dos principais preconceitos contra as mulheres na época. Identificando as causas do preconceito e desmitificando a ideia dominante da superioridade masculina, o livro

¹⁷Uma reivindicação pelos Direitos das mulheres

atribuiu à sua autora o título de precursora dos direitos civis femininos no Brasil, e talvez na América Latina, pois não há registros de textos anteriores com tal temática.

Mais livros foram publicados por Nísia Floresta: *Conselhos à minha filha* (1842), *A mulher* (1859) e *Opúsculo humanitário* (1853), todos defendendo a educação como meio de evolução intelectual e como recurso para que as mulheres pudessem defender seus direitos e se igualar aos homens na sociedade. Em 1845, o livro *A philosopha por amor*, de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, é publicado em Porto Alegre, obra composta por contos, poemas e uma peça teatral com reivindicações em favor da causa feminista. Ana Eurídice defendia que a mulher tivesse o direito de estudar, emitir opiniões sobre diversos aspectos políticos e sociais e também se capacitar para ocupar cargos de liderança.

O acesso das mulheres à educação começaria a ser explorado pelo mercado da imprensa, em meados do século XIX, quando surgiram os primeiros jornais voltados para o público feminino, considerados pelos homens como superficiais e inconsistentes, mas para as mulheres como conquista importante no avanço dos direitos das mulheres e na construção da identidade feminina. Joana Paula Manso de Noronha, argentina naturalizada brasileira, publica no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*, em 1852, com textos que incentivavam o debate em torno da igualdade entre os gêneros. Este foi um importante meio para o desenvolvimento da autoconsciência como cidadãs, tanto das colaboradoras anônimas, quanto das leitoras. O anonimato das escritoras duraria ainda uma década. O jornal *O Belo Sexo*, publicado também no Rio de Janeiro, em 1862, sairia editado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, tendo as colaboradoras do jornal assumindo suas identidades e discutindo entre si as pautas das matérias a serem publicadas.

Cada vez mais forte, a imprensa voltada para o público feminino viria a ser uma importante aliada como formadora de opinião, aumentando o número de mulheres engajadas na conquista da igualdade com os homens. Duarte (2003, p. 152) afirma que os anos de 1870 “se caracterizam principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país.”. Entre eles figura o bem sucedido *O Sexo*

Feminino, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, com tiragem inicial de oitocentos exemplares. Sua filha, Elisa Diniz Machado Coelho, também jornalista engajada e autora de romances-folhetim, fundaria o Colégio Santa Isabel, no Rio de Janeiro, a instituição voltada para o público feminino, corroborando o compromisso de mãe e filha com a causa feminina, baseadas na crença de que, através da educação, seria possível anular a disparidade entre os sexos.

Outro exemplo bem sucedido de mulher que buscou mudanças e deixou legados foi Josefina Álvares de Azevedo, irmã do poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852). Nascida na cidade de Recife, em 1852, tornou-se uma voz feminina levantada, nas décadas de 1880 e 1890, para reivindicar mudanças radicais em relação à condição feminina, questionando a preponderância dos homens na sociedade, e discutindo publicamente a construção ideológica e a manipulação sofrida pelas mulheres. Em 1878 encenaria sua peça *O voto feminino*, no Teatro do Recreio, Rio de Janeiro, peça posteriormente publicada em forma de livro, fazendo de Josefina Álvares uma das pioneiras a defender o direito ao voto e ao exercício da cidadania. Josefina ainda fundaria e dirigiria o jornal *A Família*, de 1888 a 1897, inicialmente editado em São Paulo e tratando de temas amenos. Depois de transferido para o Rio de Janeiro, em 1889, mudaria, de forma radical, e anunciaria, logo em seu primeiro editorial, que iria “advogar a causa da emancipação feminina”.

O direito da mulher ao voto e à cidadania plena seria, pois, uma busca recorrente na trajetória de Josefina Álvares de Azevedo, que viajou pelo Brasil em campanha a favor do sufrágio, conquistando adeptos e desafetos. Mas a mulher brasileira só viria a se tornar sufragista em 24 de fevereiro de 1932, através do decreto 21.076, do Código Eleitoral provisório, 43 anos, portanto, depois do início da atuação de Josefina Álvares em favor do direito estendido às mulheres. Não há registros de local e data da sua morte.

A movimentação das mulheres na segunda metade do século XIX foi determinante para dar respaldo ao que viria a acontecer nas primeiras décadas do século XX. As reivindicações pelo direito ao voto ganhariam fôlego e se ampliariam, com as mulheres ocupando as universidades e revolucionando o campo de trabalho

em que estavam atuando. Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), mais conhecida como Bertha Lutz, daria continuidade à luta de Josefina de Azevedo, e no reconhecimento como grande líder na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil. Educada na Europa, formou-se em Biologia pela Universidade de Sorbonne, e já no período de seus estudos, tomara conhecimento da campanha sufragista. Quando de seu retorno ao Brasil, criaria, com outras pioneiras, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, associação que depois viria a ser a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Candidata, em 1933, pela Liga Eleitoral Independente, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, não conseguiria se eleger, mas ocuparia a primeira suplência na eleição seguinte e assumiria o mandato de deputada na Câmara Federal em julho de 1936, devido à morte do titular, Cândido Pessoa.

Maria Lacerda de Moura (1887-1945), colaboradora de Bertha Lutz na fundação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, mas saiu logo no início para militar na área do operariado. Presidente da Federação Internacional Feminina, durante sua gestão, propôs a inclusão da matéria “História da mulher, sua evolução e missão social” no programa pedagógico das escolas. Maria Lacerda começaria sua trajetória em favor da mulher em 1918, com a publicação do livro *Em torno da educação*. Em 1924, com o livro *A mulher é uma degenerada?*, provocaria acaloradas discussões acerca da educação sexual, temática delicada no país que há pouco mais de um século ainda estava na transição da vida rural para a cidade.

Patrícia Rehder Galvão (1910), conhecida com Pagu, a primeira mulher a ser presa política, nascida no começo do século XX, viveu em São Paulo, a *Paulicéia desvairada*, de Mário de Andrade. Cresceria assistindo à sociedade experimentando toda a sorte de convulsões políticas e culturais, em um contexto violento. Com 15 anos, estudava na Escola Normal e escrevia para um jornal de bairro sob o pseudônimo de Patty. Em 1929, torna-se a “musa da Antropofagia”, compondo, desenhando e declamando nos salões modernistas da aristocracia paulista. Casa-se com Oswald Andrade, em 1932, os dois ingressam no Partido Comunista, e fazem o jornal panfletário *O homem do povo*, que circula até o oitavo número. Em 1932 ainda, vai para o Rio de Janeiro, mora em uma vila operária e começa a trabalhar em um cinema. Nesta época, publica o romance *Parque*

industrial, aos 22 anos, mas o Partido Comunista exige que ela assine como Maria Lobo. O livro narra a rotina das operárias da cidade de São Paulo, enquanto Pagu se mobilizava como militante ativa pelos direitos das mulheres.

Seguindo carreira no jornalismo e correspondente de vários jornais, Pagu trabalharia nos Estados Unidos, Japão e China. Entrevistaria Sigmund Freud e assistiria à coroação do último imperador chinês, Pu-Yi, através de seu contato com ele, consegue sementes de soja e envia para as escolas de agronomia do Brasil. Na União Soviética, escreveria *Verdade e liberdade*, relatando sua decepção com o comunismo, depois de testemunhar a vida de miséria que as crianças daquele país levavam. Em Paris, presa como militante comunista estrangeira no anos de 1935, seria deportada para a Alemanha nazista, se o embaixador brasileiro, Souza Dantas, não conseguisse que ela voltasse ao Brasil. Em 1935, detida e torturada, cumpriria pena de seis anos e meio. Perseguida pelo Partido Comunista, acabaria rompendo com a agremiação quando saiu da cadeia, em 1940. Tentaria o suicídio, quando muito doente. Separada de Oswald Andrade, casou-se com o jornalista Geraldo Ferraz, com quem teve o segundo filho. Com trabalho nos jornais cariocas *A manhã*, *O jornal* e nos paulistanos *A noite* e *Diário de São Paulo*, voltaria a tentar o suicídio, em 1949. Crítica literária, teatral e de televisão no jornal *A Tribuna*, de Santos, lideraria campanha para a construção do Teatro Municipal de Santos, fundaria a Associação dos Jornalistas Profissionais e criaria a União do Teatro Amador de Santos. Em 1962, voltaria para Paris para tratar de um câncer. A cirurgia mal sucedida, uma vez tentaria o suicídio e faleceria no final daquele ano. Sua dedicação às causas sociais lhe rendem até hoje reconhecimento e homenagens. Pagu viveu pelas causas que acreditava, independente das consequências que teria que enfrentar.

A chegada do século XX seria favorável ao levante das mulheres mais incomodadas com o poderio masculino. Através de imprensa própria e associações organizadas, o movimento feminino ganha força pela luta do reconhecimento de seus direitos. A primeira geração de médicas agrega respaldos, ajudando as demais mulheres a conhecer mais os próprios corpos, libertando-se de muitos medos e da ignorância. Mas a luta não seria fácil. A sociedade, o governo, os homens e muitas mulheres não seriam receptivos à novidade. O combate ao feminismo, feroz, com as

feministas alvo de duras repreensões por pensarem em ocupar espaços destinados aos homens, muitos seriam os argumentos contrários, mas o mais recorrente versaria em torno de uma possível desordem familiar e masculinização das mulheres.

A crítica não se limitava aos homens. A revista *Única*, publicação mensal contendo matérias sobre literatura, arte, elegância e sociologia, dirigida por uma mulher, incorre igualmente na questão – em que pese contar com diversificada colaboração de mulheres significativas na época, como a poetisa Cecília Meireles, e até de militantes do movimento feminista. (...) Apesar de todo esse bombardeio, as feministas tiveram suas reivindicações concretizadas na Constituição de 1934. Nela foram incorporadas muitas sugestões de Bertha Lutz como membro da Comissão que elaborou o anteprojeto. (Cf. SOIHET, 2002, p. 283-284)

Muito já se falou e se discutiu sobre as relações de dominação e poder entre homens e mulheres. A trajetória histórica confirma a tentativa de paridade entre o masculino e o feminino, bem como o fato de os homens frequentemente serem colocados em um patamar de superioridade em relação às mulheres. Existem vários tipos de poder no corpo social. Como já foi dito, o centro do poder não se limita ao Estado, coexistindo relações de micropoderes, uma espécie de gangorra que oscila de acordo com o contexto e a ocasião. É comum avaliar o poder apenas como objeto de repressão, ou dominação. Nas sociedades democráticas, o poder também é utilizado para a organização dos espaços, para a mediação e também via consentimento tácito.

Pesquisa realizada pela historiadora Rachel Soihet revela que em documentação datada no século XX, as mulheres começavam a tomar iniciativa para se libertar da dominação masculina e das situações que as oprimiam. Nos registros, foram relatados casos em que mulheres anônimas enfrentaram os homens, geralmente seus parceiros, a ponto de morrerem. A revolta contra a dominação masculina acontecia em lares de famílias pobres e da classe média. Os homens da classe baixa, que não tinham como exercer seu poder na esfera pública, tendiam a abusar do poder na esfera privada como forma de compensação e em muitos casos como forma de retaliação à rejeição das vítimas, que, em muitos casos, tinham que trabalhar fora para prover seus lares. Estar na condição de co-mantenedoras do lar, ou até mesmo únicas provedoras, desenvolvia nestas

mulheres a autoestima e força para exigir respeito de seus pares. De acordo com Soihet (2002, p. 279),

Quanto à circulação das mulheres pobres pelos diversos espaços, nas ruas e praças, esta lhes era vital, já que precisavam trabalhar e, na maioria das situações, manter a família. Assim, era mais difícil para os homens controlarem-nas. As condições concretas de existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho, partilhando com os seus companheiros a luta para a sobrevivência, contribuem para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-respeito, o que lhes possibilita reivindicar uma relação mais igualitária, ao contrário dos estereótipos vigentes acerca da relação homem-mulher, que previam sua subordinação e aceitação passiva dos percalços provenientes da vida em comum.

O lar é a base da sociedade, o lugar onde a mulher foi conservada por séculos a fio. Em menos de 150 anos, quando as primeiras sementes da conscientização da necessidade de mudar a própria história começaram a germinar, o lar saiu dos domínios domésticos. O lar, acompanhando a mulher, chegou à escola, às fábricas, às universidades, ao comércio. O lar chegou às Câmaras de Vereadores, às prefeituras, às Assembleias Legislativas, à Câmara de Deputados, ao Senado Federal e à Presidência da República.

Historicamente homens e mulheres são partes de uma relação assimétrica, mas cada uma das partes pode ser considerada sujeito de ação e reação, para as mais diversas finalidades, especialmente para que as mulheres possam inverter a condição de subordinada ou, até mesmo, evitar continuar alvo de violência e violação. O recorte social de nosso estudo compreende o século XIX e início do século XX, mas não podemos deixar de citar as conquistas que as mulheres, ao longo da história, vêm amalhando, tanto no público como no privado. A paridade ainda não foi alcançada, mas está cada vez mais distante da desigualdade e dominação presentes historicamente. As mulheres estão cada vez mais donas de si, conseguindo o seu lugar no campo social, permitindo hoje que Eva e Maria co-habitem o nosso corpo sem causar a estranheza de outrora.

4. A VOZ FEMININA EM GRACILIANO RAMOS

“Não consta que d. Maria se houvesse, em situações difíceis, revelado fraca. Realmente não podiam acusá-la. Progresso na fazenda, crédito no armazém, os impostos pagos.”

Graciliano Ramos – D. Maria (1941)

Este capítulo se propõe a analisar cinco livros de Ramos sob a perspectiva do feminino, e tratamento dispensado às personagens Luísa (*Caetés*), Madalena (*São Bernardo*), Marina (*Angústia*), sinha Vitória (*Vidas secas*) e d. Maria Amélia Ferro Ramos (*Infância*). No início do século XXI, a situação da mulher em cada canto do planeta Terra ainda não se equipara à condição dos homens, existindo ainda um fosso social a separar os dois gêneros.

No Brasil, acreditam os formadores de opinião, um “homem de muita sorte” é aquele que tem em casa uma mulher “bela, recatada e do lar”, o tipo de mulher ideal para representar todas as outras mulheres da nação. Se, para os tempos atuais, agrada ao homem ter uma mulher de aparência frágil e submissa, Graciliano Ramos romperia com a ordem vigente ao criar personagens femininas com alma, vigor e poder de decisão tais quais Luísa, Madalena, Marina e sinha Vitória, ao mesmo tempo em que descreve sua mãe, d. Maria Amélia, em situações de controle sobre a família. Ao passo que as personagens masculinas, embora sejam as vozes que falam e os que pensam que decidem o rumo da trama, são homens carregados de indecisões, fraquezas e angústia, a exemplo de João Valério, Paulo Honório, Luís da Silva, Fabiano e o próprio escritor quando ainda era criança.

Nas histórias estudadas neste trabalho, as relações entre as mulheres e os homens supracitados, foram desenvolvidas e calçadas através de uma forte relação de poder e submissão – cada uma em maior ou em menor quantidade – permeadas por sentimentos como desejo, amor, culpa, solidão ou renúncia.

4.1 Luísa, a que hesita.

“Explosões súbitas de dor teatral, logo substituídas por indiferença completa... Admiração exagerada às coisas brilhantes, ao período sonoro, às miçangas literárias, o que me induz a pendurar no que escrevo adjetivos de enfeite, que depois risco...”
 Graciliano Ramos – *Caetés* (1933)

Caetés foi o primeiro romance que Graciliano Ramos publicou. Obra escrita entre 1925 e 1928, ano em que o escritor toma posse como prefeito na cidade alagoana de Palmeira dos Índios. Mas este livro será publicado apenas no final do ano de 1933, ocasião em que o livro *São Bernardo* também estava sendo finalizado. Os leitores do semanário alagoano *Novidade* tiveram a oportunidade de conhecer antecipadamente o capítulo 24, dos 31 que compõem *Caetés*, publicado no número 9 do periódico que circulou no dia 6 de junho de 1931.

A história do romance se baseia em dois pilares: o triângulo amoroso Luísa Teixeira, João Valério e Adrião Teixeira, e seus desdobramentos, bem como a escrita do romance de Valério sobre os índios caetés. Apurando o olhar sobre os dois pilares e adentrando a intimidade de ambos, o leitor perceberá que Graciliano Ramos iniciou sua carreira como romancista através de uma história meticulosamente criada para revelar nuances da vida social de uma comunidade no interior do Nordeste do Brasil, no início do século XX. A crítica especializada costuma diminuir o valor do livro inaugural do ficcionista alagoano, mas Luís Gonçalves Bueno de Camargo defende a obra:

Se *Caetés* resulta em romance menos elaborado do que os livros seguintes, isso se deve em parte ao fato de que os problemas são ali tocados superficialmente se comparados à abordagem que teriam nas obras posteriores. Basta ver, nesse sentido, que os dois principais elementos com os quais vive seus mais agudos embates Luís da Silva, personagem que é uma espécie de reelaboração ampliada de João Valério, são simplesmente suprimidos aqui: o passado e o outro. (CAMARGO, 2001, p. 794-795)

Narrado em primeira pessoa, o leitor conhece a história através da perspectiva de João Valério. É pelo olhar dele que serão conhecidas as demais

personagens e analisados os fatos narrados. Bueno de Camargo – no posfácio intitulado *Uma grande estreia*, publicado na 4ª edição¹⁸ da referida obra – explica que romances narrados em primeira pessoa eram abominados pelos naturalistas, que o consideravam uma opção limitadora. Em defesa da coletividade e do direito que o leitor tem de conhecer a história por todos os ângulos, consideravam necessário que o narrador estivesse na terceira pessoa. Logo, “se Graciliano escolhe um narrador em primeira pessoa é porque interessa a ele explorar não aquilo que afeta o corpo coletivo, e sim como repercute no indivíduo a vida da cidade como um todo” (*in* RAMOS, 2012, p. 183), o que justifica o desvio que Ramos fez em relação ao modelo naturalista.

Luísa Teixeira, uma das personagens nucleares da história e pela qual os fatos mais importantes se desdobram, nos é apresentada, logo no início do romance, acompanhada de uma série de adjetivos elogiosos. Por conta disto, em muitos momentos, temos a impressão de que ela é uma espécie de peça de muito valor e destinada à ornamentação. Em um dos encontros sociais realizados na mansão dos Teixeira, João Valério observa Luísa e descreve como a enxerga naquele momento. Através de relatos como o que segue, o leitor consegue construir a imagem de Luísa, ainda que seja a partir do ponto de vista do narrador:

Luísa era franca – movimentos decididos, riso claro, grandes olhos azuis que lhe deixavam ver a alma. Tive a impressão extravagante de que ela andava nua. Saíam-lhes nus os pensamentos. E os vestidos escassos apenas lhe cobriam parte do corpo, belo, que se poderia mostrar inteiramente nu.

Luísa era boa, de uma bondade que se derramava sobre todos os viventes. Sou apenas um inseto, mas, para inseto, recebi tratamento exagerado.

Luísa era pura, imaginei que nunca um desejo ruim lhe havia perturbado os sonhos.

(...)

Diante das visitas, era reservada: não ia além de uma ou outra frase risonha lançada na conversação. Em família, tornava-se expansiva. É o que se observa nas senhoras do Nordeste. (RAMOS, 2012, p. 46)

João Valério é a representação da comunidade em que vive, revelando interesse em atingir o ápice da sociedade palmeirense. Ele tem bem definidas as

¹⁸ Edição utilizada para a realização da nossa análise. Ver Referências.

estratégias para ascender socialmente: via literatura ou um bom casamento. Na literatura, conta com a publicação e o reconhecimento social do livro sobre os índios caetés cuja redação iniciara há alguns anos. Para ascender através do casamento, ele observa as jovens mulheres com uma boa renda, ou em perspectiva de receber uma boa herança, na cidade. Aparecem como opção Clementina Nazaré, Marta Varejão e Josefa Teixeira, mas ele se encanta mesmo por Luísa Teixeira, esposa de seu patrão.

Todavia João Valério não dispensa atenção à escrita de seu livro e a Luísa, de forma simultânea. Um motivo estará sempre à disposição para suprir a ausência do outro. Ainda que Valério tenha o hábito de levar para o seu romance algumas das personagens da sua vida, e de imaginar em sua personalidade as características dos caetés quando em seu meio social, Antonio Candido acredita que a escrita do romance serve como fuga de Valério ao desgaste da vida social, e neste espaço ele se perde em subjetividades. Quando escreve, “busca, na verdade, é refúgio para onde correr sempre que for necessário um contrapeso às decepções da vida” (Cf. CANDIDO, 2006, p. 29).

A terceira parte do triângulo amoroso é Adrião Teixeira, na trama, a personificação do poder. O patrão de João Valério é um habilidoso comerciante, com forte tino para fazer aumentar o lucro do estabelecimento Teixeira & Irmão, o qual mantém em sociedade com Vitorino Teixeira, seu irmão. Embora rico, Adrião não dispunha de nenhum título acadêmico, nem tampouco estudou. Na sua avaliação, estudar demais só atrapalharia as funções de cada profissional, nivelando a todos eles por baixo. Acreditando que “o roceiro que soletra tem vergonha de pegar na enxada” (RAMOS, 2012, p. 68), Adrião Teixeira também não tinha a mínima paciência para as conversas sobre contos, versos e novela surgidos nos encontros das quintas e domingos que aconteciam em sua residência. Adrião estava muito acima do nível socioeconômico de seu empregado. Tornara-se um homem próspero por conta própria, pelo seu admirável talento para os negócios, morava em uma mansão – a casa dos Italianos –, ponto frequente de encontros da elite da cidade, além de ser casado com Luísa, mulher de notória bondade e senso humanitário, e objeto de desejo de Valério.

João Valério trabalha para Adrião Teixeira, mas deseja estar em seu lugar, ter a sua casa, seu comércio e sua esposa. Ele não aceita o fato de Luísa, jovem e linda, ser casada com um homem bem mais velho que ela, e constantemente adoentado. Na opinião do narrador, Luísa combinava mais com ele, homem jovem e de boa saúde. Luísa e Valério também se assemelhavam na aparência: ambos eram brancos e com os olhos azuis, tipos físicos destoantes dos demais existentes no Nordeste do Brasil. Valério é o completo oposto de Adrião. Em sua crença, se estivesse no lugar do patrão, Luísa teria muito mais vantagens, e suas necessidades amorosas, econômicas e sociais seriam saciadas a contento.

Caetés é um livro rico na forma e no conteúdo, retratando a natureza humana com bastante veracidade, narrado em discurso direto e discurso indireto livre, e fazendo muito comum a presença da descrição dos fatos de forma simultânea com as falas das personagens. Com isto são raras as passagens em que Luísa fala ou manifesta seus pensamentos. Quem controla toda a narrativa é João Valério, frequentemente quem reproduz ou interpreta a voz de Luísa e a dele. O narrador tem o completo domínio na construção da imagem de Luísa, que começa – aos olhos dele – como uma mulher frágil e assustada, uma musa etérea das narrativas românticas. Mas à proporção que a história avança e eles vão se aproximando, Valério virá mudando os adjetivos atribuídos a Luísa. De acordo com Antonio Candido (2006, p. 26),

No plano da representação estritamente individual, encontramos a técnica do devaneio, que, em romance, na primeira pessoa, serve não apenas de recurso narrativo, mas também de equilíbrio interior do personagem, permitindo elaborar situações fictícias que compensam as frustrações da realidade.

E na vida de João Valério não faltariam frustrações da realidade. Conquanto existam informações sobre a história pregressa da personagem, sabemos que ele foi lesado por uma mulher, Felícia que levou dele o dinheiro recebido por direito de herança, precisando vender a casa e o gado para sobreviver. Por conta disto teria que trabalhar, sendo contratado pelos Teixeira. Valério gosta de enaltecer seus dotes intelectuais, ele “sabia metrificação, vantajosa prenda, colaborava na *Semana* de padre Atanásio, e tinha um romance na gaveta” (RAMOS, 2012, p.10). É irônico o

fato de ele se julgar superior a outras personagens por causa de seu vigor intelectual, enquanto seu romance não avança.

O livro que João Valério pretende escrever é sobre os índios caetés, originários da região de Palmeira dos Índios, tribo de selvagens que teria devorado o primeiro bispo do Brasil, d. Pero Fernandes Sardinha¹⁹ (1495-1556) e cerca de noventa pessoas, integrantes da tripulação da nau Nossa Senhora da Ajuda, a caminho de Portugal, naufragado próximo à foz do rio Coruripe. Do ataque não escapariam nem mesmo as mulheres. Anos depois, o Governador Geral Mem de Sá ordenaria o massacre dos caetés. O aspirante a escritor, além de manifestar suas dificuldades para concluir o livro, não gostava do que já tinha produzido. Faltavam-lhe informações e compromisso com sua produção literária, priorizando o estilo em detrimento da qualidade do texto. Conforme afirma,

Prosa chata, imensamente chata, com erros. Fazia semanas que não metia ali uma palavra. Quanta dificuldade! E eu supus concluir aquilo em seis meses. Que estupidez capacitar-me de que a construção de um livro era empreitada para mim. (...) Também aventurar-me a fabricar um romance histórico sem conhecer história! Os meus caetés realmente não têm verossimilhança, porque deles apenas sei que existiram, andavam nus e comiam gente. Li, na escola primária, uns carapetões interessantes no Gonçalves Dias e no Alencar, mas esqueci quase tudo. Sorria-me, entretanto, a esperança de poder transformar esse material arcaico numa brochura de cem a duzentas páginas, cheia de lorotas em bom estilo, editado no Ramalho. (RAMOS, 2012, p. 16)

A influência de José de Alencar e Gonçalves Dias na vida de Valério não se limita aos tempos da escola primária, pois o texto acima faz mais de uma alusão direta ao romantismo indianista. Quando em sociedade, Valério aparenta características naturalistas, mas, quando se refere à Luísa, comporta-se como um poeta romântico e delirante pela musa intocável e inacessível. Quando perde completamente o controle sobre seus sentimentos e lhe dá “dois beijos no cachaço” (RAMOS, 2012, p. 07), ele logo justifica o ato como sendo uma doidice, uma tentação contida há anos.

¹⁹ <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/o-caso-do-bispo-sardinha>, acesso em 01 de junho de 2016

Logo no início da história, João Valério se coloca como vítima da paixão sufocada, com receio de se declarar e não ser correspondido, e quando ele o faz, entra em agonia. É tomado por uma forte sensação de medo, que também pode ser confundida com culpa – de perder o emprego, de ser julgado pelos demais moradores da cidade e perder de vez a possibilidade de subir socialmente. Além de macular a própria fama como um traidor do patrão e corruptor de mulher casada, ele teme pela honra de Luísa. Para ela a pena seria ainda maior, uma vez que situados em uma sociedade patriarcal. O narrador fala do temor de prejudicar Luísa, assim justificando a perda de controle diante da mulher que ele tanto desejava:

Segredo que quatro pessoas sabem transpira: alguma coisa havia de propalar-se na cidade. D. Engrácia teceria mexericos; o Neves forjaria uma calúnia; Nicolau Varejão narraria mentiras espantosas. Assim pensando, eu experimentava grande mal-estar, menos pelos dissabores que as chocalhices me trariam que por antever misturado a elas o nome de Luísa.

Eu amava aquela mulher. Nunca lhe havia dito nada, porque sou tímido, mas à noite fazia-lhe sozinho confidências apaixonadas e passava uma hora, antes de adormecer a acariciá-la mentalmente. Até certo ponto isto bastava à minha natureza preguiçosa. (RAMOS, 2012, p. 08)

Desde o início do romance Luísa exerce uma espécie de fascínio sobre João Valério, representando-lhe o inalcançável objeto de desejo. Ele a ama, mas não pode tentar conquistá-la por ser ela a esposa de seu patrão. Avançando na história, percebemos que o poder de Luísa se concentra na oportunidade de João Valério tomar o lugar de Adrião de forma oficial. Sob esta ótica, Luísa representa o ingresso de João Valério no seleto grupo dos ricos de Palmeira dos Índios. Depois dos dois beijos no pescoço da patroa, Valério nutriria receio de que Luísa contasse ao marido o atrevimento, o que arruinaria por completo os planos do ambicioso jovem, bem como representaria profundo arranhão à sua imagem.

Afastado por uns tempos das reuniões no casarão dos Italianos, após Adrião questionar enfaticamente a sua ausência, Valério volta a aparecer. Em um cenário romântico, no jardim, em uma noite de lua cheia, o rapaz tem a oportunidade de se desculpar e reforçar a intensidade de seu sentimento. Luísa, transparecendo bastante autoconfiança e misericórdia comovente, não demonstra ressentimentos em relação ao episódio dos beijos. Ela tenta convencê-lo a se envolver com

Clementina, moça histérica, vítima de piadas quando o assunto é casamento, sugestão que deixa João Valério furioso. Antes ela sugere que ele não pense mais sobre aquele assunto, proposta que o irrita sobremaneira. Ainda que seja sua patroa, e uma mulher segura, o sujeito se chateia quando Luísa insinua o que ele deve fazer com o que tem de mais livre: o próprio pensamento.

Sobre os canteiros espalhou-se uma nuvem. Lembrei-me dos beijos que dei em Luísa, imaginei que nunca teria coragem de lhe falar naquilo. Reapareceu o luar. E, sem preparar-me, balbuciei, com os olhos na platibanda do armazém fronteiro:

– Eu lhe devo uma explicação. Veja a senhora...

Calei-me, perturbado, tentei moderar a violência do coração.

– Nem sei como principiar. Nem sei o que vou dizer.

– Pois não diga, murmurou Luísa.

Procurei decifrar-lhe a intenção, o que não consegui. Perfeitamente sossegada.

– Tem razão.

E senti um imenso desalento.

– Mas essa generosidade é terrível, desabafei quase colérico.

– O Valério está exaltado. Não pensemos mais nisso.

– Não pensar? É o meu pensamento. A senhora depositou confiança em mim... Sou um canalha. O que eu queria era saber por que me trata dessa forma. Por que é?

(...)

– O Valério é uma criança, é como se fosse nosso filho. E desde que está arrependido...

– Quem lhe disse isso? Filho! Que brincadeira! Somos da mesma idade. Não me entende. O desgosto que lhe causei... Vivo acabrunhado. E foi aquele único momento feliz que tive.

– Essa confissão é uma indignidade, exclamou Luísa com um rigor que não achei natural.

– É, concordei. E a senhora vai perdoar, já perdoou. Era melhor que me expulsasse de sua casa. Vejo-a e não me canso de vê-la. Antes de dormir, sonho... Nem sei. Sonho que morreria contente se lhe desse um beijo.

– Cale-se, fez ela com leve tremor na voz.

(...)

– Decerto, atalhou ela rapidamente. Vou auxiliá-lo. Há por aí muita moça. A Clementina, coitadinha...

– A Clementina? Quem lhe pediu essa substituição? É a senhora que eu amo, a senhora, a senhora.

Ela ergueu-se de chofre:

– Fiz mal em ouvir essas loucuras. (RAMOS, 2012, p. 48-49)

João Valério costuma abusar do romantismo para elevar os próprios sentimentos, dando ares de amor ultrarromântico ao que, na verdade, é apenas desejo. Exagero beira o ridículo, já que ele não se move para, de fato, consumir a paixão. Passará a impressão de que cabe aos outros a decisão acerca dos fatos

relacionados à sua vida. De repente, Marta Varejão, afilhada da rica e poderosa d. Engrácia, começa a chamar a atenção de Valério com seus beijos vermelhos e bons de morder. Mas ele chega a odiá-la ante a possibilidade de que o flerte entre os dois o separasse de Luísa, sentimento que, de súbito, lhe ocorreria pelo fato de ele imaginar que sua amada pudesse ter percebido o interesse por outra e ficado com ciúme. Valério narra as cenas de ciúme de Luísa, mas jamais saberemos se, de fato, era ciúme ou apenas a vaidade alternadamente contemplada. Para Antonio Candido, “cenas e personagens formam uma constelação estritamente dependente do narrador; a vida externa, os fatos, os outros se definem em função do seu ‘pensamento dominante’ – o amor por Luísa.”. (2006, p. 23).

O narrador-protagonista começa a se sentir confiante, imaginando que a senhora Teixeira pudesse, de alguma maneira, corresponder ao seu sentimento, “talvez estivesse arrependida de me haver mostrado um pequenino sinal de afeição. Não sei. Que entendo eu, pobre rapaz, da alma caprichosa das mulheres? Imaginei, num deslumbramento, que Luísa gostava de mim e tinha ciúmes.” (RAMOS, 2012, p.73). À proporção que imaginava que era correspondido, começava a trazer a sua musa a um plano terreno, acreditando que ela poderia ser alcançada. Valério começa então a revelar detalhes de sua personalidade, imaginando ser Luísa um alvo atingível e, por ser uma mulher real, poderia trazer-lhe problemas como um ciúme perceptível para os outros, emprestando-lhe a pecha de traidor e corruptor de mulheres casadas. Valério começa a se chatear com as atitudes de Luísa e processa comparações entre ela e Marta.

Mandar o preto [empregado que Luísa enviou para convidá-lo para almoçar] convidar-me! Era, sem contestação, uma ofensa mortal. Pois não tornava a pisar ali. Fosse tudo para o diabo. Também não me faria grande falta deixar de ouvir tocar piano e ver jogar xadrez, que não gosto de música, nem de jogo. Que me importava xadrez? Que me importava piano?
Do piano resvalei para Marta Varejão e para os quinhentos contos de d. Engrácia. Marta Varejão, muito bem. Não andava ora a mostrar os dentes, ora de carranca. Pois casava com ela e havia de ser muito feliz, em Andaraí, na Tijuca ou em outro bairros dos que vi nos livros. Uma bonita situação. E o amor de Luísa, se ela me tivesse amor, só me renderia desgostos, remorsos, trezentos mil-réis por mês e oito por cento nos lucros dos irmãos Teixeira. (RAMOS, 2012, p. 78)

Entre idas e vindas deste romance simulado por idealização, ora de esperança, ora de desânimo, Valério segue sonhando com encontros carnavais entre ele e Luísa, mas sem descartar um enlace com Marta. Em sua imaginação, o relacionamento com Luísa avançava, quando enxergava indícios nos menores gestos dela. Já não conseguindo conter os sentimentos, sentia-se vulnerável, despido. O desejo contido seria tão intenso que Valério não conseguia mais manter o controle sobre ele.

Desejei-a dois meses com uma intensidade que hoje me espanta. Um desejo violento, livre de todos os véus com que a princípio tentei encobri-lo. Amei-a com raiva e pressa, despi-me de escrúpulos que me importunavam, sonhei, como um doente, cenas lúbricas de arrepiar. Quando ia à casa dela, mostrava-me taciturno e esquivo. Vinha-me às vezes uma espécie de delíquio, parecia-me que o coração deixava de pulsar, e era um frio, uma angústia, sensação de vácuo imenso. Estava sempre a sobressaltar-me, como se em redor me lessem na alma. (RAMOS, 2012, p. 111)

A uma viagem de Adrião para resolver pendências comerciais, João Valério aproveita-se do momento e vai à casa de Luísa para conversar sobre o tratamento frio que ela estava dispensando a ele. No meio de uma conversa tensa, ele implora por um beijo dela, que tenta resistir, mas acabou cedendo. Passam algum tempo trocando intensas carícias. Depois que Valério consegue o que tanto queria, Luísa perde o poder, fica sem a força vital, conforme ele relata: “Luísa me inspirou imensa piedade. Achei-a pequenina e fraca, ali caída, numa confusão. Ergui-a, compus-lhe a roupa, encostei-a ao peito, onde ela se aninhou, trêmula” (RAMOS, 2012, p. 114). A forma como Valério percebe Luísa sofre gradações à proporção que eles vão se aproximando. Ela vai perdendo a condição de musa até tornar-se uma mulher como as outras. Depois da primeira relação sexual, ele começa a comparar a Luísa de outrora, delicada, mas dona de suas escolhas, com a Luísa de agora, enredada. Ele a conhecia na intimidade e agora se imaginava senhor da situação. Depois de ter se relacionado sexualmente com Luísa, passa a acreditar que ela se envolveria com qualquer outro homem da idade dele, traindo o marido com qualquer um.

Luísa não mostrou arrependimento, despi-a-se como se estivesse só, nada ocultava – e eu achava nela uma alma cândida. Não lhe caí aos pés, com uma devoção mais ou menos fingida. A felicidade perfeita a que aspirei, sem poder concebê-la, rapidamente se desfez no meu espírito. Livre dos atributos que lhe emprestei,

Luísa me apareceu tal qual era, uma criatura sensível que, tendo necessidade de amar alguém, me preferia ao dr. Liberato e ao Pinheiro, os indivíduos moços que frequentavam a casa dela. Não senti vaidade: senti estupefação. Considero-me indigno do favor recebido. Que valho eu? Consideração mortificadora, por que me trazia a ideia de que Luísa me aproveitara como aproveitara outro nas minhas condições. (RAMOS, 2012, p.115)

Os encontros furtivos entre os amantes continuariam acontecendo. Segura de suas ações e sem demonstrar arrependimento, Luísa confessa a Valério, em um dos seus encontros – no período em que Adrião esteve fora de casa – que a conjunção de seus corpos aconteceria mais cedo ou mais tarde. Valério torna-se irreconhecível, “feliz e egoísta, via o mundo transformado” (RAMOS, 2012, p. 21). Embora tivessem bastante cuidado para não serem flagrados, atraíram rumores da traição e do adultério. Valério chega a ter uma acirrada discussão com dr. Castro, promotor da cidade, por este ter insinuado o relacionamento, até então um boato.

Sem comentar o assunto com qualquer pessoa, Valério tinha apenas uma estrela como testemunha de sua odisseia até a conquista do corpo de Luísa. No entanto, chegariam a ele rumores acerca do possível romance, bem como a mácula que já tinha alcançado o nome de sua amante. Começa a experimentar um desejo de morte de Adrião. Com o falecimento do seu rival, o problema estaria solucionado. Na imaginação de Valério seria uma grande felicidade: herdaria Luísa e ela lhe entregaria o lugar do morto, não só no aspecto profissional, mas de todos os ganhos que a nova condição lhe traria, especialmente o conforto e a privacidade no casarão dos Italianos, residência do casal. Mas “desgraçadamente aquela criatura tem sete fôlegos. Hoje quase a morrer de olho duro, vela debaixo do travesseiro, padre ao lado, os amigos escovando a roupa preta – e amanhã animado à bengala, perna aqui, perna acolá, manquejando”. (RAMOS, 2012, p. 133). Valério segue engendrando o desejo da morte de Adrião sem esboçar gratidão ou remorso,

E tudo seria tão fácil se ele desaparecesse! Afinal não era ingratidão minha desejar-lhe o passamento, que não lhe devia favor. Conservava-me porque o meu trabalho era proveitoso. Amizade, proteção, lorota. Hoje não há nada disso. Se eu não tivesse habilidade para sapear a correspondência com desembaraço e encoivarar uma partida sem raspar o livro, punha-me na rua. (RAMOS, 2012, p. 134).

Uma carta anônima afeta duramente o relacionamento entre João Valério e Luísa. Adrião confronta o empregado, dando-lhe a chance de confessar, e toma a decisão que avalia como a mais pertinente ao caso: “é possível que você esteja inocente. Se estiver, perdoe-me. E é possível que seja um traste. De qualquer maneira compreende que não pode ficar nesta casa.” (RAMOS, 2012, p. 145). Valério saboreia o gosto amargo que tanto quis evitar, mas sabia que este dia chegaria. Não tinha como falar com Luísa, não sabia como ela estava, como Adrião a teria tratado diante da revelação daquela carta. O impensável acontece: Adrião Teixeira dá um tiro no próprio coração. A casa se enche de curiosos, os amigos mais próximos buscando notícias e acreditando que o homem poderia ser salvo. Valério, embora consciente de sua culpa na morte de Adrião, estava tão atordoado que não sabia definir a natureza desta culpa, tampouco lembrando da existência de Luísa naquele momento. Entretanto, o suicídio não se consuma de pronto, Adrião agoniza por mais oito dias. O moribundo, na oportunidade de conversar com Valério, opta por perdoá-lo.

– João Valério, ciciou Adrião, é você? Sente-se aqui perto, dê-me a sua mão.
Sentei-me ao pé dele, tomei-lhe os dedos frios.
– Está aí? Está ouvindo? Não vejo nada.
– Estou ouvindo.
E curvei-me, quase lhe cheguei a orelha à boca para perceber-lhe a voz indistinta.
– É uma despedida, meu filho. Preciso pedir-lhe desculpa. Separamo-nos zangados. Aperte-me a mão, Valério.
(...)
– E não tenho tempo para conversar muito. Ouça. A história da carta foi tolice. Exaltei-me, perdi os estribos. Luísa está inocente, não é verdade?
– É verdade.
– Acredito. E já agora, com o pé na cova, não devo ter ciúmes. Não faça caso do que lhe disse ontem.
Diligenciei acomodá-lo, mas temi que ele se magoasse.
– Isso passa logo, Valério. De qualquer forma estou bem. E não se aflija com a minha morte. Esta vida é uma peste. Havia de acabar assim. Adeus. Dê-me um abraço. Adeus... Até o dia do juízo.
Abracei-o com o coração rasgado. (RAMOS, 2012, p.158-159)

Quando Adrião morre, a casa morre junto. Mesmo decrépito, era a referência de vida e poder na casa. O fato de seu funeral começar oito dias antes da morte, espalha pela casa uma angustiante experiência para os amigos e familiares. Durante o período entre o disparo e a morte, os mais próximos, as pessoas que antes

frequentavam aquele ambiente para festejar e se divertir, passaram à vigília pela vida de Adrião, como se de alguma forma pudessem mudar o rumo daquela história. Neste período, Luísa e Valério parraram de se encontrar, o boato sobre a traição desapareceria e “o suicídio de Adrião era explicado como efeito de longos padecimentos e embaraços comerciais.” (RAMOS, 2012, p. 164).

O suicídio será uma temática recorrente na história do romance. Por duas vezes Valério sentiu vontade de se matar, mas não foi adiante. Adrião encerraria a história da traição junto com a própria morte, decisão que diverge do que acontece na sociedade e no tempo em que a história se passa, quando o habitual seria o homem traído “lavar a própria honra com o sangue dos infiéis”. Valério não teve motivação e coragem de levar a ideia a cabo. Quando menciona o suicídio, é numa perspectiva romântica, revelando exageros de quem não consegue lidar com as emoções. Ele não pretendia de fato dar cabo da própria vida, tanto que, em uma das vezes, atribui a vontade ao consumo de álcool. Afinal,

O momento do suicídio é, no romantismo, o instante em que o ser se desvela, em que o ser se assume como pessoa. Mesmo ficticiamente, as lúgubres reflexões em torno do acto suicida não se restringem a enredos amorosos; o revés, seja ele afectivo ou não, traz consigo, como única saída, a morte. A elementar descoberta da traição, da ausência de amigos verdadeiros, é suficiente para o aflorar do desejo de evasão, de vingança, de suicídio. (Cf. FERREIRA, 2006, p. 71)

Mesmo dando-se conta de que Luísa agora era viúva, João Valério não foi procura-la. Passaria dois meses sem vê-la, embora repetisse para si mesmo que ainda a amava, e imediatamente se certificando de que todo o desejo que sentia por ela havia murchado. Ainda assim procurou-a. Durante algum tempo ia até à mansão, mas ela não o atendia. Luísa gostava dele, permitiu-se envolver em uma relação extraconjugal, mas quando tiveram a oportunidade de dar continuidade ao relacionamento, agora na condição de viúva e desembaraçada, João Valério sucumbiu à inércia. Ele até propôs que levassem o relacionamento adiante, mas ela hesitou. Sabia que não tinha mais cabimento dar continuidade a um sentimento que se abalaria nos dois meses de silêncio entre os dois. Ele não insistiu, insatisfeito e, ao mesmo tempo, aliviado, enfim percebendo que não poderia oferecer a outra

peessoa um sentimento que não nutria nem por ele mesmo. A conversa do reencontro foi difícil e dolorosa.

Sentia-me obtuso. Nem sabia como tratar Luísa. Fulana ou d. Fulana? Complicação. Talvez ela se melindrasse com um tratamento familiar. Mas atirar-lhe dona, cara a cara, sem testemunha, era tolice. Dificuldade.

la em plena atrapalhão quando Luísa entrou. Estava de preto e muito pálida, foi só o que eu vi.

Com a cabeça baixa, aceitei a cadeira que ela me indicou e fiquei a olhar a mancha deixada pela sola do meu sapato numa almofada que desazadamente pisei. Sem me dar a mão, Luísa sentou-se. Creio que também se conservou cabisbaixa. Houve um silêncio estúpido.

– Vim aqui... arrisquei.

– Vem aqui sempre, atalhou ela. Não tenho querido recebê-lo.

Emendou:

– Não tenho podido. É a verdade: não posso.

Mordi os beiços. E, para acabar depressa:

– O que eu queria era declarar que considero obrigado... moralmente obrigado...

Ela estremeceu, encarou-me:

– Obrigado a que, João Valério? A casar comigo?

– A acolher qualquer solução sua, respondi timidamente. Supus... compreende? Não sei... Todos os dias me preparava para vir.

– E vem depois de dois meses, João Valério?

– Que havia de fazer? Um golpe, um abalo tão grande... E tive acanhamento. É natural. Se foi por isso que me fechou a porta por uma semana...

– Não, disse ela erguendo-se. Não precisava justificar-se.

E, aproximando-se, falando quase ao ouvido:

– É que desapareceu tudo.

– Tem certeza? Perguntei levantando-me.

E percebi logo que a pergunta era idiota.

– eu estava com algum escrúpulo, continuou Luísa. Talvez o Valério ainda fosse o mesmo. Estou agora tranqüila. Nenhum de nós sente nada, e o Valério finge tristeza. Para que mentir?

– Faz pena, murmurei comovido.

(...)

Eu era um pequenino João Valério, guarda-livros mesquinho.

– Adeus, balbuciou Luísa com uma lágrima na pálpebra.

– Adeus, gemi.

Apertei-lhe a mão, fria, mas os dedos dela permaneceram inertes sob a pressão dos meus. Quis beijá-los – faltou-me o ânimo.

– Adeus.

Fui até a porta da saleta, voltei-me ainda uma vez. Luísa soluçava, caída para cima do piano. Vacilei um instante e depois saí. (RAMOS, 2012, p. 173-174)

Ironicamente, a morte de Adrião Teixeira separaria para sempre Luísa e João Valério. Este abandonaria seus dois maiores projetos de conquista: o livro e

Luísa. Afinal, já crescera socialmente, a partir do momento em que se tornara sócio de Vitorino no comércio da família. Alegando que “um negociante não se deve meter em coisas de arte” (RAMOS, 2012, p. 175), guardou seu projeto de contar a história dos caetés definitivamente no fundo de uma gaveta. Quanto à Luísa, foi substituída por outra Teixeira: Joseja, a filha de Vitorino, uma moça de “linda perna, uns lindos olhos, várias habilidades, e é alegre como um passarinho” (RAMOS, 2012, p. 176) e com a qual ele pode ter os quatro filhos vermelhos, fortes e louros que imaginara ter com Luísa, na época da paixão, ou com Marta, quando cogitou trocar Luísa por ela. Mostraria, ao final da história, que o homem civilizado não deixa de agir instintivamente para realizar os seus projetos, assim como faziam nossos antepassados na busca pela sobrevivência.

João Valério ainda era muito jovem, mas não tinha mais objetivos para conquistar. Passaria à condição de homem movido por trabalho e recordações, pensamentos embaralhados que o visitam desde os caetés, de 1556, até acontecimentos ocorridos há pouco tempo, quando ainda movido por paixões. O emaranhado de pensamentos, todavia, não se compara ao torpor de uma febre, quando o ânimo é morno, de quem conta os dias para pagar uma pena, conquanto em liberdade e sem data para encerrar. De Luísa, nada mais sabe, pois ela sairia definitivamente do seu campo de visão e de pensamentos.

Graciliano Ramos, leitor assíduo de Eça de Queirós, inspirou-se no escritor português para escrever uma crônica de costumes do interior brasileiro. Em *Caetés*, Ramos explorando a vida cotidiana, refletiria os fatos sociais com ironia e simplicidade, inclusive na história que tem como cenário uma cidade na qual ele morou e foi prefeito por dois anos, ambiente, conseqüentemente, familiar ao autor alagoano. Tal qual Eça, Graciliano criaria uma personagem feminina, burguesa, bem casada, adúltera e também chamada Luísa. Mas, ao contrário da Luísa eciana, a Luísa nordestina não sucumbe ao final da história. Alfredo Bosi (2013, p. 430) traça-lhe uma breve análise comparativa na *História concisa da literatura brasileira*:

Em *Caetés*, livro de estreia muito próximo das soluções realistas tradicionais, a tensão geradora não se concentra tanto no eu-narrador, quanto nas notações irônicas do meio provinciano (a alusão a Eça é aqui obrigatória, menos o cuidado do brilho que acompanhava o romancista português). Sente-se um escritor ainda

ocupado na formalização da própria memória, fase superada no livro seguinte, *São Bernardo*, e em toda a evolução literária de Graciliano que não seria, positivamente, um romancista de costumes. Mas sempre que se falar de neorrealismo a propósito deste romance de província que é *Caetés*, deve-se reconhecer o seu matiz próprio de distanciamento que lembra antes um Machado de Assis (menos estoico) ou um Lima Barreto (mais contido) do que os naturalistas de grandes murais como Aluísio ou Inglês de Sousa. Do livro, bom mas não ótimo, ficou o recurso de fazer da personagem também o autor de um romance, o que potencia a agudeza da análise e o mordente da sátira.

A personagem portuguesa era uma romântica e sonhadora burguesa de classe média da sociedade lisboeta do século XIX. Jorge, marido de Luísa, engenheiro do Ministério de Obras Públicas, viaja a trabalho. Em sua ausência, Luísa reencontra Basílio, primo que foi seu ex-namorado e vive em Paris. Encantado com a beleza física da prima, Basílio a envolve em um jogo de sedução, o que acaba tornando-os amantes. Com a finalidade de esconder o romance, o casal aluga um quarto no subúrbio de Lisboa, um lugar decadente, que recebe o apelido de “paraíso”, cenário das tórridas cenas de sexo, que Luísa enxerga como as histórias que ela tinha o hábito de ler. Com o passar do tempo, o relacionamento esfria por causa da indiferença de Basílio para com Luísa.

Juliana, empregada do casal, uma pessoa amarga e consciente de que não tem condições de progredir através do trabalho, vê na traição de Luísa a oportunidade de mudar sua história, não perdendo a oportunidade de chantagear a patroa com uma carta do amante interceptada. Luísa tenta fugir com o primo, mas ele se nega, e volta para Paris. Juliana exige dinheiro para devolver a carta roubada, e, como Luísa não tem, acaba cedendo às exigências da empregada, inclusive fazendo serviços domésticos, mesmo com o retorno de Jorge. As chantagens continuam e Luísa recorre a Sebastião, amigo íntimo de Jorge, homem sério que fica impactado com a história do adultério, mas resolve ajudar a amiga. Aborda Juliana e exige que ela lhe entregue a carta. Juliana, desolada, tem um ataque e morre. Sebastião entrega a carta para Luísa. Esta adoece por causa dos pesados trabalhos a que Juliana a submetera. Jorge encontra, em meio às correspondências, uma carta de Basílio, acreditando tratar-se de um problema de família. Mas Basílio escreve relembrando os bons momentos no “paraíso”. Quando Luísa se recupera, Jorge mostra a carta do primo, e desta vez Luísa sucumbe de forma irreversível.

A trama portuguesa traz elementos típicos da escola realista-naturalista: a crítica social, a exploração da sexualidade, a tendência à construção de personagens marcadas pela baixeza de caráter, a narrativa irônica, as referências pouco lisonjeiras à moral, aos costumes e à religião. Semelhantemente à condução que Graciliano Ramos dá a *Caetés*, obra neorrealista brasileira, na qual o indivíduo é condicionado por fatores de natureza social. De acordo ainda com Alfredo Bosi, “o realismo de Graciliano Ramos não é orgânico, nem espontâneo. É crítico. O ‘herói’ é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo” (BOSI, 2013, p. 429). Tal qual João Valério que, de tão inseguro e complexado, não consegue enxergar-se como protagonista da sua própria história.

Embora o escritor nordestino tenha dado um desfecho diferente para as personagens principais da sua obra de estreia, não se lhe nega a inspiração em Eça. A tragédia fica por conta do suicídio de Adrião, Luísa, poupada de pagar com a vida o deslize do adultério, em momento nenhum é julgada ou posta em condição depreciativa por Graciliano Ramos, ainda que oriundo de uma cidade do interior do nordeste e tenha vivido entre o fim do século XIX e início do XX. Antes pelo contrário, Ramos confere à sua Luísa – mesmo numa pela narrativa de homem que se aproveitou de sua beleza e condição social para a realização de desejos particulares – a postura de uma mulher segura, decidida, que sucumbiu às tentativas do amante, mas não perdeu a dignidade. Quando na condição de dar continuidade ao relacionamento extraconjugal, oficializando-a, Valério demonstraria claramente não ser homem confiável, nem sentir segurança em assumir a proposta de arremedo feita no primeiro encontro depois da morte de Adrião.

Se o autor repetisse em sua obra o *modus operandi* dos maridos traídos no Brasil nordestino do início do século XX, Luísa seria executada, e João Valério provavelmente não seria o narrador da história. Nosso país tem um histórico amargo no que se refere à violência doméstica, especialmente contra as mulheres. No Brasil Colônia, vigorava o código legal das Ordenações Filipinas, aplicadas em Portugal e suas colônias. Segundo a lei, o marido tinha o direito de matar a mulher em situação de adultério, ainda que a traição fosse apenas uma suposição.

Embora este direito tenha perdido sua validade, o machismo prevalece nos tribunais. O Código Penal de 1890 livrava da condenação quem matava “em estado de completa privação de sentidos”. O atual Código Penal, de 1940, abrevia a pena dos criminosos que agem “sob o domínio de violenta emoção”. Os “crimes passionais” são contemplados nessas situações. Em relação ao adultério propriamente dito, de acordo com Andrea Borelli, doutora em Ciências Sociais, “o Código Penal de 1890 e nas Consolidações das Leis Penais de 1932, o adultério era crime punido com prisão celular de três anos para a mulher presa em flagrante e para o homem que tivesse teúda ou manteúda” (2003, p. 04). O autor optou por vitimar Adrião, encerrando-lhe a própria agonia tão logo tomara conhecimento da possível traição. Luísa e Valério permaneceriam vivos, ela no ostracismo, com o nome imaculado; ele em constante melancolia, com a consciência igualmente imaculada. Cada um com suas penas.

4.2. Madalena, a que cala.

“– Não fale assim, menina. E a instrução, a sua pessoa, isso não vale nada? Quer que lhe diga? Se chegarmos a um acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu”.
Graciliano Ramos – *São Bernardo* (1934)

Paulo Honório é um viúvo de 50 anos, morador e proprietário da fazenda São Bernardo, localizada no município de Viçosa, no estado de Alagoas. Dedicase a escrever um livro para contar a história de sua vida e das pessoas com as quais conviveu e que precisou enfrentar para tornar-se vitorioso nos negócios. E foram muitos, parte significativa deles vantajosa, mas a parte que não foi, arruinou a sua vida.

Estas informações iniciais serão conhecidas logo após os dois primeiros capítulos de *São Bernardo*, capítulos que introduzirão informações elementares sobre a obra. Se em *Caetés*, João Valério tencionava escrever um romance sobre uma tribo indígena, em *São Bernardo* o personagem-narrador escreve um livro contando a sua própria história, ele é o autor e, ao mesmo tempo, personagem.

Logo às primeiras páginas do romance, o leitor recebe uma série de informações acerca da trama, informações que ficarão familiares à medida que Paulo Honório se apresenta e desnuda, ampliando a sua história, a partir do terceiro capítulo.

A saga de Paulo Honório, de sua trajetória desde a infância até quando se encontra com cinquenta anos, é a temática nuclear do livro *São Bernardo*. Publicado em 1934, o segundo romance de Graciliano Ramos, é também uma narrativa em primeira pessoa, com o narrador onipresente em todas as situações apresentadas na história, animado pela linguagem coloquial. Como em *Caetés*, as personagens são apresentadas do ponto de vista do narrador.

Um romance masculino por excelência, escrito por homem, narrado por homem, este livro constrói um painel preciso da divisão social do mundo entre homens e mulheres, de acordo com o sistema patriarcal, mais resistente no Nordeste brasileiro, em face das condições culturais específicas da região. (Cf. VIANNA, 1999, p. 76).

À medida que Paulo Honório se apresenta com os mais vivos detalhes, salientando-se que ele construiu a própria história, não tendo referências familiares, sequer sabendo quem foram seus pais. Ele cita, como exclusiva lembrança de afetos, a doceira Margarida, quem cuidou dele na infância e agora é por ele cuidada. Paulo e mãe Margarida, como é carinhosamente chamada, perderam o contato enquanto ele esteve preso. Quando já beirava os cem anos, foi localizada e levada para morar com ele. Da infância a narrativa dá um salto para os 18 anos, quando Paulo Honório vai preso por esfaquear João Fagundes, acompanhante de Germana, mocinha que o fazendeiro bolinou. No período em que esteve na cadeia – três anos, nove meses e quinze dias – aprendeu a ler com Joaquim sapateiro, detento possuidor de algumas letras e leitor de uma bíblia pequena.

Paulo Honório segue relatando o início de sua obstinada busca por dinheiro, ao tempo em que revela revestir-se de uma personalidade prática e dominadora, típica de uma pessoa que pouco se preocupa com o próximo e, se se preocupa, o fará em função de alguma vantagem que ele pode vir a ter, reproduzindo a lei da violência e da força das quais ele próprio fora vítima a vida inteira. De acordo com Rui Mourão, a personalidade de Paulo Honório foi se delineando, “perdendo e ganhando, realizando transações à mão armada, fugindo sem cessar para se

proteger, acabou por formar uma noção conflituosa do espetáculo humano. A vida não passava de disputa contínua em que o mais forte sempre levava a melhor.” (MOURÃO, 2003, p.70). Casimiro Lopes, seu fiel escudeiro, o acompanhará desde quando ele se muda para Viçosa, cansado da vida de cigano e para se proteger da retaliação de dr. Sampaio, em consequência de negociatas. O patrão reconhece as ótimas qualidades de seu homem de confiança: coragem, habilidade, faro e fidelidade caninos.

A capacidade de manipulação de Paulo Honório irá se apresentando de acordo com suas necessidades e desejos. Para conseguir apoderar-se da fazenda São Bernardo, propriedade na qual trabalhou anos antes, ele se vale dos vícios de Luís Padilha, único herdeiro daquelas terras. Padilha é incapaz de administrar a herança, nem valorizar o bem que seu pai deixou. Percebendo isto, Paulo Honório o envolve em astutas armadilhas, de forma a não sobrar a Padilha alternativa a não ser vender a propriedade para quitar as dívidas.

Paulo Honório reduz tudo ao seu interesse egoísta: os homens não são, senão instrumentos de sua ambição, meios que ele utiliza para a obtenção do fim, da realização individual a que se propõe. A construção de um burguês: eis o conteúdo da primeira parte de *São Bernardo*. Note-se que Graciliano, ao contrário dos naturalistas, não nos apresenta um burguês acabado, estático e definido de uma vez por todas: ele narra a evolução psicológica de Paulo Honório, o desenvolvimento de sua violenta e apaixonada ambição em estreita ligação com a totalidade dos objetos que torna possível a realização de seus desejos. Esta desenfreada ambição capitalista é o conteúdo do "demonismo" de Paulo Honório. (Cf. COUTINHO, 1978, p.87).

Tão logo se apropria da São Bernardo, tem uma conversa tensa com Mendonça, proprietário da Bom-Sucesso, a propósito de disputa de limites entre as fazendas vizinhas. Entram em acordo e aparentemente passam a se tratar de forma cortês. Para devolver a vida e a capacidade de produção das terras que estavam abandonadas, Paulo Honório e seus homens trabalham intensamente. O perigo rondava a São Bernardo, pois Mendonça estava à espreita para atacar o vizinho, quando a morte chegou para este antes de ele dar o bote. Paulo Honório assim descreve a forma como Mendonça teria assassinado:

Domingo à tarde, de volta da eleição, Mendonça recebeu um tiro na costela mindinha e bateu as botas ali mesmo na estrada, perto de Bom-Sucesso. (...) Na hora do crime eu estava na cidade, conversando com o vigário a respeito da igreja que pretendia levantar em São Bernardo. (RAMOS, 2012, p. 40-41)

Com a morte de Mendonça, Paulo Honório derrubou as cercas, apoderou-se das terras do vizinho assassinado e das de mais dois: Fidélis e Gama, respeitando apenas a demarcação dos limites com a propriedade do dr. Magalhães, o juiz. Depois de muito trabalho, a prosperidade de São Bernardo começaria a chegar. A casa grande ficou pronta e confortavelmente mobiliada, Paulo Honório construiu estrada de rodagem para escoar os produtos da fazenda, comprou maquinário para ampliar a produção, em conformidade com a modernização industrial que estava se implantando no Brasil de 30, período em que a história se passa. Em um artigo da *Gazeta*, Paulo Honório foi comparado a Henry Ford e a Delmiro Gouveia, importantes nomes da industrialização dos Estados Unidos da América e do Brasil.

Mas faltava a escola. Em uma visita à São Bernardo, o governador do Estado elogiou bastante a fazenda, e, no entanto, reclamou a falta da escola. Paulo Honório garantiu a construção, mais pensando nos favores que iria pedir no futuro. A escola e o alicerce da igreja seriam garantias de um futuro capital. Graciliano Ramos denuncia a manipulação de interesses, a educação e a religião servindo como fontes de renda e não com o verdadeiro propósito dessas instituições. Intimamente, Paulo Honório concorda com Adrião Teixeira, de Caetés, pois acreditava que quem estuda não se dispõe a fazer trabalho braçal. Ao ouvir a exigência do governador, ele pensou: “Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos? – Esses homens de governo têm um parafuso frouxo. Metam pessoal letrado na apanha da mamona. Hão de ver a colheita.” (Ramos, 2012, p. 50). Conforme acordado, construiu a escola. João Nogueira, advogado de Paulo Honório, sugeriu que ele contratasse Madalena, uma pessoa instruída e bela, que além de ensinar, poderia enfeitar a casa. Paulo Honório, justificando que não precisava de enfeites, contrataria Luís Padilha para ser o mestre-escola.

Num primeiro momento, foi a escola o vínculo inicial do casal Paulo Honório – Madalena. Ainda que nunca tenha trabalhado como professora na fazenda, Madalena iria fazer um contraponto ao *status* de Paulo Honório, que representaria o

coronelismo e as relações econômicas engendradas na República Velha. Madalena representaria a importância conferida à educação na modernização do país. De acordo com Guacira Louro (2009, p. 443-444),

As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo nos saraus. Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta.

Um dia Paulo Honório acordou pensando em se casar. Tal resolução não estava ligada a nenhuma mulher, pois ele não se ocupava com amores. Em sua opinião, mulher é um bicho muito esquisito e difícil de governar. As mulheres que ele conhecera não foram conquistadas. Ele não sabia seduzir, era um homem de espírito bastante prático e rude. Envolver-se-ia com Rosa, mulher de Marciano, seu empregado, e com Germana – a mocinha pivô da briga que resultaria na prisão de Paulo – que viria a ser prostituta, e mulheres como ela. O propósito de Paulo Honório não era constituir família pelo laço afetivo. O que ele precisaria era preparar herdeiros para as suas terras, repetindo a tradição dos ancestrais, quando o homem se tornaria senhor de si, relegaria a Natureza (na condição de divindade) a um plano inferior ao seu.

O homem passaria a dominar o manuseio da terra, conquistaria escravos, pondo a mulher e os filhos na condição de subalternos, mas os herdeiros seriam necessários para a manutenção do ciclo. Simone de Beauvoir (2009, p. 118-119) explica que o homem “Precisa de herdeiros através dos quais se prolongará sua vida terrestre – pelo fato de lhes legar seus bens – e que lhe renderão, além-túmulo, as honras necessárias ao repouso da sua alma”. Com isto, o casamento de Paulo Honório foi pensado como mais uma estratégia para a gestão da fazenda São Bernardo, com a finalidade de lhe render filhos e herdeiros legítimos. O casamento viria a reboque. Nelson Coutinho (1978, p. 87) contextualiza o pensamento de Beauvoir:

Levado ainda por uma finalidade egoísta, típica de um proprietário, Paulo Honório pretende se casar: é preciso ter um filho que seja o herdeiro das riquezas que ele acumulou. Não é o amor que o move,

pois os egoístas não conhecem o amor, ele busca a mulher como quem busca um objeto, uma propriedade.

Com o intuito de resolver pendências judiciais e possivelmente cortejar a filha do juiz, d. Marcela, Paulo Honório rumou para a residência de dr. Magalhães. Ao chegar, encontrou d. Marcela sorrindo para “a senhora nova e loura, que sorria também, mostrando os dentinhos brancos. Comparando as duas, a importância da visita teve uma redução de cinquenta por cento” (RAMOS, 2012, p. 74). Naquele momento, encantado por Madalena, à primeira vista Paulo Honório a viu como uma mulher frágil e delicada, como ele mesmo relata: “de repente conheci que estava querendo bem à pequena. Precisamente o contrário da mulher que eu andava imaginando – mas agradava-me como os diabos. Miudinha, fraquinha.” (RAMOS, 2012, p. 77), aparentemente fácil de manipular. O narrador usa os adjetivos no diminutivo quando se refere à Madalena, situando-a em um nicho de fragilidade.

Como Paulo Honório não tem habilidade para seduzir uma mulher e nem se sentiu à vontade para conseguir mais informações sobre a professora na casa do juiz, ele contou com o acaso. Um mês depois voltaria da capital com d. Glória, tia de Madalena que também estava na casa de dr. Magalhães quando Paulo avistou sua futura esposa pela primeira vez. Ele não nutria simpatia pela senhora, mas isso pouco importava, uma vez já havia feito coisas muito mais difíceis para conseguir o que queria. No decorrer da conversa sobre variados assuntos, finalmente Madalena viraria o mote. Na ocasião, tanto a tia, quanto o interessado, teceriam muitos elogios a Madalena, inclusive conversando sobre a importante, porém mal remunerada profissão da moça. Chegando ao destino, Madalena à espera da tia, é apresentada a Paulo Honório, já bastante interessado na professora e desconcertado por não ter o traquejo necessário para chamar sua atenção de mulher estudada. Por essa época, Paulo acreditava que uma mulher que passa pela escola normal tem mais valor e merece respeito:

Até então os meus sentimentos tinham sido simples, rudimentares, não havia razão para ocultá-los a criaturas como a Germana e a Rosa. A essas azunia-se a cantada sem rodeios, e elas não se admiravam, mas uma senhora que vem da escola normal é diferente. (RAMOS, 2012, p. 92)

O fazendeiro começa a procurar, de forma sutil, informações sobre Madalena e só recebe elogios. Um desses elogios, porém o desanima profundamente: Madalena escreve artigos. Mulher com opinião não o agrada, mas ele, ainda assim, insiste. Solicita que Gondim a convide para ser professora na escola da fazenda. Seria o ideal: afastava Padilha e suas ideias socialistas para com seus empregados e o substituiria pela professorinha.

Madalena era uma mulher diferenciada. Ao contrário das mulheres de sua época, não fora educada para fazer um bom casamento e obedecer ao marido em silêncio. Isso Paulo Honório iria descobrir aos poucos. Antes de conhecê-la a fundo, ele só a enxergava de uma forma: o seu oposto, ela delicada, sensível e fraca. Para ele bastava que o casal produzisse bons filhos, pois, em sua percepção, o casamento não passava de um meio para a procriação. Na década de 30, as mulheres já estavam engajadas em atividades culturais e de trabalho, e, ainda assim viviam sob o jugo dos homens na família, no trabalho e na sociedade. Na oportunidade que teve de conversar d. Glória, tia que criou, educou e formou o caráter de Madalena, Paulo Honório aproveitou para saber mais sobre ela.

- Por que é que sua sobrinha não procura marido?
- Minha sobrinha não é feijão bichado para se andar oferecendo.
- Nem eu digo isso, minha senhora. Deus me livre. É um conselho de amigo. Garantir o futuro...
- (...)
- Está visto que o casamento para as mulheres é uma situação...
- Razoável, d. Glória. E até é bom para a saúde.
- Mas há tantos casamentos desastrosos... Demais, isso não é coisa que se imponha.
- Não, infelizmente. É preciso propor. Tudo mal organizado, d. Glória. Há lá ninguém que saiba com quem deve casar?
- Quanto a mim, acho que em questões de sentimento é indispensável haver reciprocidade.
- Qual reciprocidade! Pieguice. Se o casal for bom, os filhos saem bons; se for ruim, os filhos não prestam. A vontade dos pais não tira nem põe. Conheço o meu manual de zootecnia. (RAMOS, 2012, p. 99-100)

Pouco tempo depois, Paulo Honório procurará diretamente por Madalena para propor-lhe um negócio: casar-se com ela. Nervoso e inseguro com sua aparência e intelectualidade, estava diante de uma mulher que ele – ainda – não podia manipular de acordo com a sua vontade, precisando ter autocontrole e medir

as palavras no diálogo com ela. Madalena demonstra ser prudente e honesta, não cogitando casar-se sem conhecer bem o pretendente e confessando ser pobre e sem recurso para fazer o enxoval. Paulo Honório, com toda a sua praticidade, expõe os motivos pelos quais se impõe casar-se com Madalena.

– O que vou dizer é difícil. Deve compreender... Enfim, para não estarmos com prólogos, arreio a trouxa e falo com o coração na mão. Tossi encalistrado:

– Está aí. Resolvi escolher uma companheira. E como a senhora me quadra... Sim, como me engracei da senhora quando a vi pela primeira vez...

Engasguei-me. Séria, pálida, Madalena permaneceu calada, mas não parecia surpreendida

– Já se vê que não sou o homem ideal que a senhora tem na cabeça.

Afastou a frase com a mão fina, de dedos compridos:

– Nada disso. O que há é que não nos conhecemos.

– Ora essa! Não lhe tenho contado pedaços da minha vida? O que não contei vale pouco. A senhora, pelo que me mostra e pelas informações que peguei, é sisuda, econômica, sabe onde tem as ventas e pode dar uma boa mãe de família.

(...)

– Deve haver muita diferença entre nós.

– Diferenças? E então? Se não houvesse diferenças, nós seríamos uma pessoa só. Deve haver muitas. Com licença, vou acender o cachimbo. A senhora aprendeu várias embrulhadas na escola, eu aprendi outras quebrando a cabeça por este mundo. Tenho quarenta e cinco anos. A senhora tem uns vinte.

– Não, vinte e sete.

– Vinte e sete? Ninguém lhe dá mais de vinte. Pois está aí, já nos aproximamos. Com um bocado de boa vontade, em uma semana estamos na igreja.

– O seu oferecimento é vantajoso para mim, seu Paulo Honório, murmurou Madalena. Muito vantajoso. Mas é preciso refletir, de qualquer maneira, estou agradecida ao senhor, ouviu? A verdade é que eu sou pobre como Jó, entende?

– Não fale assim, menina. E a instrução, a sua pessoa, isso não vale nada? Quer que lhe diga? Se chegarmos a acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu. (RAMOS, 2012, p. 101-102)

Uma semana depois Paulo Honório cobraria uma definição, reforçando o pedido de casamento, Madalena reluta, mas confirma. A ironia está no encantamento do homem rude diante da insegurança da moça delicada assumindo que não tem sentimento para casar. Ele que desconfia de negócios feitos por cegueira da paixão, está na iminência de cometer um deslize.

– Não torno a pôr os pés aqui. Primeiro porque não quero prejudicá-la, segundo porque é ridículo. Naturalmente a senhora já refletiu.

Madalena soltou o bordado:

– Parece que nos entendemos. Sempre desejei viver no campo, acordar cedo, cuidar de um jardim. Há lá um jardim, não? Mas por que não espera mais um pouco? Para ser franca, não sinto amor.

– Ora essa! Se a senhora dissesse que sentia isso, eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma decisões às cegas. Especialmente uma resolução como esta. Vamos marcar o dia.

– Não há pressa. Talvez daqui a um ano... Eu preciso preparar-me.

– Um ano? Negócio com prazo de ano não presta. Que é que falta? Um vestido branco faz-se em vinte e quatro horas.

Ouvindo passos no corredor, baixei a voz:

– Podemos avisar sua tia, não?

Madalena Sorriu irresoluta.

– Está bem.

(RAMOS, 2012, p. 106)

O padre Silvestre realizou a cerimônia de casamento na capela da fazenda São Bernardo, no altar de São Pedro. Era verão e o cenário, convidativo para celebrações como aquela. Madalena, animada com a nova vida, procurava se inteirar do ambiente que agora também era dela. Muito pouco tempo depois começaria a observar os trabalhadores e perceber suas necessidades. Cedo Paulo Honório também descobriria que sua esposa era muito mais que uma loirinha frágil e que ele havia precipitadamente se contentado com as poucas informações que tinha sobre ela. Conforme suas próprias palavras, “desde então comecei a fazer nela algumas descobertas que me surpreenderam. Como se sabe, eu me havia contentado com o rosto e com algumas informações ligeiras” (RAMOS, 2012, p. 110).

A mudança de Madalena para a São Bernardo traria à luz uma série de desrespeitos, antes vistos como rotina, especialmente na forma com que Paulo Honório tratava seus subordinados. Oito dias após o casamento, Paulo Honório se chateia com d. Glória e com Madalena, alegando que elas estavam se metendo em assuntos da fazenda, assuntos que exclusivamente a ele competia coordenar.

Dono de um comportamento colérico, Paulo Honório era autoritário e rude com todas as pessoas, exceto com d. Margarida e, em alguns períodos, com Madalena, exatamente as duas mulheres de que ele gostava: a primeira por gratidão, a segunda porque lhe daria seu esperado herdeiro e em algum momento

ele se apaixonara por ela, mas não saberia lidar com os sentimentos. Inseguro em relação a Madalena, seus sentimentos ligados aos relacionamentos amorosos não amadurecidos na idade adequada. Quando se viu, aos quarenta e cinco anos, com ciúme, não soube processar os sentimentos. Para além da posse amorosa, ele considerava Madalena como propriedade sua. Os ideais humanitários de Madalena se chocavam com as práticas do marido. Frequentemente os pensamentos de Paulo oscilavam em relação à sua mulher, embora reconhecesse sua bondade quando ela não mais estava ao seu lado:

Conforme declarei, Madalena possuía um excelente coração. Descobri nela manifestações de ternura que me sensibilizaram. E, como sabem, não sou homem de sensibilidades. É certo que tenho experimentado mudanças nestes dois últimos anos. Mas isto passa. As amabilidades de Madalena surpreenderam-me. Esmola grande. Percebi depois que eram apenas vestígios da bondade que havia nela para todos os viventes. Paciência. Eu não devia esperar nem esses sobejos – e o que viesse era lucro. Vivemos algum tempo muito bem. (RAMOS, 2012, p. 121)

Mas o tempo de viver mal também existiria e mais habitual do que se supunha. Madalena tomava o partido das pessoas que Paulo Honório destratava. Ela via como absurda a violência com a qual ele tratava seus empregados, enquanto para ele isso era muito natural. Em uma ocasião em que flagrou Padilha e Marciano conversando, enquanto os animais estavam sem ração, Paulo Honório reclamou e o empregado, pela primeira vez, respondeu ao patrão que os cochos estavam cheios, e que era impossível viver naquelas terras, já que ninguém podia descansar. Paulo Honório ficou enfurecido e aplicou no empregado uma surra que lhe tirou sangue. Acreditando ter dado a reprimenda necessária para evitar futuros episódios de rebeldia, Paulo agiu como agiria sempre, tratando seus subordinados ora como máquinas, ora como bichos, com o seu habitual abuso de poder. Tomando conhecimento do episódio, Madalena se revoltaria contra o marido. Ao contrário dos seus lacaios, ela tinha coragem de enfrentá-lo e apontar seus atos desumanos.

- É horrível! Bradou Madalena.
- Como?
- Horrível! Insistiu.
- Que é?
- O seu procedimento. Que barbaridade! Despropósito.
- Que diabo de história...

Estaria tresvariando? Não: estava bem acordada, com os beijos contraídos, uma ruga entre as sobrancelhas.

– Não entendo. Explique-se.

Indignada, a voz trêmula:

– Como tem coragem de espancar uma criatura daquela forma?

– Ah! Sim! Por causa do Marciano. Pensei que fosse coisa séria. Assustou-me.

Naquele momento não supus que um caso tão insignificante pudesse provocar desavença entre pessoas razoáveis.

– Bater assim num homem! Que horror!

Julguei que ela se aborrecesse por outro motivo, pois aquilo era uma frivolidade.

– Ninharia, filha. Está você aí se afogando em pouca água. Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem.

– Por quê?

– Eu sei lá! Foi vontade de Deus. É um molambo.

– Claro. Você vive a humilhá-lo.

– Protesto! Exclamei alterando-me. Quando o conheci, já ele era molambo.

– Provavelmente porque sempre foi tratado a pontapés.

– Qual nada! É molambo porque nasceu molambo.

Madalena calou-se, deu as costas e começou a subir a ladeira. Acompanhei-a, embuchado. De repente voltou-se e, com voz rouca, uma chama nos olhos azuis, que estavam quase pretos:

– Mas é uma crueldade. Para que fez aquilo?

Perdi os estribos:

– Fiz aquilo porque achei que devia fazer aquilo. E não estou habituado a justificar-me, está ouvindo? Era o que faltava. Grande acontecimento, três ou quatro muxicões num cabra. Que diabo tem você com o Marciano para estar tão parida por ele? (RAMOS, 2012, p. 128-129)

Volta e meia Paulo Honório interrompe a narrativa de seu livro, assaltado por dúvidas, lembranças e remorsos. Sentindo um misto de desespero, raiva e peso no coração, ele se recorda da rotina do casal, das conversas, de quão diferenciada era a sua interlocutora. Além das evocações, Paulo Honório começa a delirar, ouvindo a voz de Madalena e, ao mesmo tempo, enxergando a sua imagem e vislumbrando lembranças de pessoas que antes faziam parte da rotina na fazenda, mestre Caetano, seu Ribeiro, d. Glória, Luís Padilha, Maria das Dores. Em meio ao delírio, ouve o pio da coruja, o ruído de sapos e grilos. Os sentimentos, díspares, acarretam-lhe um completo desequilíbrio emocional, confundindo fúria e ternura ao mesmo tempo, imobilizado pela lembranças e pelo remorso.

Quando fizeram dois anos de casados, Madalena já mãe, também já teria conhecido a espécie de homem com quem havia se casado, conquanto ainda não

pressentisse o que o futuro havia reservado para aquela família. Na celebração do aniversário, Paulo Honório desenvolveu um pensamento fantasioso sobre a esposa, devido à forma como ela se posicionava em relação aos assuntos envolvendo política que surgiam durante o jantar. Chegara a julgar que Madalena fosse comunista e estivesse de conluio com Padilha para distribuir os bens que ele passara a vida inteira se esforçando para acumular. Ele construindo, e ela desmanchando. As fantasias, claro, eram absurdas. Paulo Honório enxergava coisas que não existiam, sua autoestima cada vez mais minada, cada vez mais se reconhecendo menor que os outros homens e cada vez mais ele observando em Madalena um modelo de mulher indigna, bastante diferente do que ela era de fato. A conversa saía da política para a religião, e Paulo Honório supunha que Madalena não tivesse religião, o que lhe parecia inadmissível.

Tenho um pouco de religião, embora julgue que, em parte, ela é dispensável num homem. Mas mulher sem religião é horrível. Comunista, materialista. Bonito casamento! Amizade com Padilha, aquele imbecil. “Palestras amenas e variadas.” Que haveria nas palestras? Reformas sociais, ou coisa pior. Sei lá! Mulher sem religião é capaz de tudo. (RAMOS, 2012, p. 155)

O martírio de Madalena teria começado desde que ela não se rendeu à autoridade de Paulo Honório, ao contrário de todos os que o cercavam, e mesmo utilizando todos os artifícios que tinha para manter uma relação amigável com o marido. Ela era forte e respeitava a própria identidade de ideias, disposta a resistir o quanto pudesse às tentativas de dominação do marido durante a vigência do casamento, especialmente no último ano, quando Paulo Honório encontrava-se completamente desestabilizado. Qualquer filigrana seria suficiente para ele sentir raiva e ciúme. Nos seus devaneios, todos falavam sobre as traições de Madalena, inclusive os empregados. Começara a suspeitar que o próprio filho não fosse dele, já que só se parecia com a mãe embora também ponderasse que o menino não se parecia com nenhum outro homem.

O livro *São Bernardo* apresenta essas e outras sutilezas a respeito da maternidade. No meio rural, especialmente, as mulheres são talhadas predominantemente para serem mães devido a natureza feminina inclinada para a maternidade. Graciliano Ramos não segue tal regra em suas obras. Em *São*

Bernardo o cuidado com as crianças partem de mães não biológicas. Paulo Honório não fora criado pela mãe. Madalena, tampouco. Apesar de ser a única mãe biológica do romance e ter uma conduta generosa para com os outros, tanto como professora, como com os empregados da fazenda, Madalena não aparece na história como mãe zelosa ou minimamente ligada ao filho. Ela se preocupa e cuida das outras pessoas como se fosse mãe delas, especialmente enfrentando o marido para protegê-las das crueldades. Mas com o filho não parece haver um vínculo especial, o que faz Paulo Honório, percebendo, queixar-se:

Afastava-me, lento, ia ver o pequeno, que engatinhava pelos quartos, às quedas, abandonado. Acocorava-me e examinava-o. Era magro. (...). E o pequeno continuava a arrastar-se, caindo, chorando, feio como os pecados. As perninhas e os bracinhos eram finos que fazia dó. Gritava dia e noite, gritava como um condenado, e a ama vivia meio doida de sono. Às vezes ficava roxo de berrar, e receei que estivesse morrendo quando Padre Silvestre lhe molhou a cabeça na pia. Ninguém se interessava por ele. Dona Glória lia. Madalena andava pelos cantos, com as pálpebras vermelhas e suspirando. Eu dizia comigo:

– Se ela não quer bem ao filho! (RAMOS, 2012, p.160-161).

A profissão que Madalena escolheu e a ela se dedicou por seis anos, antes de se casar, faz parte do imaginário social do Brasil como uma atividade inerente à condição feminina, uma vez que as mulheres eram naturalmente compelidas à tarefa de educadoras e teriam uma vocação especial no trato para com as crianças. Segundo Louro (2009, p. 450), “se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, a ‘extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna visto como um filho ou filha ‘espirtual’”. No entanto, Madalena não emprega tal habilidade no trato com o próprio filho, como faria com os demais desamparados.

D. Glória também não dedica à criança o mesmo zelo que teve para com a sobrinha, Paulo Honório lamenta não ser próximo ao filho. Curiosamente, o carinho, a amizade e o cuidado para com o menino parte de Casimiro Lopes, o leal capataz, postura que diverge, em uma primeira impressão da personagem, sendo a única pessoa que espontaneamente procura a criança, conforme relata o pai: “e o filho chorava, chorava continuamente. Casimiro Lopes era a única pessoa que lhe tinha amizade. Levava-o para o alpendre e lá se punha a papaguear com ele, dizendo

histórias de onças, cantando para o embalar as cantigas do sertão.” (RAMOS, 2012, p. 161). Com esta atitude, o devotado capataz só reforça a impressão do respeito que o patrão teria em relação a ele: “boa alma, Casimiro Lopes. Nunca vi ninguém mais simples. Estou convencido de que não guarda lembrança do mal que pratica. Toda gente o julga uma fera. Exagero. A ferocidade aparece nele raramente. Não compreende nada, exprime-se mal e é crédulo como um selvagem.” (RAMOS, 2012, p. 136).

Madalena e Paulo Honório viveriam em um estágio claustrofóbico de tensão. Desconfiado de que ela se envolveria sexualmente com todos os homens que frequentavam a residência deles. O fazendeiro sentia tanta raiva que desconfiava estar doente, desejando espancar Madalena e d. Glória, esta por ter “gasto anos trabalhando como cavalo de matuto para criar aquela cobrinha” (RAMOS, 2012, p. 163). Certo dia ela estava escrevendo uma carta endereçada a Azevedo Gondim. Paulo pediu para ler a carta, mas ela não permitiu tamanha invasão de privacidade. Por conta da recusa, começaram uma intensa discussão, com palavrões e ofensas: Madalena gritava que o marido era “assassino” repetidas vezes, e Paulo Honório revidava, com outras palavras ofensivas, que, ao final do embate, havia se sentido tocado. Segundo ele, “os outros nomes feios que ela me havia dito não tinham significação. Aquele tinha uma significação. Era o que me atormentava. Mulheres, criaturas sensíveis, não devem meter-se em negócios de homens.” (RAMOS, 2012, p. 166).

Absorto, imaginando como Madalena chegara àquelas conclusões, perdeu-se em pensamentos sobre segredos, privacidade e ingratidão a Casemiro Lopes. Nesse instante, Paulo Honório tira do leitor qualquer sombra de dúvida sobre o assassinato de Mendonça, proprietário da fazenda Bom-Sucesso, “ainda em cima ingrata. Casemiro Lopes levava o filho dela para o alpendre e embalava-o, cantando, aboiando. Que trapalhada! Que confusão! Ela não tinha chamado assassino a Casemiro Lopes, mas a mim.” (RAMOS, 2012, p. 167).

Os dias se alternavam entre altos e baixos, muitas discussões, tristezas, lágrimas, reconhecimento da bondade de Madalena, desconfiança e julgamento a propósito da capacidade intelectual e ideológica das mulheres, entre outras

mesquinhas do cotidiano naquela família. Madalena se recusaria a dar prosseguimento às explosões do marido, enquanto este pensava em matá-la, para, depois de morta, conceder-lhe o perdão. Serena e resignada, Madalena pediria perdão pelos desgostos, causados, justificando o ciúme como o culpado pelas constantes brigas, pedindo que Paulo Honório tratasse melhor as outras pessoas. Despediu-se dele afirmando que iria descansar. E foi realmente o que ela fez: foi descansar matando-se. No livro *O suicídio* (1977), Durkheim explica que, quando um indivíduo tira a própria vida, ele faz “uma denúncia individual de uma crise coletiva”. Através de uma análise sociológica, o analista sugere que o suicídio se trata de uma manifestação de poder, uma forma de se libertar, escancarando seu livre arbítrio e sua insubmissão.

Sem ser omissa, Madalena falava sem receio sobre os desmandos e abusos de poder do marido. Ela representava a mulher que, mesmo subordinada a um sistema patriarcal, lutava pela ampliação equânime dos direitos civis e políticos de homens e mulheres. Mas na queda de braço entre ela e Paulo Honório, entre o socialismo de suas ideias e o capitalismo, das de Paulo Honório, entre o humanismo e a reificação, a vitória iria para o modelo vigente. Sufocada, Madalena usa o suicídio como uma antecipação da data de sua morte e economia de suplícios. Se não podia falar ou opinar, o tempo inteiro censurada pelo que sentia, dizia ou pensava, resolvera libertar-se da convivência sufocante e, especialmente, do casamento que começara fadado a não dar certo. Os manuais de zoologia, de fato, não se aplicam aos humanos. Paulo Honório relata o triste desfecho de um casamento em que, se houve genuína felicidade, esta aconteceu em raros momentos:

Três anos de casado. Fazia exatamente um ano que tinha começado o diabo do ciúme.

(...)

Quando cheguei em casa, o sol já estava alto. O espinhaço ainda me doía. Que noite!

Subindo os degraus da calçada, ouvi gritos horríveis lá dentro. – Que diabo de chamego é este?

Entrei apressado, atravesssei o corredor do lado direito e no meu quarto dei com algumas pessoas soltando exclamações. Arredei-as e estaquei: Madalena estava estirada na cama, branca, de olhos vidrados, espumas nos cantos da boca.

Aproximei-me, tomei-lhe as mãos, duras e frias, toquei-lhe o coração, parado. Parado.

No soalho havia manchas de líquido e cacos de vidro.

D. Glória caída no tapete, soluçava, estrebuchando. A ama, com a criança nos braços, choramingava. Maria das Dores gemia.

(...)

Sobre a banca de Madalena estava o envelope de que ela me havia falado. Abri-o. Era uma carta extensa em que se despedia de mim. Li-a, saltando pedaços e naturalmente compreendendo pela metade, porque topava a cada passo aqueles palavrões que a minha ignorância evita. Faltava uma página: exatamente a que eu trazia na carteira, entre faturas de cimento e orações contra maleitas que a Rosa anos atrás me havia oferecido. (RAMOS, 2012, p. 193-195).

Aos poucos, todas as pessoas que viviam na casa-grande se foram. Paulo Honório ficaria só, com o filho e os empregados. Os amigos que sobraram iam visitá-lo, mas as visitas também foram rareando. A fazenda São Bernardo entrou em declínio, e conseqüentemente as finanças também. Os proprietários das fazendas vizinhas reajustaram as cercas. Caberia a Paulo Honório escrever seu livro de memórias, na tentativa de reaver sua história e refletir sobre as conseqüências de sua megalomania. No auge da angústia, ele reconhece que

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo.

Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte!

A desconfiança é também consequência da profissão.

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. (RAMOS, 2012, p. 221)

O suicídio, a derrocada da fazenda, a falta de intimidade com o filho, a sensação de ser um aleijado, e toda a série de infortúnios que recaíram sobre ele na fase da vida em que deveria estar gozando das benesses de seu árduo trabalho, foram fundamentais para que ele pudesse se submeter a uma autorreflexão e avaliar suas práticas abusivas. Quando a vida de Paulo Honório aparentemente se arruína, a escrita do romance, já em sua terceira tentativa, surge como um refrigério, a possibilidade de fazer uma autocrítica e enxergar, com a devida lucidez, a sua trajetória repleta de opressão, tanto na condição do oprimido, como na do opressor. Quando começa, finalmente, a se perceber como ser humano, acontece a definitiva reviravolta em sua vida, como explica Rui Mourão,

Nascera outra vez, agora edificando a sua vida sobre valores morais e espirituais. Começa a existir humanamente e sente, em toda a extensão, o dramático que se encerra nesse fato simples – existir humanamente – com plena consciência das suas limitações e das suas grandezas. (MOURÃO, 2003, p.85).

Paulo Honório, que construiu um império com as próprias mãos, desejou um herdeiro, casou-se com uma mulher bonita, inteligente e honesta, teve a casa cheia de pessoas e prosperou a olhos vistos, seria o mesmo afetado pela ganância e o desamor que sobressaíram e fizeram ruir todo o império de ambição e poder, ao final sucumbido e transformado em solidão e culpa. Jorge de Souza Araujo (2008, p. 85) faz uma pertinente conclusão acerca dessa trama:

Ao final da leitura de São Bernardo, julgamos que Madalena triunfa e que Paulo Honório sobrevive, embora frustrado, torturado pelas lembranças, destituído de ação por conta do desassossego. Emergem da névoa algumas convicções. Não é o amor que movimenta a história do romance de Graciliano Ramos. É justamente o desamor, o desencontro, a fratura espaço-temporal do desencanto entre os absolutamente diferentes, mercantilizados pela estupidez.

O legado deixado por Madalena é direcionado para as mulheres. Ela, que não fora criada apenas para casar, estudou, ensinou, escreveu artigos, impôs-se diante de um marido opressor, optou por uma morte voluntária, construiu sua trajetória existencial em um lugar adverso, num período em que os direitos das mulheres ainda caminhavam com passos curtos. Desde o século XIX, as mulheres já se movimentavam para atravessar a barreira que as separavam dos espaços públicos. Cada vez mais os ideais relacionados à emancipação feminina ecoavam na sociedade. O século XX começaria com uma movimentação fora do comum, voltada para a luta das mulheres dispostas a batalhar não só por sua saída dos espaços privados, como também para ampliar sua participação nos espaços públicos. Elas se manifestavam reivindicando o direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho.

Madalena representa esta mulher do início do século XX, a que se coloca como sujeito da sua própria vida e consegue, com alguma dificuldade, infundir a sua fala e a sua ideologia. No entanto, não é ela a narradora da própria história, não é a sua voz que o leitor conhece. Paulo Honório dá-lhe vez e voz para que ela, através

das recordações, emita o discurso imponente o bastante para sobressair-se ao discurso tirânico do marido, mesmo que a sua voz esteja sob o domínio do outro. De acordo com Guacira Louro, “a polêmica e a discussão eram contra a natureza feminina” (LOURO, 2009, p. 458), o que reforça o discurso de que as mulheres deveriam permanecer silenciadas e submetidas às decisões e determinações de seus tutores, fossem e sejam eles pais, irmãos, maridos ou amantes.

4.3. Marina, a que avilta.

“As mãos já não são minhas: são mãos de velho, fracas e inúteis.
As escoriações das palmas cicatrizaram.”
Graciliano Ramos – *Angústia* (1936)

O ano de 1936 seria marcante para Graciliano Ramos. Em 3 de março de 1936, ele foi preso em Maceió por motivos políticos, sob a alegação de ser comunista. Era governo Getúlio Vargas (1882-1954), e a acusação nunca seria formalmente oficializada. Ainda preso, assistiria ao lançamento de *Angústia*, seu terceiro romance, em agosto, no mesmo ano em que romance recebe o Prêmio Lima Barreto, concedido pela *Revista Acadêmica*. Mas Graciliano permaneceria detido até janeiro de 1937. Já em 4 de abril de 1935 fora promulgada a Lei de Segurança Nacional, prevendo crimes contra a ordem política e social. Independente da culpabilidade ou inocência do sujeito, uma vez suspeito de conspirar contra o Estado, seria confinado, conforme lei especial que tratava de crimes contra a segurança do país. Neste contexto de indefinição de culpa, Graciliano Ramos teria sido acusado de participar da Intentona Comunista, em novembro de 1935, e, portanto, ficando detido por quase um ano.

Quando escrevia *Angústia*, ele já estava na iminência de ser preso. No dia que entregou o manuscrito à datilógrafa da Editora José Olympio, foi detido em Maceió e levado para o Rio de Janeiro. Através de uma escrita repetitiva, o oposto do seu jeito econômico de escrever, Graciliano Ramos intensifica a sensação de aflição e agonia presentes na obra, muito embora tenha confessado para Antonio

Candido que o livro continha defeitos horríveis, com desnecessárias repetições, desequilíbrios e excessiva gordura²⁰.

Mas, caso não houvesse os excessos citados pelo autor, provavelmente o leitor não teria tão clara a sensação do estado de espírito de Luís da Silva, um homem de 35 anos, submerso em um oceano de agonia, humilhação e culpa. A história é circular, começando pelo fim e a todo instante seguindo o pensamento do eterno retorno, a doutrina da repetição de todas as coisas através de movimentos cíclicos, refeitos de forma infinita. O leitor precisa avançar na história para que ela lhe seja revelada. E, ao final, é necessário seguir o conselho de Otto Maria Carpeaux: “após ter lido *Angústia* até o fim, é preciso reler as primeiras páginas, para compreendê-las. É um mundo fechado em si mesmo” (CARPEAUX, 1987, p. 246).

Angústia é um romance sobre a parca existência de Luís da Silva, um homem deslocado no tempo e no espaço, que viveu a infância na fazenda dos avós, com o pai e os empregados. Descendente de uma família patriarcal arruinada, destituído de posses e sem família, na vida adulta ele se encontra pobre e vivendo em uma pocilga no subúrbio de Maceió. O avô se chamava Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, o pai fora reduzido a Camilo Pereira da Silva; e, de diminuição em diminuição, no nome do protagonista da história já percebemos a ruína de seu status, de poder, dinheiro e herança da família. Ele narra sua trajetória existencial de forma intensa e densa, provocando no leitor uma espécie de claustrofobia, conforme explica Antonio Candido (2006, p. 47):

É um livro fuliginoso e opaco. O leitor chega a respirar mal no clima opressivo em que a força criadora do romancista faz medrar o personagem mais dramático da moderna ficção brasileira – Luís da Silva. Raras vezes encontraremos na nossa literatura um estudo tão completo de frustração. (...) Um frustrado violento, cruel, irremediável, que traz em si reservas inesgotáveis de amargura e negação.

O narrador-protagonista vive em permanente estado de febre, delirante e nostálgico. O presente e o passado – da mesma forma que a realidade e o delírio,

²⁰ Prefácio do livro *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 2006, p. 11.

bem como a memória e a imaginação – misturam-se constantemente em toda a narrativa. Tanto é que a personagem se confunde muitas vezes sobre o que de fato aconteceu, reproduzindo a história com jeito vertiginoso. Mas ao que se desnuda, revela todas as nuances de sua personalidade, até porque não tem mais controle sobre as próprias palavras e emoções. Prossegue Candido:

Tecnicamente, *Angústia* é o livro mais complexo de Graciliano Ramos. Senhor dos recursos de descrição, diálogo e análise, emprega-os aqui num plano que transcende completamente o Naturalismo, pois o mundo e as pessoas são uma espécie de realidade fantasmal, colorida pela disposição mórbida do narrador. A narrativa não flui como nos romances anteriores. Constrói-se aos poucos, em fragmentos, num ritmo de vaivém entre a realidade presente, descrita com saliência naturalista a constante evocação do passado, a fuga para o devaneio e a deformação expressionista. (CANDIDO, 2006, p. 113)

As lembranças de Luís da Silva transitam incessantemente entre passado e presente. Existe uma permanente sensação de ambiguidades, incertezas e hesitações. O mundo rural por ele vivido, mesmo já não pertencendo à família na fase do declínio, é superior à vida que ele tem na cidade. Depois que o avô falece, ele e o pai vão morar em uma vila, período em que ele terá a oportunidade de ir à escola, aprender leitura, catecismo e a conjugar os verbos. Luís da Silva estava na cidade, mas continuaria sozinho: estudava, tinha colegas, mas brincaria só. Por isso acreditaria ter crescido besta e mofino. Camilo Pereira morreria quando ele tinha 14 anos. O resto dos bens da família foram carregados pelos credores, restaria a Luís da Silva abandonar a vila com uma trouxa debaixo do braço e os livros da escola. Passaria fome, pediria esmola, viveria no exército, daria aulas, conseguiria emprego em uma repartição pública e escreveria artigos, iria para o Sudeste e voltaria para o Nordeste.

A vida na infância seria sofrida, mas Luís da Silva não carregaria os desgostos reservados para a vida adulta nas cidades grandes. A vontade de voltar para um tempo menos hostil que o da cidade provocaria nele a vontade de estar no passado, conforme suas próprias palavras: “tenho-me esforçado por tornar-me criança – e em consequência misturo coisas atuais e coisas antigas” (RAMOS, 2013, p. 20). Em outro momento de suas tentativas de fuga para os tempos de outrora, ele faz um desabafo: “entro no quarto, procuro um refúgio no passado. Mas não me

posso esconder inteiramente nele. Não sou o que era naquele tempo. Falta-me tranquilidade, falta-me inocência, estou feito um molambo que a cidade puiu demais e sujou.” (RAMOS, 2013, p. 24). A cidade representa-lhe a perda dos referenciais de sua herança.

Também se encontra na infância a formação moral e os conceitos fincados em uma educação patriarcal, com deformados modelos de realidade e da percepção de um mundo repleto de preconceitos. Especial é a forma como Luís da Silva enxerga as mulheres. Nas lembranças da infância a avó, Sinha Germana, figurava como o seu próprio conceito de mulher honrada. A avó era sua referência, tendo possuído o padrão de mulher registrado nos interstícios de sua memória, mulher sempre no recôndito do lar, disponível para o marido saciar os próprios desejos, não cabendo a ela sentir o mesmo. Estava implícito: é a vontade do homem que determina a submissão da mulher, aceitando-se naturalmente que o velho Trajano tivesse completa liberdade para as relações sexuais com as empregadas, sem que ela se incomodasse. Conforme relata o neto,

Sinha Germana nunca havia trastejado: ali, no duro, as costas calejando a esfregar-se no couro cru do leito de Trajano. – “Sinha Germana!” E sinha Germana, doente ou com saúde, quisesse ou não quisesse, lá estava pronta, livre de desejos, tranquila, para o rápido amor dos brutos. Malícia nenhuma. (RAMOS, 2013, p. 124-125)

Afora Sinha Germana, as mulheres, em linhas gerais, não lhe inspiravam boas qualidades. Ou ele tinha objeção, ou tinha piedade. Na concepção de Luís da Silva, o valor das mulheres está no exato espaço que elas ocupam, seguindo o modelo patriarcal conhecido desde a casa dos avós, acreditando que às mulheres boas se reserva o espaço doméstico, como praticara a avó. As prostitutas, no espaço da rua, são mulheres que assumem a sua profissão, a exemplo de Berta, primeira mulher delicada que lhe proporciona o prazer sexual, e a prostituta que ele alimenta e faz questão de pagar por ter ficado por duas horas com ela, mesmo sem utilizar seus serviços sexuais. Não tem qualquer preconceito com as prostitutas, já que elas são conhecidas como tal e são mulheres habituadas a viver da rua.

Luís da Silva se incomoda é com as mulheres não prostitutas e, mesmo assim, encaram o amor e o sexo como algo natural, decidindo sobre os próprios

corpos, agindo como os homens em relação às posturas sexuais. No entendimento dele, elas deveriam seguir os papéis que lhes foram secularmente atribuídos. As mulheres que ficam no espaço intermediário são julgadas por ele de forma depreciativa. Sobre a definição dos papéis, eis o que diz Perrot:

Há dois sexos, masculino e feminino, dotados de uma forte identidade física e moral. A biologia fornece argumentos para um discurso resolutamente naturalista que pretende fundar uma estrita divisão sexual da sociedade e do mundo. O que, em nome da utilidade social, permite delimitar as “esferas” públicas e privadas e ancorar as mulheres em seus corpos, frágeis, doentes, histéricos que se deve proteger e esconder. (PERROT, 2005, p 491)

A história de *Angústia* é centrada em Luís da Silva, mas não se concentra apenas nele. Graciliano Ramos criaria personagens femininas desde 1930, já dando pistas do que viria em 1960, com o aumento da luta em favor dos direitos das mulheres. Circulam ao redor do protagonista de *Angústia* mulheres que, ao seu modo, romperiam com os paradigmas patriarcais. Fora Sinha Germana e Quitéria, criadas em um contexto rural e talhadas para a submissão, seja como a esposa ou como a empregada, também usada sexualmente, Trajano, como Paulo Honório, usaria a força de trabalho dos empregados e também usaria as mulheres deles: “os músculos de mestre Domingos eram do velho Trajano. Os músculos e o ventre de Quitéria também”. (RAMOS, 2013, p. 174)

Luís da Silva será um recalcado sexual por causa da repressão e receio de se envolver afetivamente. Conforme ele mesmo declara, “o amor para mim sempre fora coisa dolorosa, complicada e incompleta.” (RAMOS, 2013, p. 145). Candido (2006, p 52) sentencia que “essa tensão dramática do sexo reprimido percorre quase todas as páginas. Luís tem obsessão da intimidade dos outros. Fareja safadezas, vê em tudo manifestações eróticas e vestígios de posse”. Para seu desespero e profundo incômodo, as mulheres de sua rua subvertem a lógica patriarcal por ele seguida: são mulheres que decidem sobre os corpos e sobre os prazeres que vão sentir, amam escandalosamente com gritos, feridas expostas no corpo ou apego às futilidades que só o dinheiro pode proporcionar.

Serão mulheres da periferia de uma capital que acabarão subvertendo os valores patriarcais mais arraigados no âmbito rural. As mulheres que fazem parte do

cotidiano da cidade seguem trajetória oposta às mulheres da infância do herói, que acredita que “as mulheres de hoje não vivem como antigamente, escondidas, evitando os homens. Tudo é descoberto, cara a cara. Uma pessoa topa a outra. Se gostou, gostou; se não gostou, até logo.” (RAMOS, 2013, p. 101). No auge da angústia motivada pelo ciúme, Luís da Silva desejaria rever a avó no contexto da vida atual, saber como seria se a sua avó vivesse na cidade e no seu tempo: “queria ver Sinhá Germana agora, no cinema, ou correndo nas ruas, com uma pasta debaixo do braço, e mais tarde no escritório, batendo no teclado da máquina, ouvindo as cantigas dos marmanjos. Hábitos diferentes, necessidades novas” (RAMOS, 2013, p. 127)

Vitória, a empregada da pensão onde vive Luís da Silva, é uma mulher idosa, alfabetizada, que faz cobranças e economias que nunca usa em seu proveito. Ele tem uma relação de igualdade e respeito com Luís, quando falam coisas duras um para o outro, selecionando as palavras. Outros tipos serão a sobrinha de d. Aurora que, na primeira oportunidade, coloca a mão de Luís em suas coxas frias; D. Adélia, mãe de Marina, uma mulher bastante retraída, fará vistas grossas a todos os comportamentos da filha, mesmo desagradando seu Ramalho, o marido, na família, quem se coloca na condição de subalterno. D. Rosália é uma mulher casada, com filhos, mas incomoda Luís da Silva pelo fato de ele ter que testemunhar toda a sua atividade sexual, já que as finas paredes que separam as casas não comportam os gritos e gemidos do casal. Eles estão no espaço privado, o mesmo leito conjugal, o som que produzem invade o espaço alheio. Não existe privacidade, tornando público o gozo de d. Rosália, e o incômodo de Luís da Silva na publicização desse prazer.

Antônia, babá dos filhos de d. Rosália, também tem liberdade sobre o próprio corpo. A cada nova paixão, ela pede demissão, recebe o dinheiro e vai viver com o escolhido, mas frequentemente volta, sem dinheiro e surrada, sendo de novo acolhida por ser uma boa pessoa e as crianças gostarem muito dela. Embora sempre volte ferida e sem nada, ela nunca desiste. Também d. Mercedes, uma mulher de quarenta anos, e que é sustentada por um homem casado, tem uma vida relativamente luxuosa, quando comparada com os moradores da vizinhança. Uma inspiração para Marina, moça fútil, de 18 anos, que frequenta o espaço intermediário

entre a rua e a casa. Boa parte de seu protagonismo na vida de Luís da Silva acontecerá no quintal entre as duas casas, separadas apenas por uma cerca.

Para além de todos os conflitos internos, resultantes de uma trajetória sofrida e sem a presença de cuidados desde a infância, Luís da Silva se envolve em um triângulo amoroso, sendo uma das partes Julião Tavares, um antigo desafeto, “sujeito gordo, vermelho, risonho, patriota, falador e escrevedor” (RAMOS, 2013, p. 52). A outra parte, Marina, será “uma sujeitinha vermelhaça, de olhos azuis e cabelos tão amarelos que pareciam oxigenados” (RAMOS, 2013, p.40), moradora recém-chegada da casa vizinha. Marina chega à vida de Luís da Silva como um azougue. Ela, o pai, seu Ramalho, e a mãe, d. Adélia, tinham acabado de se mudar para a casa antes ocupada por uma idosa.

Luís da Silva, distraído, em um dia de verão, lendo um livro que não valia nada, repentinamente percebeu Marina, entre as roseiras, lírica “com os cabelos pegando fogo e a cara pintada” (RAMOS, 2013, p. 40). O primeiro adjetivo usado para se referir a Marina não seria nada poético: lambisgoia. Esta não seria a única vez que iria se referir a ela de forma desrespeitosa. Estar diante de uma mulher que lhe despertara o interesse seria o suficiente para que ele mostrasse exatamente como se enxergava, deixando vir à tona suas fragilidades: “sou tímido: quando me vejo diante de senhoras, emburro, digo besteiras. (...) Além de tudo sei que sou feio. Perfeitamente, tenho espelho em casa. Os olhos baços, a boca muito grande, o nariz grosso.” (RAMOS, 2013, p. 40-41). Luís da Silva age como Paulo Honório em relação a Madalena, não só por revelar uma crescente baixa autoestima, mas também por deixar-se envolver quando assume seu interesse por Marina. Afinal, “apesar destas desvantagens, os negócios não iam mal. E foi exatamente por me correr a vida quase bem que a mulherinha me inspirou interesse – novidade, pois sempre fui alheio aos casos de sentimento” (RAMOS, 2013, 42).

Depois desse momento, Luís da Silva entra em uma insólita viagem rumo ao caos, aprofundando ainda mais o seu desarranjo interior. A relação com Marina iria lhe proporcionar uma experiência irreversível, baseada em humilhação e traição, e conduzida por um violento ciúme. A “coisinha loura” lhe despertaria desejos há algum tempo adormecidos. Mesmo interessado, ele só se referiria à vizinha de forma

depreciativa. Era muito desejo para pouco elogio, as palavras utilizadas expressando pouco valor atribuindo às mulheres, Luís da Silva não tinha habilidade para lidar com o amor, pois acreditava que amar seria, na verdade, um desprazer.

Inicialmente, Marina aparecia desarticulada quanto ao corpo e às atitudes, Luís da Silva não conseguia apreendê-la em sua totalidade, jamais aparecendo inteira, plena. Tal qual ele se percebia, fragmentado entre o molambo da atualidade e a criança de outrora, Marina lhe apareceria em pedaços, esquartejada, porém viva. Apenas quando os flertes deram espaço às ousadas trocas de carícias, sempre no espaço fronteiro do quintal, Luís apalpando todo o corpo da parceira ao tempo em que ela parecia aceita em sua totalidade: um apetecível corpo envolto por características formando uma mulher desejável. Enfim, os fragmentos de ambos se uniriam de forma a Marina aparecer de fato concebida e aceita por Luís da Silva:

Antes de eu conhecer a mocinha dos cabelos de fogo, ela me aparecia dividida numa grande quantidade de pedaços de mulher, e às vezes os pedaços não se combinavam bem, davam-me a impressão de que a vizinha estava desconjuntada. (...) Foi difícil reunir essas coisas e muitas outras, formar com elas a máquina que ia encontrar-me à noite, ao pé da mangueira. Preguiçosa, ingrata, leviana. Os defeitos, porém, só me pareceram censuráveis no começo das nossas relações. Logo que se juntaram para formar com o resto uma criatura completa, achei-os naturais, e não podia imaginar Marina sem eles, como não a poderia imaginar sem o corpo. (RAMOS, 2013, p. 82-83)

Marina permite que Luís explore seu corpo, no entanto, se recusa a entrar no quarto do namorado e acabar cedendo aos seus apelos sexuais. A princípio, acredita que Luís será o homem que irá tirá-la da vida de extrema pobreza. Por ser intelectual, funcionário público e jornalista, ele aparece redentor. Quando ele a pede em casamento, aceita prontamente. Mas, nos preparativos para o enxoval, percebe a pobreza do noivo e a impossibilidade dele em saciar sua sede de luxo e futilidades. O fosso econômico no qual Luís ingressa, a partir da compra das peças para o enxoval, acarreta que todas as suas economias se transformam em peças de roupa caras e inúteis para um casal do nível social deles. Querendo adiantar o casamento, Luís da Silva compra fazendas caras à prestação. Endivida-se, regula o dinheiro, enquanto Marina percebe que continuaria sua vida regrada, da forma que era na casa dos pais. Luís da Silva sucumbe ante a intenção da moça: “Marina

entregou-me lápis e papel, ditou coisas absurdas, com um risinho ruim, e eu percebi nela a intenção de me humilhar” (RAMOS, 2013, p. 103).

Tanto esforço, porém, seria em vão. Marina troca Luís da Silva por Julião Tavares, homem rico e que poderia oferecer-lhe tudo o que o noivo não conseguiria. Julião tinha muitas vantagens em relação a Luís. Este tinha o saber, aquele tinha o dinheiro, e neste caso o dinheiro tinha um peso muito maior. Marina aparenta uma falsa ingenuidade e logo se torna presa fácil para o galanteador Julião, ambiciosa o suficiente para avaliar os dois pretendentes e trocar o pobre pelo abastado. Marina e Julião se seduzem e se completam. Ele se fartaria em carnes rijas e bem tratadas, ela sairia do quintal sujo e circularia pelos lugares frequentados pelas pessoas com dinheiro. Luís da Silva tinha, portanto, vários motivos para não gostar de Julião Tavares, e agora acrescentava mais este:

Ao chegar à rua do Macena recebi um choque tremendo. Foi a decepção maior que já experimentei. À janela da minha casa, caído para fora, vermelho, papudo, Julião Tavares pregava os olhos em Marina, que, da casa vizinha se derretia para ele, tão embebida que não percebeu a minha chegada. Empurrei a porta brutalmente, o coração estalando de raiva, e fiquei em pé diante de Julião Tavares, sentindo um desejo enorme de apertar-lhe as goelas. (RAMOS, 2013, p. 91)

A relação extra se consolida. Marina, nunca tão bem tratada, Julião, ostentando a nova namorada como um troféu, regozijava-se com os olhos de desejo que outros homens lançavam sobre ela. Enquanto isso, os desejos sexuais de Luís da Silva iriam, de fato e por direito, suprimir a vazão ante o rival com condições de suprir todas as vontades de Marina. O ódio de Luís por Julião Tavares irá se intensificando a cada dia. Além de tomar-lhe a mulher, escancorar todas as limitações de Luís da Silva, tornando público o quanto ele era pequeno. Como o orgulho masculino ferido e exposto, o ciúme se intensificaria cada vez mais. Luís testemunha o início do flerte e o desenrolar do romance até o fim, desenvolvendo uma obsessão psicológica doentia frente ao seu adversário. Julião se tornaria um tormento encarnado e presente, enquanto Luís mergulharia em lodo de lembranças, ódio, humilhação, vivia em uma agonia lancinante, sentia-se refém de Julião. Como se estivesse imobilizado, temia que todo o resto de sua existência lhe fosse tomado: “parecia-me que, na minha ausência, Julião Tavares penetraria na casa e levaria o

que me restava: livros, papéis, a garrafa de aguardente. Sentia-me preso como um cachorro acorrentado, como um urubu atraído pela carniça” (RAMOS, 2013, p. 124).

Tendo ganho uma corda de seu Ivo, um mandrião que vez por outra aparecia na pensão, mesmo com receio, Luís da Silva guardaria a corda no bolso. A partir daquele momento começaria a dar mais atenção ao desejo de matar Julião Tavares. A corda passaria a ser uma personagem, a cúmplice perfeita para o crime: enforcar Julião, tirar-lhe o ar, provocar-lhe agonia, a mesma por ele sentida desde que se percebera como gente. A ideia de enforcar o rival iria crescer e tomar vulto, até a descoberta de que Marina estava grávida.

Aquilo lhe causaria raiva, despeito, piedade e nojo. Luís da Silva tinha por hábito ficar no banheiro da pensão, separado da casa de Marina por uma parede estreita. De seu banheiro ouvia o que se passava no banheiro vizinho. Mesmo depois de brigar com a ex-noiva, mantivera o hábito e sentia imenso prazer quando ela usava o banheiro, até mesmo para urinar: ele “continha a respiração e aguçava o ouvido para aquela mijada longa que tornava Marina preciosa” (RAMOS, 2013, p. 164). Neste contexto de intimidade unilateral, a gravidez de Marina foi reconhecida, ela estava silenciosa, triste, cuspiendo muito. A desconfiança ganhou forma de certeza, Marina e a mãe tiveram uma dura discussão, a filha tirou de d. Adélia o resto de dignidade que ela ainda tinha, Luís se apiedou e desejou defendê-la.

– Que latomia é essa? Perguntou d. Adélia com autoridade mole. Creio em Deus Padre. Parece que morreu gente.

(...)

– Estou desconhecendo você. Que foi que houve?

Aí o pranto de Marina rebentou novamente enrolado com palavras ásperas que não entendi. D. Adélia baixou a pancada:

– Que horror, filha da minha alma! Santo Deus! Valha-me Nossa Senhora do Amparo.

– Que Deus, que Nossa Senhora, que nada! Gritou Marina reduzindo a cacos as lamúrias e a religião da mãe. De quem é a culpa? A senhora não sabia? Para que fingir que não sabia? A senhora sabia. Calaram-se fungando.

– Criar uma filha tantos anos, gemeu d. Adélia, passar a vida sonhando com a felicidade dela, e de repente uma desgraça desta!

– Pois sim, disse Marina com risinho. Bonita criação. Está vendo?

(...)

– Coitadinha! Não via, não sabia. Tão inocente! Agora já sabe. Pois é. Escangalhada, com um filho na barriga. Não faça essa carinha de santa, não. É o que lhe digo. Estou mentindo? Arrombada, com um moleque no bucho. Não quer ouvir, não? Tape os ouvidos.

– Cale a boca, Marina, gaguejou d. Adélia, tremendo. Me respeite, Marina. (RAMOS, 2013, p. 169-170)

Restaria a Marina recorrer aos serviços de d. Albertina, senhora muito procurada por mulheres para serviços de ordem íntima, inclusive “fazer voltarem as regras”. Em um febril monólogo interior, algumas vezes interrompido por um interlocutor imaginário, Luís da Silva, que havia seguido Marina até o local onde faria o aborto, imaginava e descrevia com fértil imaginação os diálogos entre a cliente e d. Albertina durante a realização do suposto feticídio. Ao sair do recinto, completamente esvaída de energia e vida, Marina segue seu caminho, acompanhada por um furioso e ao mesmo tempo piedoso acusador:

– Puta!

Teria dito e repetido outra palavra que insistisse em vir-me à boca, dessas coisas que a gente diz à toa e conserva porque vieram espontaneamente e são insubstituíveis e absurdas. Quanto mais olhava Marina menos me inclinava a admitir que ela fosse uma puta, as pálpebras roxas ocultando olhos aguados, o beijo trêmulo, a barriga encolhida, a cara mal pintada, a testa amarela coberta de rugas.

– Vamos caminhando.

Marina pôs-se a andar como um mamulengo (RAMOS, 2013, p. 217-218).

A decisão de Marina de abortar teria peso de crime desde o descobrimento do Brasil. Em suas cartas à Metrópole, os Jesuítas relatavam que o aborto era um péssimo e comum hábito entre as mulheres indígenas. Já no século XIX, a mulher que abortava era estigmatizada principalmente pela Igreja. Del Priore (2001, p. 28) relata que

O pior crime não parece ter sido o de ter filhos fora do matrimônio, como sublinhava a Igreja, mas ter matado o próprio fruto. Parece inegável que a valorização da maternidade, a eleição do corpo feminino como pagador de pecados solidificaram uma mentalidade de proteção da gravidez e exaltação da fecundidade da mulher na qual o aborto aparecia como uma mácula.

A presença de Marina na narrativa é constante até o momento em que ela faz o aborto. A partir daí o que importa a Luís da Silva é dar fim à vida de Julião Tavares. Luís da Silva, que tem horror a sangue, recorrerá à corda oferecida por seu Ivo para matar Julião, que, afinal, conheceria em seus últimos instantes de vida a

agonia que Luís da Silva experimentara a sua existência vida inteira. Como em uma caçada, Luís da Silva persegue sua presa noite adentro, por lugares perigosos, chega a sentir pena do adversário e desejar que ele fuja. De certo modo, intuía o que a morte de Julião poderia lhe causar. Temia ir para a prisão, tinha nojo do ambiente e precisava sempre estar com as mãos limpas.

Julião Tavares seria assassinado depois de sair de uma casa no subúrbio, provavelmente de uma nova namorada, pobre e ambiciosa como Marina. Depois de ter dado o bote e matado Julião Tavares, Luís da Silva manteria a esperança de eliminar as lembranças do casal de traidores e toda a sorte de sentimentos ruins que solaparam os últimos resquícios de sua autoestima:

A obsessão ia desaparecer. Tive um deslumbramento. O homenzinho da repartição e do jornal não era eu. Esta convicção afastou qualquer receio de perigo. Uma alegria enorme encheu-me. Pessoas que aparecessem ali seriam figurinhas insignificantes, todos os moradores da cidade eram figurinhas insignificantes. Tinham-me enganado. Em trinta e cinco anos haviam-me convencido de que só me podia mexer pela vontade dos outros. (RAMOS, 2013, p. 238)

Ledo engano. Luís da Silva continuaria aquele mesmo ser agônico que se revelara desde as primeiras frases do romance. Ele se torna um velho impotente, enxergando-se da mesma forma como enxergara Marina depois do aborto. O resto de viço que ainda tinha, foi-se embora com a morte de Julião. Ele, que tanto desejara a morte do oponente, não soubera lidar com o corpo, nem com o medo que passaria a senti de si e do que estava por vir. Todo o ódio, gerado e acalentado com o desejo da morte de Julião, esmaeceu. Ter o cadáver do adversário em sua frente o deixaria imobilizado, mas teria que lidar com o corpo antes que sua culpa no assassinato fosse descoberta.

Mas também imaginaria: capaz de que ninguém jamais soubesse. Apenas ele e sua mente inquieta fervendo em um alucinante processo de viagem pelo tempo, parando em estações que guardavam as difíceis lembranças, vivências que resultaram naquele homem que há poucas horas era apenas um fracassado, e a partir daquela instante se tornara também um assassino. Conforme Sônia Brayner (1978, p. 212),

A execução de Julião Tavares traz no exato momento do enforcamento a *catarsis* esperada, nele contidos seus desencontros e misérias; mas, constata imediatamente que fora “inútil, tudo inútil”, o conhecimento proveniente da confrontação com o fim dos seus atos não proporciona senão desespero e medo.

Quando finalmente chegou à casa, Luís da Silva se entrega ao medo e aos delírios, imaginando-se na prisão, onde escreveria um livro, todos os fantasmas se unindo para assustá-lo. De acordo com Bosi (2013, p. 431), “tudo parece preparar para o longo monólogo final que abraça um sem-número de imagens de um mundo hostil e as aquece com a febre que a recusa absoluta produziu na alma do narrador”. Em suas últimas alucinações, todas as figuras insignificantes se juntando a ele, em um colchão de paina, de uma certeza Luís da Silva não abriria mão: dores só as minhas, dores de um homem abortado em vida, aquele reprimido por todos os lados, especialmente em seu interior. E quando na iminência de experimentar a vida com prazer, e, quem sabe, alguma felicidade, ao lado de Marina, ela lançara ao vento todas as suas fraquezas, desonrando o homem e o nome que já haviam sido diminuídos ao máximo.

4.4. Sinha Vitória, a que fala.

Esqueceu a infelicidade próxima, riu-se encantado com a esperteza de sinha Vitória. Uma pessoa como aquela valia ouro. Tinha ideias, sim senhor, tinha muita coisa no miolo. Nas situações difíceis encontrava saída.

Graciliano Ramos – *Vidas secas* (1938)

Quando saiu da prisão, em 1937, Graciliano Ramos estava sem emprego. Para suprir as necessidades, começou a escrever artigos, contos e crônicas para jornais e revistas. Neste material produzido estavam as histórias de *Vidas secas*. O primeiro foi *Baleia*, seguido de *Sinha Vitória*, depois *Cadeia*. Ramos pensou em juntar as cinco personagens em uma novela pequena: um casal, duas crianças e um cachorro. Escreveu as outras histórias, a última foi *Fuga*. De acordo com Maia (2008, p.102), “Outro estímulo para prosseguir com a narração inter-relacionada, a

partir das já escritas, teve-o decerto Graciliano ao desejar José Olympio novo livro seu para editar em 1938.”.

Vidas secas foi escrito no mesmo ano, quando o Brasil atravessava um período ambíguo: uma sociedade semicolonial em decadência e o capitalismo, emergente a se desenvolver. No exemplo apresentado por Graciliano Ramos em *São Bernardo*, Paulo Honório inseria em sua fazenda todo o maquinário para beneficiar a produção, criando estradas para escoar os produtos, distribuindo para indústrias, chegando a ser comparado com Henry Ford e Delmiro Gouveia. O investimento que não seria apenas no maquinário, pois, tão logo adquirida a fazenda, Paulo Honório contratou trabalhadores e estes fariam benfeitorias manuais. Viçosa, município onde se localiza a São Bernardo, fica no sertão nordestino, ambiente similar ao da família de retirantes capitaneada por Fabiano. Ambas localizadas em zonas rurais afetadas pela seca, o diferencial é que Paulo Honório investiria contra a seca, trabalhando dia e noite pela sua terra e também investindo em inovações tecnológicas.

Em *Vidas secas* o que se observa é o oposto, o abandono das terras, não havendo investimento humano, tampouco tecnológico, para que se processe um enfrentamento da seca e da fatalidade que a acompanha. Ademais da falta de investimento tecnológico, impera a baixa remuneração do trabalhador que, na maioria das vezes, não é o proprietário da terra, e com isto ele se torna um nômade por ter que abandonar a terra quando a seca anuncia a destruição. Coutinho (1978, p. 105) pontua que

Inexistem condições sociais (e, consequentemente, tecnológicas) de resistir vitoriosamente à seca. Esta decadência econômica, aliada à inexistência de uma economia mercantil integrada e integradora, rarefaz ao extremo a realidade social que nos é apresentada no romance: os camponeses estão condenados a uma vida nômade e solitária, à luta contra um mundo inóspito, cuja hostilidade aparente se encarna no desencadeamento de forças naturais incontrolláveis.

A cada período de seca, a família de Fabiano, metonímica, representando todos os retirantes do Brasil – hoje conhecidos como “sem terra” –, precisa refazer planos, migrar de um lugar para outro, com a finalidade de conseguir sobreviver por

mais algum tempo. A natureza é quem define a permanência e o lugar onde os retirantes se assentarão. A descrição da paisagem exerce fundamental importância para a composição da história e a justificativa para as mudanças. Em *Vidas secas*, a paisagem é tão eloquente quantos as próprias personagens. A seca, a fome, os urubus, a iminência da morte, o olhar para o céu, na esperança de encontrar nuvens, descrevem detalhes que, de tão familiares para Fabiano e família, passam despercebidos, e, como afirma Duncan (2004, p. 108), “normalmente, as paisagens tendem a parecer naturais ou inevitáveis àqueles que vivem e trabalham nelas”.

Planície avermelhada, manchas verdes, rio seco, galhos pelados, ossadas em forma de manchas brancas, voo negro dos urubus, espinhos, seixos, lama seca e rachada, descampado, fazendas sem vida, currais desertos, plantas mortas, azul terrível – deslumbrante e de endoidecer. Embora Graciliano Ramos tenha sido um autor de poucos adjetivos, neste conto introdutório do romance, as características da paisagem são bastante exploradas com o fim de descrever as condições de vida, ou quase morte, nas quais se encontravam os retirantes na viagem até chegarem à fazenda onde pousam.

Obedecendo a um processo cíclico – o ciclo da natureza e suas estações – impõe-se a necessidade de fugir da seca, da fome e da presença quase encarnada da morte. Ora as fazendas ficam abandonadas por causa da estiagem, ora povoadas com a chegada da chuva. A forma como Ramos aborda a influência da natureza sob a perspectiva da paisagem, corrobora a afirmativa de Luchiari (2010, p.13-14):

Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas, por conseguinte [sic], as mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas e não podem ser analisadas em apartado às práticas sociais. (...) Para a geografia cultural, a paisagem sempre representou a expressão material do sentido que a sociedade dá ao meio.

É neste contexto geográfico e social que se desenvolve a narrativa do quarto e último romance de Graciliano Ramos. A história que tem como pano de fundo a seca, o latifúndio, o êxodo rural, os modos de dominação e luta pela sobrevivência,

entre tantas agruras que fazem parte do cotidiano das classes sociais subalternizadas, em especial da zona rural, mostrando sobre a trajetória de uma família de retirantes em movimento e procura de um lugar onde possam se alternar com condições suficientes para sobreviver aos efeitos da seca. O período narrado compreende um ciclo completo da seca, desde o primeiro capítulo, *Mudança*, passando pela chegada à fazenda na qual irão viver alguns tempos enquanto existirem condições de subsistência, e, no último capítulo, *Fuga*, que relata a família saindo da fazenda por não ter mais condições de habitar aquele lugar, e, desta vez, a família vislumbrando a possibilidade de se mudar para a cidade, estimando que os filhos tenham acesso a condições de vida mais dignas que os pais e seus antepassados tiveram.

A obra revela realidade do povo sertanejo em busca de sua identidade regional através de um discurso questionador, popular e político. As personagens pouco falam, mas pensam muito, e neste discurso interno revela-se, por vezes, o pensamento intelectual acerca de uma época e da região. O autor se vale do discurso do narrador para imprimir uma identidade, extensiva a Fabiano e seus familiares. Graciliano Ramos conviveu com a pobreza, a seca, a fome, o abuso de poder e o descaso dos governos para com os sertanejos. A ausência de nome, de sobrenome e discurso nas personagens, denuncia a anulação destas pessoas no campo social.

Fabiano, em diversos momentos da narrativa, oscila em relação à identidade de seus familiares, ao tempo em que se julga homem, ora considerado bicho, porque, mesmo sendo seres sociais, não eram assim vistos. A oscilação da identidade, ora como bichos, ora indivíduos humanos intensifica nas personagens, se dá a partir de sua luta pela vida, utilizando os instintos mais primitivos como os bichos: “– Você é um bicho, Fabiano. Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.” (RAMOS, 2013, p. 19). Ao passo seguinte, não perdem a condição humana porque pensam, desejam e sonham: “as palavras de sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era” (RAMOS, 2013, p. 127).

Em *Caetés*, Graciliano Ramos utiliza-se do recurso da comparação das personagens com os índios caetés para revelar como somos selvagens. Em *São Bernardo*, Paulo Honório rebaixava as pessoas, inclusive ele próprio, à condição de animais. Luís da Silva, em *Angústia*, manteria a prática recorrente de comparar-se e comparar os outros com animais, especialmente a ratos, e uma das personagens é conhecida na rua pela alcunha de Lobisomem. Em *Infância*, o narrador era chamado de bezerro-encourado e de cabra-cega, quando criança. *Vidas Secas* apresenta esta comparação de uma forma nada subliminar. Os humanos são como bichos e a cachorra Baleia é tratada como humana, pois “ela era como pessoa da família” (RAMOS, 2013, p. 86), “um bicho diferente dos outros” (RAMOS, 2013, p. 88). A cadelinha, depois de morta, lembraria de suas responsabilidades quando viva, sentindo-se angustiada e projetando uma ideia de paraíso feliz e “cheio de preás, gordos, enormes.” (RAMOS, 2013, p. 91). Enquanto Baleia se humanizava, os filhos de Fabiano e sinha Vitória sequer tinham nome. O narrador a eles se refere como “o menino mais velho” e “o menino mais novo”. Pais e filhos eram silenciosos e silenciados, mal sabendo formular uma frase completa e se fazer compreender. A propósito, Barreto (2005) explica que

A obra é feita de ausências: de água, de nomes, de sobrenomes, de palavras, de dinheiro, de respeito. O silêncio fala muitas vezes por eles, e Graciliano mostra, a partir de comparações entre homens e animais, a zoomorfização dos homens – Fabiano se compara, intermitentemente, a um bicho, assim como seu filho – e antropomorfização do animal – Baleia, embora cachorra, possui as sensações mais humanas da história e cabe a ela também o momento mais dramático da narrativa. (p.01)

Mas nos silêncios de cada personagem existem histórias, percepções e reflexões. As personagens são complementares, necessárias na história – inclusive o patrão, com suas trapças e exploração da família, e o soldado amarelo, simbolizando o governo e seus desmandos – com a finalidade de justapor discursos e intenções. Existe uma hierarquia no seio da família de Fabiano, e uma lógica interna de poder, mas quando eles se colocam em uma sociedade externa, são subjugados ou suprimidos.

No capítulo *Cadeia*, que narra o episódio da prisão de Fabiano, fica explícita a incapacidade do vaqueiro em se defender de qualquer abuso de poder. Mesmo que este venha de um soldado amarelo, que havia cometido erros, Fabiano acreditava que “apanhar do governo não é desfeita” (RAMOS, 2013, p. 33), mas “por mais que forcejasse, não se convenciu de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar” (RAMOS, 2013, p. 33). Todo enrosco se deu devido ao fato de ele não saber se expressar, ou se defender com palavras. Buscou consolo na figura de seu Tomas da Bolandeira, homem que sabia se expressar, enquanto Fabiano não conseguia. Sua indignação ganharia força porque ele não compreendia o motivo de se prender um homem apenas por ele não saber falar. Em meio aos muitos pensamentos, lembrou-se do papagaio que não sabia falar e foi comido pela necessidade. Ele também não sabia falar e rotineiramente seria engolido por quem fosse mais forte que ele.

Os atos de pensar e lembrar eram considerados como entidades para Fabiano. Ele evitava pensar em coisas ruins para que elas não acontecessem, como se estivesse evocando um espírito adormecido. Conforme o narrador relata, ele “tentou iludir-se, imaginou que ela [viagem para sair da fazenda por causa da seca] não se realizaria se ele não a provocasse com ideias ruins” (RAMOS, 2013, p.111). Ele associava acontecimentos ruins às coisas, a espingarda lembrava Baleia e o dia que ele precisou matá-la para proteger a família de uma possível hidrofobia. A árvore na vila remetia ao dia da prisão, e em situações diversas este pensamento vinha à tona. Tentava espantar os pensamentos ruins com as mãos, como se fosse coisa que se pegasse, o pensamento estava na condição de palpável.

Os pensamentos ruins eram bastante recorrentes, “esforçava-se por esquecer uma infelicidade, e vinham outras infelicidades. Não queria lembrar-se do patrão nem do soldado amarelo. Mas lembrava-se, com desespero, enroscando-se como uma cascavel assanhada.” (RAMOS, 2013, p. 122). A forma como Fabiano se relaciona com a linguagem se equipara ao tratamento a ela dado quando esta e a ciência ainda estavam começando a se relacionar.

Mas ao cabo dos séculos os homens perceberam que entre as coisas e seus nomes se abria um abismo. As ciências da linguagem conquistaram sua autonomia quando desapareceu a crença na identidade entre o objeto e seu signo. A primeira tarefa do

pensamento consistiu em fixar um significado preciso e único para vocábulos; e a gramática se tornou o primeiro degrau da lógica. Mas as palavras são rebeldes à definição. E até hoje não cessa a batalha entre a ciência e a linguagem. (...) Não sabemos onde começa o mal, se nas palavras ou nas coisas, mas, quando as palavras se corrompem e os significados se tornam incertos, o sentido de nossos atos e de nossas obras também é inseguro. As coisas se apoiam em seus nomes e vice-versa. (Cf. PAZ, 2014, p. 37)

A falta de conhecimento era uma queixa recorrente de Fabiano. Ele queria imitar seu Tomás da Bolandeira, que “falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros” (RAMOS, 2013, p. 23), era o representante da cultura na história, e por conta disto respeitado por todos e admirado por Fabiano. Mas nem todo o conhecimento e palavras difíceis salvaram seu Tomás da Bolandeira, que cedeu à imposição da seca. E Fabiano o alertara: “Seu Tomas, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros.” (RAMOS, 2013, p 22).

Fabiano era bruto, mas se preocupava com a educação dos filhos, desejando que os meninos entrassem no bom caminho. Mas, na sua opinião, estar em um bom caminho é estar preparado para saber lidar com as adversidades da seca, “precisavam ser duros. Virar tatus” (RAMOS, 2013, p. 25). Caso fossem como seu Tomás, sucumbiriam, este foi o mais arrasado dos homens do sertão. Fabiano se dava bem com a ignorância, não queria filho perguntador, porque “se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito.” (RAMOS, 2013, p. 22). Seus filhos deveriam ser como bichos para resistir. Eles só teriam o direito de ter conhecimento fora do contexto da seca, “um dia... Sim, quando a seca desaparecesse e tudo andasse direito... Livres daquele perigo, os meninos poderiam falar, perguntar, encher-se de caprichos. Agora tinham obrigação de comportar-se como gente da laia deles” (RAMOS, 2013, p. 25).

Seu Tomás já havia morrido, mas, enquanto esteve vivo, descansava seu corpo em “uma cama de verdade, feita pelo carpinteiro, um estrado de sucupira alisado a enxó, com as juntas abertas a formão, tudo embutido direito, e um couro cru em cima, bem esticado e bem pregado” (RAMOS, 2013, p. 45-46). Uma cama decente, adequada para a pessoa que trabalhou o dia inteiro se deitar. Uma cama

como a de seu Tomás era o maior desejo de sinha Vitória. Este desejo movimenta a narrativa de forma permanente. Por trás desse sonho existe muita subjetividade. Além do conforto, para o justo descanso de quem passa o dia lidando com trabalho braçal, muitas vezes exaustivo, ela desejava estar em um lugar definitivo, livre dos temores das secas e das cheias, livre dos abusos de um patrão violento, da instabilidade que cerca a sua família o tempo inteiro. Ter uma cama de couro representava para sinha Vitória conforto e segurança. A cama de couro é uma metáfora do verdadeiro desejo da personagem: ir para uma terra civilizada.

Graciliano Ramos faz um jogo com os nomes das personagens principais de *Vidas Secas*. Fabiano significa “pessoa simplória e/ou inofensiva”, Vitória significa “triunfo, sucesso alcançado”, mas, em todo o livro, o narrador se refere a ela utilizando o pronome de tratamento “sinha”, e em momento nenhum ela é tratada apenas pelo nome. As crianças não têm nome, dando a impressão de que ainda irão construir a identidade, talvez ainda não sejam de fato, humanos. Cabe à mãe, zelosa que é, fazer justiça ao significado do próprio nome e conduzir a família para um futuro talvez melhor, fora do ciclo das secas e da repetitiva iminência da morte. Sinha Vitória foi equivocadamente tratada como Sinhá por uma infinidade de pessoas, o que se deve ao desconhecimento da variação neste pronome de tratamento. Como explica Belmira Magalhães o motivo deste equívoco,

O pronome de tratamento sinhá, aparece, no cotidiano brasileiro, para designar as mulheres ligadas ao poder econômico no universo rural. (...) Com a abolição da escravatura e o posterior desenvolvimento das relações de trabalho capitalistas, o termo sinhá adquire uma corruptela que designa as mulheres casadas, pobres, mas que merecem respeito. Para as damas da sociedade continuava-se usando o pronome de tratamento com letra maiúscula e com a tônica na última sílaba (si-**nhá**). Para as mulheres pobres, casadas e de respeito, a tonicidade está na penúltima sílaba e se escreve sempre com letra minúscula (**sf**-nha). (2001, p. 120-121)

A influência de sinha Vitória sobre Fabiano é grande, mas velada, vai crescendo ao decorrer da narrativa. No capítulo *Cadeia*, o vaqueiro já dá sinal da importância da esposa. Ele teme a represália que pode sofrer por consequência de ter jogado com o soldado amarelo e não ter comprado o que ela havia pedido. Fabiano deixaria o amarelo para trás e começaria a pensar nas possíveis histórias inventadas para justificar as perdas para a esposa, uma vez que para ele, o poder

de sinha Vitória era maior que o do governo. Na prisão, levemente embriagado, surrado pelo representante do governo e humilhado, sua maior preocupação era sinha Vitória e os filhos, que estavam sozinhos. E à sua maneira de coordenar os pensamentos, temeu que sua história se reproduzisse nos filhos. Eles “eram uns brutos como o pai. Quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo” (RAMOS, 2013, 37).

Mesmo sentindo-se humilhado, não sabia falar para se defender. Mas, aos poucos, conseguiria ordenar o pensamento, reconhecendo que era a família que o impedia de reagir. Tornara-se refém do sistema por amor e senso de preservação da família, pois sabia que “o que o freava era a família.(...) O que lhe amolecia o corpo era a lembrança da mulher e dos filhos” (RAMOS, 2013, p. 37). Reconheceria ser o soldado amarelo tão vítima do sistema político e social quanto ele. Desejava matar os donos do soldado amarelo, faria um estrago neles, em parceria com um bando de cangaceiros. Fabiano queria muito se vingar, “mas havia a mulher, havia os meninos, havia a cachorrinha” (RAMOS, 2013, p. 37). Depois da prisão, reencontrando o soldado amarelo, os dois em papéis invertidos, teve a oportunidade de se vingar, mas, resolvido a não se inutilizar, guardou sua força. Diante de um soldado amarelo inerte, diminuído, reconheceria que “governo é governo” (RAMOS, 2013, p. 107). Tempos depois, assombrado pelas lembranças ruins, Fabiano lembraria destas duas situações e ficaria bastante irritado, sabendo que

Se não fosse tão fraco, teria entrado no cangaço e feito misérias. Depois levaria um tiro de emboscada ou envelheceria na cadeia, cumprindo sentença, mas isso era melhor do que acabar-se numa beira de caminho, assando no calor, a mulher e os filhos acabando-se também. Devia ter furado o pescoço do amarelo com a faca de ponta, devagar. Talvez estivesse preso e respeitado, um homem respeitado, um homem. Assim como estava, ninguém podia respeitá-lo. Não era homem, não era nada. Aguentava zinco no lombo e não se vingava. (RAMOS, 2013, p. 112)

No capítulo destinado a sinha Vitória, a família vive um período de aparente descanso, já que Fabiano se dava ao luxo de dormir na rede durante o dia, enquanto as crianças brincavam tranquilas. O fluxo da vida seguia em ordem em meio à rotina que eles tinham, com a folga de que não poderia se queixar. Seus pensamentos

voltaram a pensar na cama que ela tanto queria. O casal conseguia dormir na cama de varas com um nó no meio, “mas seria agradável dormir numa cama de lastro de couro, como outras pessoas” (RAMOS, 2013, p. 40). Diferente do marido, ela se via como pessoa e queria viver como as outras.

Há um ano sinha Vitória falava sobre o assunto com o marido, mas ele nunca enxergava nisto uma necessidade. Entre negociações sobre o que deveria ser cortado para sobrar dinheiro para a cama, ela – bastante azeda – reclamaria o dinheiro gasto com o jogo e a cachaça, referindo-se ao episódio da prisão do marido. Fabiano se defenderia falando sobre o sapato de verniz que ela tinha, como uma futilidade cara e que não lhe caía bem, comparando a mulher ao papagaio que havia sido comido durante a última mudança. Ela se sentiu ofendida e não se voltou contra o marido por ter muito respeito a ele.

Sinha Vitória, a personagem mais humana da casa, posta na condição de um animal: o papagaio que não falava e que foi morto para saciar a fome da família. A forma como o marido a enxergava também a machucaria, “ela devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano entristeceu-a muito” (RAMOS, 2013, p. 41). Toda mulher sente vaidade, naturalmente gosta de ter sua beleza reconhecida pelo marido, mas Fabiano, agindo diferente, na primeira necessidade, tocou em um ponto muito sensível da personalidade da mulher.

A discussão traria a sinha Vitória a recordação da viagem que fizeram até chegar à fazenda onde agora viviam. Uma recordação triste, com lembrança de fome, seca, da necessidade de ter que matar um bicho de estimação para se alimentar. Mas se acalmaria em função do marido, que “roncava com segurança. Provavelmente não havia perigo, a seca devia estar longe” (RAMOS, 2013, p. 44). Todavia, com a chegada da prosperidade e a diminuição dos esforços físicos, o desconforto da cama incomodava ainda mais.

A princípio não se incomodara. Bamba, moída de trabalhos, deitar-se-ia em pregos. Viera, porém, um começo de prosperidade. Comiam, engordavam, Não possuíam nada: se se retirassem, levariam a roupa, a espingarda, o baú de folha e troços miúdos. Mas iam vivendo na graça de Deus, o patrão confiava neles – e eram quase felizes. Só faltava uma cama. Era o que aperreava sinha Vitória. (RAMOS, 2013, p. 45)

Embora Fabiano demonstrasse insatisfação com o possível desleixo da mulher em relação à criação dos filhos, o exemplo que ele dava estava sendo seguido. Quando o pai se paramentava como um vaqueiro, o menino mais novo o enxergava como um gigante. Querendo ser como ele, ensaiava os movimentos necessários para agir como Fabiano, crescer como ele, conseguir a admiração dos outros, da mesma forma que admirava o pai. Seu projeto de vida era repetir a história do pai e dos antepassados, para o que “precisava crescer, ficar tão grande como Fabiano, matar cabras a pilão, trazer uma faca de ponta à cintura. Ia crescer, espichar-se numa cama de varas, fumar cigarro de palha, calçar sapatos de couro cru” (RAMOS, 2013, p. 53). O menino mais novo daria orgulho ao pai, cresceria adestrado, estaria preparado para sobreviver às privações e intempéries com a resistência de um bicho, teria “muque e substância, mas pensaria pouco, desejaria pouco e obedeceria.” (RAMOS, 2013 p. 28).

Já o menino mais velho, mais propenso a ser como a mãe, queria ter conhecimento, ainda que isso lhe trouxesse dores e chateações. Ele estava na idade da inocência, acreditando que todos os lugares eram bons e as palavras também deveriam significar coisas boas. Sua linguagem era limitada, mas compreendia o que se passava ao seu redor, reconhecendo que existia uma entidade protetora. Isso o fazia lembrar-se da experiência de quase morte que teve quando estavam chegando à fazenda, concluindo que “naquele tempo o mundo era ruim. Mas depois se concertara, para bem dizer as coisas ruins não tinham existido” (RAMOS, 2013, p. 59).

Por ser observador, tornar-se-ia um menino desconfiado, observando as circunstâncias antes de se aproximar. Tinha consciência dos perigos que rondam o desejo de saber, evitava questionar, tentar descobrir, mas em sua cabeça brotavam muitas questões, muitas vezes nascidas da observação. Ele tinha angústia frente às dúvidas que jamais seriam desfeitas, na mesma proporção que sabia que sua curiosidade não deixaria de ser despertada.

Os capítulos seguem a lógica temporal apenas para marcar a chegada à fazenda no primeiro capítulo. A chegada das arribações, as aves migratórias do

sertão que motivaram a necessidade da mudança, narrada no 12º capítulo e a fuga da seca para um lugar civilizado, no último. Nestes dois capítulos, a personagem sinha Vitória, que já havia se revelado uma mulher lúcida e que mesmo diante das teimosias do marido, é quem elabora as melhores soluções, e terá um papel determinante. Ela perceberia que as arribações iriam acabar com as chances de sobrevivência da família. Fabiano, não alcançando de imediato o raciocínio da mulher, depois de muito matutar compreendendo e ficaria alegre de tê-la por perto. Mesmo que em seu entorno houvesse um cenário desfavorável para a permanência da família, ele “esqueceu a infelicidade próxima, riu-se encantado com a esperteza de sinha Vitória. Uma pessoa como aquela valia ouro. Tinha ideias, sim, senhor, tinha muita coisa no miolo. Nas situações difíceis encontrava saída” (RAMOS, 2013, p. 110).

Ter a consciência de que as arribações iriam antecipar a saída deles pelo mundo, causou imenso abatimento em Fabiano, queria acreditar que a seca não viria, que não seria necessário sair daquelas terras, ainda que passassem por muitas necessidades, permanecendo lesados pelo patrão. Sentia pela mulher que iria novamente ter que sair pelo mundo à procura de um lugar para se assentar, mal sabendo ele que isso era o que ela mais desejava: assentar-se de forma definitiva, ter estabilidade e uma cama de couro. Fabiano reconhecia a mulher que tinha,

Sinha Vitória fazia contas direito: sentava-se na cozinha, consultava montes de dementes de várias espécies, correspondentes a mil-réis, tostões e vinténs. E acertava. As contas do patrão eram diferentes, arranjadas a tinta e contra o vaqueiro, mas Fabiano sabia que elas estavam erradas e o patrão queria enganá-lo. Enganava. Que remédio? (...) Pobre sinha Vitória. Não conseguiria nunca estender os ossos numa cama, o único desejo que tinha. (RAMOS, 2013, p. 114-115)

Fabiano descreve a mulher da forma como consegue apreendê-la. Magalhães (2001, p. 20) avança na apreensão e descrição da personagem, melhor localizando-a na obra:

Sinha Vitória é construída para fazer falar a autoria, na medida em que, numa sociedade patriarcal, cabe à mulher poucas ações fora do espaço doméstico, permitindo que a personagem feminina possa exercer outras funções que não poderiam se efetivar pelo homem, sob pena de quebrar a coerência da obra. Fabiano, a personagem

que age, que se desloca para o mundo da rua, não pode realizar contas certas e, ao mesmo tempo, aceitar as contas erradas do patrão; perceber a arribação das aves e não se mudar imediatamente.

Sinha Vitória pode perceber a situação e alertar o leitor. A não realização dos sonhos e ideias da personagem não comprometem a estrutura do romance, pois dizem respeito a outra ordem de problemas.

Deixar a fazenda que abrigou a família na seca anterior não seria nada fácil. A marcha esteve lenta para não se afastar, os meninos marchavam distraídos, e os pais absortos em seus pensamentos e medos. O destino incerto preocupava os adultos, a cadela Baleia os acompanhava em lembranças mescladas com culpa. “Sentia um aperto na garganta, não conseguia explicar-se. Mas achava-se desamparada e miúda na solidão, necessitava um apoio, alguém que lhe desse coragem. Indispensável ouvir qualquer som” (RAMOS, 2013, p. 120). Sinha Vitória se contorcia como nas dores de parto. Não eram as dores físicas, mas as emocionais. O tempo da mudança novamente chegou. Como se tivesse sido gerado nos sonhos, precisava acreditar que no filho que estava por vir, o fruto dos seus sonhos, engendrados no desejo de vida melhor para a família, “com certeza haviam no mundo coisas extraordinárias. (...) – O mundo é grande.” (RAMOS, 2013, p. 123).

Animados, tagarelavam e se elogiavam, um estimulando o outro, seguindo os filhos que, dispostos, caminhavam na frente, conversando sobre o futuro dos meninos e a mãe, taxativa: “Chegariam a uma terra distante, esqueceriam a caatinga (...) não voltariam nunca mais, resistiriam à saudade que ataca os sertanejos na mata. (...) Fixar-se-iam muito longe, adotariam costumes diferentes.” (RAMOS, 2013, p. 123). Eles se instalariam em uma cidade, os meninos estudariam, aprenderiam coisas difíceis e necessárias, seriam diferentes dos pais, ficariam presos em terras desconhecidas e civilizadas. Os quatro “andavam para o sul, metidos naqueles sonhos.” (RAMOS, 2013, p. 127). Sinha Vitória finalmente alcançaria o que tanto desejara para a família, o constante na vida de seu Tomás da Bolandeira: a cama, as palavras, os livros, o saber e o voto.

4.5. Maria Amélia, a que age

“Afinal minha mãe rebentou em soluços altos, num choro desabalado. Agarrou-me, abraçou-me violentamente, molhou-me de lágrimas. Tentei livrar-me das carícias ásperas. Porque não se aquietava, não me deixava em paz?”
Graciliano Ramos – *Infância* (1945)

Em seu primeiro livro de memórias, Graciliano Ramos dará pistas de como as vivências de sua infância reverberaram na vida adulta e na literatura por ele produzida. O embrião de personagens já conhecidas por seu público nas quatro obras anteriormente publicadas aparece e provoca reminiscências no leitor, impressão que se confirma no livro póstumo *Cartas* (1980), através do qual conhecemos parte da trajetória do escritor, desde os seus 18 anos. Os tempos e sentimentos difíceis da meninice, narrados até os onze anos no livro *Infância* (1945), dão lugar a um Graciliano com trato mais dócil na relação com seus destinatários, especialmente os pais que aparecem bastante rudes com o então menino. Há uma mudança, ainda que nas letras, mas as marcas criadas por uma rotina cruel na fase da vida que deveria ser mais doce, estas são indelévels, resultantes da violência no contexto da família patriarcal brasileira.

As recordações desse tempo, a cultivada habilidade de lidar com as palavras, amparadas por uma larga experiência de leitura e uma forma realista de perceber o entorno, colaborariam para a fixação de histórias e personagens que saltam da realidade para a ficção ao sabor da escritura de Ramos. É sabido que ele revisava os textos até ficarem enxutos, livres de excessos. Uma dedicada atenção aos detalhes apontaria “que os seus romances são experiências de vida ou experiências com a vida, manipulando dados da realidade com extraordinário senso de problemas.” (Cf. CANDIDO, 2006, p 93).

Por se tratar de um livro de memórias, a linha que divide a ficção da realidade é fina e oscilante. Graciliano Ramos revela, aliás, que realidade e ficção, imaginação e memória estarão presentes e reunidas com o propósito de construir uma narrativa autobiográfica, mas com o sentido da produção de uma obra que pode ser lida como peça ficcional, conforme justifica Candido (2006, 90), segundo

quem “*Infância* é autobiografia tratada literariamente; a sua técnica expositiva, a própria língua parecem indicar o desejo de lhe dar consistência de ficção.”.

Em *Infância*, o narrador não tem nome, aparecendo em primeira pessoa e não apresentando formalmente que o protagonista da história, aquela criança seja a personagem real das memórias do autor. No entanto, os nomes familiares, as localizações geográficas e as marcas temporais correspondem à biografia de Graciliano Ramos. No decorrer da leitura, estabelece-se um acordo tácito entre narrador e leitor, antecipando a informação de que haja uma ficcionalidade, histórias com dores e descobertas dignas de uma infância difícil e descrição emitida de quem tem intimidade com assuntos de dor, imprimindo a certeza de que, naquelas linhas, além da ficção, existem lembranças e dores genuínas de quem as vivenciou, aliadas ao talento de transformar o corte seco da vida em arte, o que seria típico do ficcionista e memorialista alagoano. Candido (2006, p 93) conclui que Graciliano Ramos “extravasou os limites do gênero e, cada vez mais preocupado pelas situações humanas, substituiu-se ele próprio aos personagens e resolveu, decididamente, elaborar-se como tal em *Infância*.”. Já Homero Senna (1978, 46) refere a uma declaração de Graciliano, em relação ao livro *Infância*, confirmando ser este um livro de memórias:

De minha cidade natal não guardo a menor lembrança, pois saí de lá com um ano. Criei-me em Buíque, zona de indústria pastoril, no interior de Pernambuco, para onde, a conselho de minha avó, meu pai se transferiu com a família. Em Buíque morei alguns anos e muitos fatos desse tempo estão contados no meu livro de memórias.

Nos livros *Infância* e *Cartas* encontramos marcas da relação de Graciliano Ramos com a mãe, Maria Amélia Ferro Ramos, uma senhora que, à primeira vista, provoca comoção pela forma como trata o próprio filho. Inicialmente, ela é descrita como “uma senhora enfezada, agressiva, ranzinza, sempre a mexer-se, bossas na cabeça com um cabelinho ralo, boca má, olhos maus que em momentos de cólera se inflamavam com brilho de loucura.” (RAMOS, 1995, p.13). Mas a sensação é definida com as palavras medo, obediência, respeito, lágrimas, maus-tratos, bolos, chicotadas, cocorotes e puxões de orelhas. De acordo com Souza (2001, p. 94), a obra

Leva a refletir sobre a maneira como eram consideradas as crianças num determinado período da história nacional. Uma história que se desenvolve à margem, num espaço ausente de luz, obscurecida por adultos que vedam à criança o direito à dignidade, o respeito a sua autonomia. *Infância* constrói-se, assim, na representação de um menino que entre pais e mestres curva-se sob a violência das punições e postergações.

Ao tempo em que os pais do memorialista são apresentados como austeros e impacientes, o autor relata hiatos nos quais teria havido serenidade e até a crença de que essa ordem seria restabelecida, formando um padrão e fazendo cessar o ciclo de punições injustificadas. No episódio *Manhã*, o narrador revela a variação de comportamento dos pais,

Bem e mal ainda não existiam, faltava razão para que nos afligissem com pancadas e gritos. Contudo, as pancadas e gritos figuravam na ordem dos acontecimentos, partiam sempre de seres determinados, como a chuva e o sol vinham do céu. E o céu era terrível, e os donos da casa eram fortes. Ora, sucedia que minha mãe abrandava de repente e meu pai, silencioso, explosivo resolvia contar-me histórias. Admirava-me, aceitava a lei nova, ingênuo, admitia que a natureza se houvesse modificado. Fechava-se o doce parêntese – e isto me desorientava. (RAMOS, 1995, p. 17-18)

Natural comover-se com a história de uma criança adestrada para sentir dor e não gemer, capaz de evocar, nas lembranças dos leitores, situações similares que porventura também tenham vivido, ampliando a intensidade da comoção. Faz-se necessário, porém, humanizar a figura de d. Maria, desenvolver por ela certa empatia, analisando o contexto no qual ela era mulher e veio a se tornar mãe. Importante também lembrar que Graciliano Ramos, nascido no fim de 1892, teria em Maria Amélia uma mãe apenas 14 anos mais velha que o filho, foi criada e começou a ser mãe no fim do século XIX, no Nordeste do Brasil, lugar bastante conservador. Na sociedade patriarcal, as mulheres, em linhas gerais, tinham seus direitos bastante limitados, precisando administrar internamente as questões referentes à condição feminina, ao casamento, à maternidade e à autoestima. O narrador escreve um episódio na qual a avó tinha sua personalidade deturpada pelo sofrimento, seguido do tormento que a própria mãe, ela que tinha de assistir e assistir às dores dos filhos e criar Mocinha, filha adolescente de seu Sebastião

Ramos. A menina tinha atributos físicos que faltavam a d. Maria, poucos anos mais velha, afinal, um forte golpe em sua autoestima e na dos filhos que ela gerou:

Minha avó, grave, ossuda, tinha protuberâncias na testa e bugalhos severos. Anos depois contou-me desgostos íntimos: o marido, ciumento, afligira-a demais. Só aí me inteirei de que ela havia sofrido e era boa, mas na época do ciúme e da tortura não lhe notei a bondade.

(...)

Se não existisse aquele pecado, estou certo de que minha mãe teria sido mais humana. De fato, meu pai mostrava comportar-se bem. Mas havia aquela evidência de faltas antigas, uma evidência forte, de cabeleira negra, beijos vermelhos, olhos provocadores. Minha mãe não dispunha destas vantagens. E com certeza se amofinava, coitada, revendo-se em nós, percebendo cá fora, soltos dela, pedaços da sua carne propícia aos furúnculos. Maltratava-se maltratando-nos. Julgo que aguentamos cascudos por não termos a beleza de Mocinha. (RAMOS, 1995, p.20-21)

D. Maria Amélia era uma senhora naturalmente sisuda e rude, que não economizava correções aos filhos, mesmo crianças em idade propícia a cometer erros. Ela não estaria fugindo à regra, pois isso era habitual na época em que viviam. A secura no seu lidar com os filhos não significaria falta de amor ou cuidado. Um exemplo disso seria a reação que ela teve ao ler, numa publicação religiosa, detalhes sobre o Apocalipse, episódio que se percebe o quanto a Igreja Católica se fazia presente no cotidiano das famílias no fim do século XIX:

Uma tarde, reunindo sílabas penosamente, na gêmeadeira habitual, teve um sobressalto, chegou o rosto ao papel. Releu a passagem – e os beijos finos contraíram-se, os olhos abotoados cravaram-se no espelho de cristal. Certamente se inteirava de um sucesso mau e recusava-se a aceitá-lo. Antes de mergulhar no pesadelo, segurava-se aos trastes mesquinhos – o espelho, o relógio, as cadeiras – e buscava amparar-se em alguém. (...) A pobre mulher se desesperava em silêncio. Apertava as mãos ossudas, inofensivas; o peito magro subia e descia; limitando a mancha vermelha na testa, uma veia engrossava. (...) Afinal, minha mãe rebentou em soluços altos, num choro desabalado. Agarrou-me, abraçou-me violentamente, molhou-me de lágrimas. Tentei livrar-me das carícias ásperas. Por que não se acietava, não me deixava em paz?

A exaltação diminuiu, o pranto correu manso, estancou, e uma vozinha triste confessou-me, entre longos suspiros, que o mundo ia acabar. Estremeci e pedi explicações. Ia acabar. Estava escrito nos desígnios da Providência, trazidos regularmente pelos correios. (RAMOS, 1995, p. 65)

A segunda parte do século XIX, marcada por uma série de mudanças no contexto social – a Proclamação da República, o reordenamento dos espaços rurais e urbanos, o surgimento das Faculdades de Medicina e a formação dos médicos sanitaristas, as novas relações de trabalho, o processo de medicalização das doenças mentais, inclusive o uso da psiquiatria para a construção da feminilidade – se faria acompanhada de ideias modernas indicando a necessidade de orientar as mulheres acerca de sua participação no desenvolvimento da sociedade, já que atribuíram a elas a responsabilidade sobre a higienização da família e cuidados com a criação das crianças e com a construção da cidadania dos jovens. De acordo com Martins (2004, p. 226), “a transformação da mulher e da família dependia de um programa pedagógico que abrangia o corpo, a moral e a educação intelectual. Somente uma mulher saudável e instruída podia exercer bem seu papel de mãe e também de esposa”, estabelecendo-se assim um discurso demarcado pelo feminino através da maternidade.

Dando prosseguimento à determinação da sociedade, com base no discurso de enaltecimento das mães, atribuindo-lhes importantes responsabilidades e o amparo da Igreja Católica, um novo lugar estaria sendo reservado às mulheres – em um período que a religião perdia poder: ensinar aos filhos os valores morais para que estes se restabelecessem a fim de constituir e manter a ordem social.

Esse discurso pode ser visto como repleto de poder. Poder que definia a submissão feminina como característica inerente da mulher, porque baseada na sua inferioridade natural, dada por Deus na Criação. Decorrente dessa ideia, na escalada social dos poderes atribuídos a homens e mulheres, a elas cabia o domínio do lugar privado, a casa, onde poderiam e, sobretudo, deveriam exercer plenamente o poder e o papel de esposa e mãe. (Cf. LIMA, 2008, p. 123)

De acordo com o que afirmamos, torna-se factível um diálogo entre as obras de caráter memorialista com as de caráter ficcional do escritor alagoano. Chama-nos a atenção a forma como os filhos de Fabiano e sinha Vitória são tratados em *Vidas secas*. Percebe-se o cuidado dos pais para com os filhos, mas isso não os livra do jeito rude no trato pessoal e familiar. A baixa tolerância e a habitual aspereza parecem indicar a reprodução de como o próprio Graciliano teria sido tratado na infância. As crianças não seriam observadas enquanto pessoas, não podiam falar

sobre seus sonhos e, se fossem questionadoras sobre as obviedades ou dogmas já estabelecidos, seriam punidas com a força física. O que aconteceu com o menino mais velho, de *Vidas Secas*, e o narrador de *Infância* quando perguntaram para as respectivas mães o que era o inferno. Não contentes com as respostas evasivas, as crianças tanto questionaram ao ponto de serem castigadas, recebendo cocorotes e chineladas.

“A voz que se ouve em *Infância* é a da criança que leva a refletir sobre a trajetória da infância no Brasil. Tanto quanto os meninos de *Vidas secas*, a criança de *Infância* é sintomaticamente anônima. Assim, fala em nome de uma legião que foi silenciada pela história social brasileira. Penetrando na arte literária, esta legião roga pela revisão de uma jornada marginal vivida numa sociedade caracterizada por suas ‘contradições econômicas e culturais’”. (Cf. SOUZA, 2001, p. 58)

No episódio *Cegueira*, o memorialista de *Infância* narra uma penosa experiência da sua vida, vitimado no corpo, no desdém e na troça. Acometido de um problema nos olhos, que lhe causava muita dor e incômodo, precisaria se afastar da escola e, com a mobilidade limitada, não conseguiria enxergar direito. Além das dores, que não se limitavam aos olhos, a criança ainda teve que suportar apelidos que lhe foram aplicados pela própria mãe, que “tinha a franqueza de manifestar-me viva antipatia. Dava-me dois apelidos: bezerro-encourado e cabra-cega. Bezerro-encourado é um intruso.” (RAMOS, 1995, p. 129-130).

Era chamado de bezerro-encourado – artifício usado para a vaca adotar um bezerro órfão e para amamentá-lo – por causa das roupas que não lhe caíam bem, e parecia usar um casaco que não lhe pertencia. “Essa injúria revelou muito cedo a minha condição na família: comparado ao bicho infeliz, considerei-me um pupilo enfadonho, aceito a custo. Zanguei-me permanecendo exteriormente calmo, depois serenei” (RAMOS, 1995, p. 130). E com esta resignação, revelaria a gênese do artifício literário de comparar metaforicamente as suas personagens a bichos e selvagens. Outro nome de bicho que a mãe usava para chamá-lo era cabra-cega, o que apesar do tom de brincadeira, ofendia-o profundamente, uma vez que detestava o que lhe parecia grosseria.

Como d. Maria Amélia quem dera-lhe os apelidos, ele lutava para não acreditar que quem deveria protegê-lo tenha sido a idealizadora da maledicência: “aquilo não era comigo, convencia-me de que minha mãe não tivera a ideia de juntar-me ao besouro e à barata.” (RAMOS, 1995, p. 131). Aguardaria ansiosamente pela cura, para deixar de ser cabra-cega e de sentir as demais dores e ausências que a enfermidade causava. A cura viria. Deixaria de ser cabra-cega, mas permaneceria bezerro-encourado, sentindo-se tratado como um bastardo, com um mínimo de afeto e o máximo de mágoas. Por essa razão, buscaria sensações de abrigo e pertencimento nos livros.

“Dores só as minhas”, desabafa Luís da Silva, em *Angústia*, enquanto o seu criador conheceria desde cedo o desgosto de ser criatura²¹, referindo-se aos infindáveis momentos de sua infância narrados com revestimentos de dor e senso de autopreservação – que levaria vida afora – provocados pelos pais. Revezar-se-iam, e por vezes se aliaram, pai e mãe para destinar ao filho mais velho duras palavras e maus-tratos. Entre as doídas lembranças, uma passagem narrada no episódio *Leitura*, a violenta tentativa de alfabetização empreendida pelo impaciente pai. Através de um folheto e com o auxílio de um côvado, seu Sebastião teimaria em ensinar o filho a ler: “meu pai não tinha vocação para o ensino, mas quis meter-me o alfabeto na cabeça. Resisti, ele teimou – e o resultado foi um desastre. Cedo revelou impaciência e assustou-me.” (RAMOS, 1995, p. 96). Com esforço, avançara no aprendizado, mas, vencido o primeiro desafio, surgiriam outros. Aprendia devido à dedicação: “um inferno! Resignei-me e venci as malvadas. Duas, porém, se defenderam: as miseráveis dentais que até hoje me causa dissabores quando escrevo.”

“Sozinho não me embaraçava, mas na presença do meu pai emudecia” (RAMOS, 1995, 97). Depois de muita pancadaria, o pai desistiu, enquanto a meia-irmã assumiria a missão de ensiná-lo a ler com cartelas. Os dois sabiam decodificar as letras, mas não compreendiam a leitura, com conceitos difíceis e conteúdos desconhecidos, a exemplo da mesóclise. Ambos liam “Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”, mas, por não compreenderem os níveis avançados de gramática,

²¹ Referência ao título publicado por Jorge de Souza Araujo, em 2008, pela Editora da Universidade Federal de Alagoas, e em 2014, pela Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz.

entendiam que “ter-te-ão” era um substantivo próprio, o nome de um indivíduo, Terteão, pessoa de que eles não faziam a menor ideia de quem poderia ser.

Com folga nas tentativas de alfabetização, o menino pensaria estar livre do suplício, mas o trauma estaria sempre presente: “assaltava-me às vezes um desassossego, aterrorizava-me a lembrança do exercício penoso. (...) ‘Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém’. Não me explicaram isto – e veio-me grande enjoo às adivinhações e aforismos” (RAMOS, 1995, p. 101). Em meio ao descanso, embalado pela ansiedade de futuras cobranças e golpes, o menino elaboraria um pensamento que, afinal, alegra o pai, e, de filho desprezado, passaria a ser exibido como um troféu, uma maravilha, um produto de seu Sebastião. Orgulho do pai, tormento do filho, o narrador posto em nível de exigência seria multiplicado, crente que se a experiência fosse frustrada, a punição viria na mesma proporção.

Mas aconteceria algo que a criança tanto temia: iria para a escola. Reacendendo vários temores, temia que a escola fosse pior que aprender com o próprio pai. Sofrimento vão. Surpreendido pela presença de uma professora que, à primeira vista, imprimiria boa impressão. D. Maria, professora da escola, com o mesmo nome da mãe, mas com tratamento contrário, profissional cuidadosa e observadora, experiência que desvelaria descuidos domésticos, como a higiene. Fato que machucava mais que insultos e gritos. Conforme relato do aluno, “nunca minha família se ocupava com semelhantes ninharias, e a higiene era considerada luxo.” (RAMOS, 1995, p. 112).

Inaugurava-se na vida daquela criança um tempo de delicadeza. A escola se tornaria um espaço de proteção e a professora, uma confidente atenciosa. Amparado pela tranquilidade, o aprendizado se desenvolveria até ser necessário mudar para o segundo livro. Motivo de comemoração, o menino que antes apanhava por causa dos estudos estava sendo agradado. Mas ele estava por demais traumatizado, não se animaria. Quase um século depois Paulo Freire iria revolucionar as teorias da aprendizagem, mas para a criança que Graciliano Ramos conta a história, afirmar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”²² era

²² Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura – Campinas, novembro de 1981.

uma utopia. Com o menino se daria o oposto: o aprendizado da leitura endurecera a sua visão do mundo.

Gilberto Freyre, analisando os modelos de família no Nordeste, especialmente em Pernambuco, modelo reproduzido em todo o Brasil, nota-se pelos modelos de famílias patriarcais reproduzidos até a atualidade. Em *Casa-Grande e senzala* (2006, p. 114), ele relata sobre a mulher: um “ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou abuso do homem, criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido”, conforme se reproduz na casa da família retratada em *Infância*: um homem rude e violento, casado com uma adolescente que, aos 14 anos, já é mãe, e tem que criar outra filha que não é sua. Nesse contexto, vivenciado em um tempo em que as mulheres têm menos direitos que as da atualidade, em um período com intensas mudanças históricas e sociais, que d. Maria Amélia Ferro Ramos vive. Muito sabemos sobre as dores do menino, pois ele veio a se tornar um escritor renomado, e capaz de transcrever as barbaridades que ele e as crianças de lares pouco amorosos viveram. Mas nada sabemos das dores da mãe e esposa, há pouco tempo deixara de ser criança e já preparada para servir seus familiares na cama, na mesa e na sala.

Observamos em d. Maria Amélia uma mulher que não foi ouvida, nem sequer teve voz. A ela caberia apenas a ação: criar os filhos da forma que podia, ora acertando, ora errando. Lamentavelmente, com mais atitudes rudes que amáveis. Mas o próprio Graciliano Ramos dá indícios de que tinha havido uma redenção. No livro póstumo *Cartas*, nas várias correspondências destinadas à mãe, em um tom amistoso, demonstrando carinho e intimidade, comprova: “se esta é a mesma mãe descrita em *Infância*, então deve ter passado por uma infinidade de transformações, já que o adolescente em nada lembra a convicção corrosiva de perversidade aplicada ao menino.” (Cf. ARAUJO, 2008, 214). Cabe-nos prestar uma homenagem à mãe do escritor com um poema do dramaturgo e poeta alemão, Bertold Brecht (1896-1956) que, em nossa opinião, contempla a forma como a mulher seria vista desde 1945, quando o livro de memórias do filho foi publicado.

“Sobre A Violência”

A corrente impetuosa é chamada de violenta

Mas o leito do rio que a contém
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as bétulas
É tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?”
(BRECHT, 2003, p. 94)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando escolhemos estudar a obra de Graciliano Ramos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, no primeiro momento foi pela admiração que *Vidas secas* havia nos provocado na primeira leitura, muitos anos atrás, ainda no Ensino Médio, na época chamado de Curso Científico. Na primeira vez, nos sentimos no lugar de Baleia, aquela cadelinha que nos causaria tanta comoção. Na segunda, estivemos no lugar de sinha Vitória. Na terceira, no lugar de Fabiano, e voltamos a tomar o lugar de sinha Vitória, dos meninos, de Baleia e de Fabiano. Todas essas personagens traziam, em suas existências, as dores que todo ser humano experimenta ao longo da vida.

São Bernardo e Angústia foram agregados à pesquisa, e a releitura, com o olhar apurado para o objeto de estudo, também nos tocaram profundamente. Personagens tão ricas e pobres ao mesmo tempo, a raiva de Paulo Honório, a coragem de Madalena, a febre ensandecida de Luís da Silva, a inocente malandragem de Marina, levaram-nos a enxergar nas personagens, as pessoas do cotidiano. Graciliano Ramos e sua escrita universal. As dores daquelas pessoas são nossas, mas ele soube criar clássicos, deixando um legado inesgotável, com possibilidades de infindáveis pesquisas sobre as mais diversas vertentes humanas.

Caetés e Infância chegaram por último, já com a perspectiva de pautar o estudo sobre as mulheres na obra do Mestre Graça. D. Maria Amélia, primeiro contato de Ramos com uma mulher, na condição de mãe, ora embrutecida, ora amorosa, representa um paradoxo que só conhece quem está na condição de mãe, agrava-se por contextos de vida completamente adversos, sobretudo quando mal deixara de ser menina e já carregava um filho nos braços. O trato rude se decantaria com o passar do tempo. Quem sabe a maturidade do filho ou até mesmo a saudade de quando estavam separados melhoraria a relação? Não sabemos, mas podemos idealizar: a literatura nos permite interpretar como quisermos. Luísa, a mulher que conservou a doçura, mesmo casada com um senhor mais velho e bastante mal humorado, cedeu aos encantos de João Valério, mas quem resistiria? Graciliano Ramos conservou-lhe a dignidade até o final da trama.

À proporção que a pesquisa avançava, fomos percebendo como o autor era respeitoso com as mulheres. Tendo tudo para agir de forma contrária, mas revelar-se-ia um homem, que, mesmo sendo criado em um lugar tão atrasado socialmente, com mentalidade à frente se seu tempo, anteciparia, por estas mulheres, o comportamento que estaria por vir. As mulheres da obra de Graciliano Ramos tinham voz, ainda que abafada pela sociedade repressora. Elas não sofreram censura por parte do autor.

Luísa, Madalena, Marina, sinha Vitória e d. Maria Amélia foram companheiras de homens angustiados, algumas vezes agonizantes, gananciosos, embrutecidos, com a alma em flagelo. Mas elas, mesmo em meio a muito sofrimento, portaram-se com dignidade. Acreditamos que Marina teria sido a única que não alcançaria a plenitude de ser humana, começando a obra fragmentada e terminando mutilada. Se *Angústia* tivesse continuação, talvez ela aparecesse mais madura, mas não se poderia exigir muito mais de uma ambiciosa e (quase) inocente mocinha de 18 anos.

Enquanto estávamos desenvolvendo os estudos para esta pesquisa, especialmente as teorias sobre a história das mulheres, os brasileiros – e o mundo – assistia a um episódio de retrocesso na história do Brasil. A primeira presidente eleita e reeleita no país sendo retirada do exercício do seu cargo sob acusações sem fundamento, nem comprovadas de forma convincente, quando, na votação da Câmara de Deputados, as justificativas favoráveis ao *impeachment* eram as mais esdrúxulas possíveis. Ora em homenagem ao torturador “terror de Dilma Rousseff”, ora em homenagem à tradicional família brasileira, que já não é mais tão tradicional, nem família, há algum tempo.

Graciliano Ramos, há quase cem anos sabia muito mais sobre os direitos das mulheres que os homens de agora. Ainda existe o desejo de fazer com que a mulher saia de seu lugar de poder, seja na presidência, seja no lar. O desejo é que voltemos a ser silenciadas, acatando deliberações estabelecidas pelo patriarcado. Que a mulher volte a ser o que uma revista de circulação nacional estabeleceu como paradigma “bela, recatada e do lar”. Mas os avanços conquistados são irreversíveis. Que a literatura possa ser usada sempre em favor das minorias, como fonte de

pesquisa ou como recurso para despertar a curiosidade e a compaixão para a história de pessoas que, como as personagens de Graciliano Ramos, se equilibram entre o opressor e o oprimido. Que os negros, prostitutas, pobres, LGBTs, crianças, entre tantos integrantes de grupos socialmente excluídos, possam ter a oportunidade de se enxergar em obras literárias de longo alcance, como aconteceu com as mulheres na obra de Graciliano Ramos. Afinal, é urgente mudar a condição dessas “vidas caladas”.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. Rio de Janeiro, 1928. In: FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o patriarcal. 51. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.

ARAUJO, Jorge de Souza. Graciliano Ramos e o desgosto de ser criatura. Maceió: EDUFAL, 2008.

AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil. Belo Horizonte – MG: Federação internacional de mulheres na carreira jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

BACCEGA, Maria Aparecida. Palavra e discurso: literatura e história. São Paulo: Ática, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARRETO, Cintia Cecilia Barreto. Subjetividade da linguagem em Vidas Secas: discurso popular e identidade. In: V CONGRESSO DE LETRAS – DISCURSO E IDENTIDADE CULTURAL, 2005.

BARTHES, Roland. Análise estrutural da narrativa. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

BARTHES, Roland. Aula. Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BASTIDE, Roger. O mundo trágico de Graciliano Ramos. Tradução Glória Carneiro do Amaral. In: *Teresa* — Revista de literatura brasileira. São Paulo: USP/Editora 34, nº 2, p. 139.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORELLI, Andréa. Adultério e a mulher: considerações sobre a condição feminina no direito de família. Revista Linceu On Line, FECAP, v. 1, 2003.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 39. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: coletânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. Tradução de Paulo Cesar Souza. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. Uma história do romance brasileiro de 30. 2001. 953 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. In: GARBUGLIO, José Carlos, BOSI, Alfredo, FACIOLI, Valentim. Graciliano Ramos: Antologia & Estudos. São Paulo: Ática, 1987.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano Ramos. In: BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: coletânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 1990. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DEL PRIORE, Mary. Histórias do cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

DEL PRIORE, Mary. Histórias e conversas de mulher. São Paulo: Planeta, 2013.

DEMO, Pedro. Sociologia: uma produção crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: Estudos Avançados. Vol. 17, no. 49. São Paulo: Universidade de São Paulo, Set./Dez. 2003, pp. 151-172.

DUNCAN, James. A paisagem como criador de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobatoum; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo sociológico. Tradução de Luz Cary, Margarida Garrido e J.Vasconcelos Esteves. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FERREIRA, Isabel Maria de Cunha. A morte em quatro narrativas brasileiras da segunda metade do século XX. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Literaturas Românicas) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2003.

JOBIM E SOUZA, Solange. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

LEBENSZTAYN, Ieda e SALLA, Tiago Mio. Conversas. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa, TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. Horizonte, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.113-126, jun. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MAGALHÃES, Belmira. Vidas secas: os desejos de sinha Vitória. Curitiba-PR: HD Livros Editora, 2001.

MAIA, Pedro Moacir. Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín Garay e Raúl Navarro. Salvador-BA: EDUFBA, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MARTINS, Wilson. Graciliano Ramos, o Cristo e o Grande Inquisidor. In: BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: coletânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução Frank Müller. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MATTOS, Izabel Missagia de. Uma outra mulher na história: imagens sobre as índias no Brasil. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil. Belo Horizonte – MG: Federação internacional de mulheres na carreira jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

MELO NETO, João Cabral de. A Educação pela pedra. In: A educação pela pedra e depois. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MOURÃO, Rui. Estruturas: Ensaio sobre o romance de Graciliano. 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Antologia. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/Edunisc, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PAZ, Octavio. Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda. Tradução: Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2013

PROENÇA FILHO. Domício. A linguagem literária. 8. ed. — São Paulo : Ática, 2007.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMINELLI, Ronald. Eva tupiniquim. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano*. Confirmação humana de urna obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano. Angústia. 68. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RAMOS, Graciliano. Caetés. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2012.

RAMOS, Graciliano. Cartas. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Graciliano. Infância. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

RAMOS, Graciliano. Linhas tortas. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RAMOS, Graciliano. São Bernardo. 92. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RAMOS, Graciliano. Vidas secas. 121. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SALLA, Thiago Mio. *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. Org. Tiago Mio Salla. Rio de Janeiro, Record: 2012.

SCIACCA, Michele Federico. Silêncio e palavra. Tradução Flávio Loureiro Chaves e Maria Tereza Pasquini. Porto Alegre: UFRGS, 1967.

SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: coletânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Aildes Celestina da. Mulher negra: mulher afro-brasileira. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América

– Capítulo Brasil. Belo Horizonte – MG: Federação internacional de mulheres na carreira jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. Entre a história e a literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, n. 04, out – dez. 2007.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. In: Projeto História – Corpo & Cultura. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo. Educ. Nº.25. p. 269 - 289.

SONTAG, Susan. A verdade radical: estilos. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Michel Foucault. Salvador: EDUFBA, 2014.

SOUZA, Tânia Regina de. A infância do velho Graciliano: memórias em letras de forma. Florianópolis – SC: Ed. da UFSC, 2001.

VENÂNCIO, Renato e DEL PRIORE. Mary. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

VIANNA, Lúcia Helena. Cenas de amor e morte na ficção brasileira: o jogo dramático da relação homem-mulher na literatura. Niterói: EDUFF, 1999.